ANO V Nº 56 — Cr$ 40,00

AGOSTO DE 1980

PORTESIA DO PERIÓDICO

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

BOLÍVIA: DIREITA, VOLVER!

(190 vezes)

Nosso repórter acompanhou durante 25 dias a preparação de mais um golpe de estado

1961/63

O movimento dos sargentos e a "rebelião de Brasília"

Entrevista com o sargento Borges, um dos líderes do movimento que abalou a hierarquia militar

Vandré: louco, mas nem tanto

coojornal

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembléia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembléia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Osmar Trindade

Secretário
Manoel Canabarro

Redação
Rafael Guimarães, Daniel de Andrade, Jorge Medistsch, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Eduardo Bueno, Luiz Afonso Franz, Waldir da Silva, Tomás Pereira, Eloisa Henck, Edgar Vasquez, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Eugênio Neves, Ariosto Teixeira (**Brasília**), Marcelo Pontes (**Rio**), Geraldo Hasse (**São Paulo**), Paolo Marconi (**Salvador**), Zélia Leal e Silvia Costa (**França**), Eva Dürr (**Alemanha**), Mário Alberto Nascimento, Miriam Costa Corrêa (**arquivo e pesquisa**), Mirtz Marques (**secretária executiva**)

Gerência Administrativa
Jorge Crippa

Gerente Técnico
Francisco Alba

Comercial
Leon Denisar Fischer (**gerente**), Hermínio Pereira, Eliete de Santana, Ilse Reichert, Arlete Andreazza

Circulação e Assinaturas
Egidio Dalmina

Industrial
Ivan Carlos Ferreira, Hélio Pinho, Julio Cesar Romano Martins, Paulo Ricardo Nobre, João Carlos Meirelles, Carlos Neves Diniz (**composição**), Paulo Walter Oppliger, Rosalinda Flores Khal, Rosa Maria Pontual Falcão, Lisberto Facco, Henrique Bitencourt (**revisão**), Atil Vineton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (**fotolito**), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, Ari Roberto da Silva (**montagem**), Paulo Sá (**coordenador**)

Á venda somente a partir da edição nº 13.
Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca
Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90000 — Porto Alegre — RS
Fone 33-5099 (PABX) Telex (051) 1605

Distribuição exclusiva em todo o território nacional:
FERNANDO CHINAGLIA DISTRIBUIDORA S.A. Rua Teodoro da Silva, 907 — PBX 268-9112 — CEP 20563, Rio de Janeiro.

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA

ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (**Presidente**), Tomas Pereira (**Vice-Presidente**), Rosvita Saueressig (**Secretária**), Affonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (**Conselheiros de Administração**), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (**Conselheiros Fiscais**), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (**Conselheiros de Edição**), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Alfonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccordi, Anibal Bendati, Antonio Britto Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armindo Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanazio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cíntia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clóvis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloísa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Matias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélcio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iaraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintowitz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Enedir, José Erasmo Nascentes, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Lauro Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejhanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lilian Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Affonso Franz, Luiz Arteche, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Veríssimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Recena Grassi, Luiz Lanzetta, Manoel Joaquim Lourenço, Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Alberto Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Bairros, Maroni da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuza Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacílio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Goulart, Paolo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccordi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schimitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Manera, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Toniello, Severino Goes, Silmar Muller, Silvia Costa, Sílvio Ferreira, Silvio Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini,, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaine Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaun, Waldoar Teixeira, Walter Eirmo, Wilmar Marques, Wladymir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à
AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor,

Pressões, ameaças e perseguições, infelizmente, não são novidades para a redação do *Coojornal*. Nos seus quase cinco anos de existência, nosso jornal acostumou-se a conviver com certo clima de apreensão, um pouco de medo também — por que não confessar? — e o caro leitor certamente sabe do que estamos falando.

●

Em julho de 1977, quando publicamos pela primeira vez a relação e o número de todos os cassados desde 1964 (na época, eram 4.682), nossos anunciantes foram visitados por agentes da Polícia Federal no Rio Grande do Sul, insinuando que anunciar no *Coojornal* poderia não ser um bom negócio. Fomos à sede da Polícia Federal em Porto Alegre e também solicitamos audiência com a Assessoria de Imprensa da Presidência da República, no Palácio do Planalto. Tanto na Polícia Federal quanto no Planalto expressamos às claras e oficialmente nosso protesto contra o que julgamos ser uma tentativa de intimidação aos nossos anunciantes e a nós. As visitas cessaram, diga-se de passagem.

●

No segundo semestre do ano passado, chegou até nós uma cópia de um Pedido de Buscas do SNI (número 015-B2/79), dirigido aos órgãos de segurança gaúchos, determinando investigações a respeito de uma possível ligação entre os Tupamaros, do Uruguai, e o *Coojornal*. Tudo porque, em novembro de 1978, havíamos publicado em primeira mão uma autocrítica de alguns ex-militantes tupamaros exilados na França. Segundo o tal Pedido de Buscas, nós poderíamos até estar sendo financiados pelos Tupamaros! Novamente nos indignamos, novamente recorremos aos canais ditos competentes: conversamos em Brasília com o ministro da Comunicação Social, Said Farhat, manifestando nossa estranheza ante tão absurda e ridícula acusação. O Ministro mostrou-se bastante surpreso, afirmou desconhecer o fato e deixou transparecer um certo desconcerto diante das perguntas que fazíamos. E desde então não soubemos mais do rumo tomado pelas investigações do SNI.

●

Na edição de outubro de 1979, aqui mesmo neste espaço, relatávamos outros episódios que caracterizam bem o tipo de reações provocadas por um jornal como o nosso, pertencente a mais de 300 profissionais e desligado de quaisquer partidos e ideologias. Dizíamos, então: "Já fomos postos sob suspeitas várias vezes. Nosso jornal foi o primeiro jornal brasileiro a dar uma entrevista com o sr. Leonel Brizola no exílio, em 1977, quando a imprensa ainda tinha medo de falar nele. E, então, fomos acusados de estar a serviço do sr. Brizola (toda a imprensa foi ouvi-lo depois, mas aí era interesse jornalístico). Foi também em nossas páginas que o sr. Luiz Carlos Prestes falou pela primeira vez, depois de muito tempo, dos seus planos para voltar ao país. E, então, passamos a estar a serviço do PCB. E há muitas outras histórias, semelhantemente tolas".

●

Há poucos meses, em fevereiro deste ano, quando publicamos com exclusividade alguns relatórios secretos do Exército brasileiro sobre a guerrilha do Vale da Ribeira e a morte de Carlos Lamarca no interior da Bahia, contra nós foi instaurado um Inquérito Policial-Militar (IPM) no âmbito do III Exército, que até hoje tramita na Justiça Militar.

●

Agora, com a distribuição de panfletos e a realização de atentados contra bancas de jornais que vendem o *Coojornal* e outras 11 publicações da chamada imprensa alternativa, a história se repete. Só que, desta vez, de maneira violenta e sobretudo covarde. Porque os jornaleiros não fazem nada mais do que trabalhar honestamente como qualquer outro cidadão, vendendo a nossa e centenas de outras publicações que abrangem os mais diversos setores. Porque os jornaleiros — as vítimas primeiras dos terroristas — são o elo mais fraco da corrente e têm poucas condições de se defender — aliás, não sabem nem de quem devem defender-se. E, finalmente, porque se até agora os jornaleiros só tiveram pesados prejuízos materiais, essa história pode acabar de maneira mais trágica.

●

A história se repete mas agora não temos a quem interpelar, pedir explicações e esclarecimentos públicos, como fizemos anteriormente, sempre que, de uma forma ou de outra, nosso jornal era ameaçado.

●

Resta-nos, então, fazer uma exigência e um apelo. A exigência é dirigida às autoridades responsáveis pela segurança dos cidadãos e das instituições deste país no sentido de que, pelo menos uma vez, os autores destes atentados — assumidos com alarde por organizações da extrema direita — sejam identificados e punidos de acordo com a lei. Para nós, jornalistas profissionais desde os tempos negros, é difícil esquecer a eficiência e competência com que foram identificados, desmantelados e severamente punidos os grupos de oposição que um dia também partiram para a ação violenta.

●

E nosso apelo é dirigido a você, caro leitor, para que não deixe de apoiar as pessoas e publicações atingidas pelo terror, pois todas, cada uma à sua maneira e com as suas idéias, são integrantes naturais e necessários daquilo que se chama regime democrático.

O EDITOR

Tiragem desta edição: 34.500 exemplares.

Flávia Schilling, a doce alegria da luta vencida

'O ambiente era festivo e até um pouco de alvoroço se via na ampla sala de espera do Teatro Casa Grande, no Rio, na recepção à gaúcha Flávia Schilling. Uma coisa, no entanto, era comum no olhar de todos os presentes: a alegria de haver vencido uma luta árdua e agora poder colher os frutos desta difícil caminhada. Foi uma pequena pausa na luta que continua e sempre continuará enquanto houver a necessidade de defender-se os direitos legítimos à condição de ser humano das pessoas.

A agitação intensa ao redor da mesa onde achava-se a jovem gaúcha de Santa Cruz do Sul, nascida há 27 anos, tornava o ambiente colorido e jovial. Tanto que quem não estivesse inteirado por todo da luta de Flávia e soubesse da sua enorme força interior, poderia ficar atônito e perguntar o porquê de tanta magnetização em relação àquela figura de frágil aparência. Mas a verdade é que todos sentiam a força que emergia naquela noite, daqueles cabelos curtos, daquele corpo franzino, daquele jeito tímido e daqueles belos e faiscantes olhos verdes.

A fila que foi formada para se chegar a Flávia era grande e cansativa, mas todos nela permaneciam bem humorados, pois a recompensa final sem dúvida valia o sacrifício: a palavra trocada com Flávia, o beijo e a dedicatória no livro.

Aquela pequena gaúcha devia estar cansada, mas não demonstrava. O seu semblante era sereno, calmo e alegre, com certeza por ver-se tão querida, tão aconchegada pelo calor humano que a cercava. Flávia já disse em diversas ocasiões que não quer ser bandeira de movimentos ou ter imagem de heroísmo, quer apenas viver normalmente como qualquer pessoa que sofreu e que agora, aos poucos, vai poder redescobrir tudo que a dor ocultou, mas não conseguiu apagar. Sente-se, no entanto, que ela e o seu magnetismo atraem para si a todos. Ela é uma luz de força numa estrada tão difícil de ser trilhada, a estrada em busca da liberdade.

Os irmãos de Flávia na luta pela liberdade, que compareceram no começo de julho ao teatro carioca para vê-la e ouvi-la, maior emoção só tiveram quando foi-lhes dada a alegria de tê-la de volta a nossa pátria, que, como ela mesmo diz na dedicatória que faz em um dos seus livros, 'algum dia será linda mesmo para todos."

Teresa Cristina Nascimento Souza,
Rio de Janeiro, RJ

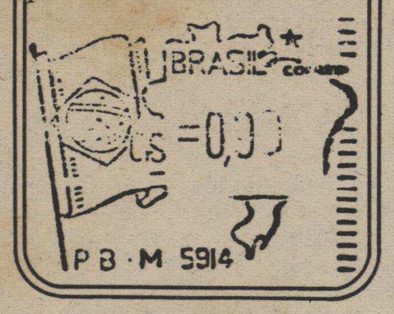
Ao fotógrafo do Uruguai, parabéns

"Lendo o **Coojornal** nº 54 vi, com muita satisfação, a reportagem 'Uruguai, Imagens de uma História Recente', com fotos feitas pelo fotógrafo gaúcho Ricardo Chaves. Só lamento ter tomado conhecimento muito tarde da exposição feita por ele, com 40 fotos sobre o Uruguai, talvez porque a divulgação tenha sido pouca.

E é assim que, através deste jornal, quero dar força e pedir ao Ricardo Chaves que publique as fotos, acompanhadas de uma reportagem, numa revista especializada, como foi mencionado. Aposto que muitas pessoas como eu, interessadas na história do Uruguai, desejam o mesmo."

Rejane Paiva,
Porto Alegre, RS

CARTAS



À procura da integridade

"Diógenes, filósofo grego, nasceu em 323 a.C. Certo dia, foi visto no centro de Atenas com uma lanterna acesa na mão. Quando lhe perguntaram a razão, respondeu o velho filósofo:

— Ando à procura de um homem.

Hoje, o que ele diria ante essa corrupção desenfreada e esta nossa democracia, dita liberal?

A liberal democracia veio com a Revolução Francesa e em seu nome tivemos a I, a II Guerra, e a terceira já está no partidor; em seu nome a Rússia queimava carneiros e trigo, a Holanda queimava carneiros e o Brasil queimava milhões de quilos de café, tudo isto enquanto milhões de pessoas no mundo morriam de fome.

Os corruptos cometem os maiores crimes e um 'canudo' os defende. Os ladrões (de colarinho alto) depositaram seu (nosso) dinheiro em contas secretas na Suíça, Bahamas e África do Sul; são feitas as maiores bandalheiras, como o caso do adubo-papel, Lume e tantas outras (só o caso do adubo-papel pagaria o prejuízo de nossas secas e enchentes).

Ladrões brasileiros têm em depósito na Suíça, segundo o chefe do Partido Socialista Suíço e a revista Time (que na época foi retirada das bancas) um total de Cr$ 700 bilhões, o que equivale a duas safras nossas e que daria para comprar petróleo por muito tempo.

Outro caso escabroso é o da Companhia de Águas e Esgotos, que perdoou a dívida de Cr$ 20 milhões da Cervejaria Skol (que abasteceu-se desse precioso líquido sem pagar um centavo em 10 anos). E nunca a companhia lembrou-se de cortar o fornecimento, enquanto operários têm sua água cortada por falta de pagamento. Não estará havendo excesso de liberalidade? Aqueles 700 bilhões são nosso sangue!

O que a oposição pensa disto, e onde fica a situação? Neste tranco, teremos que imitar o filósofo Diógenes?"

Galvão Almeida Souza,
São Paulo, SP

Tudo sobre jornais e jornalistas

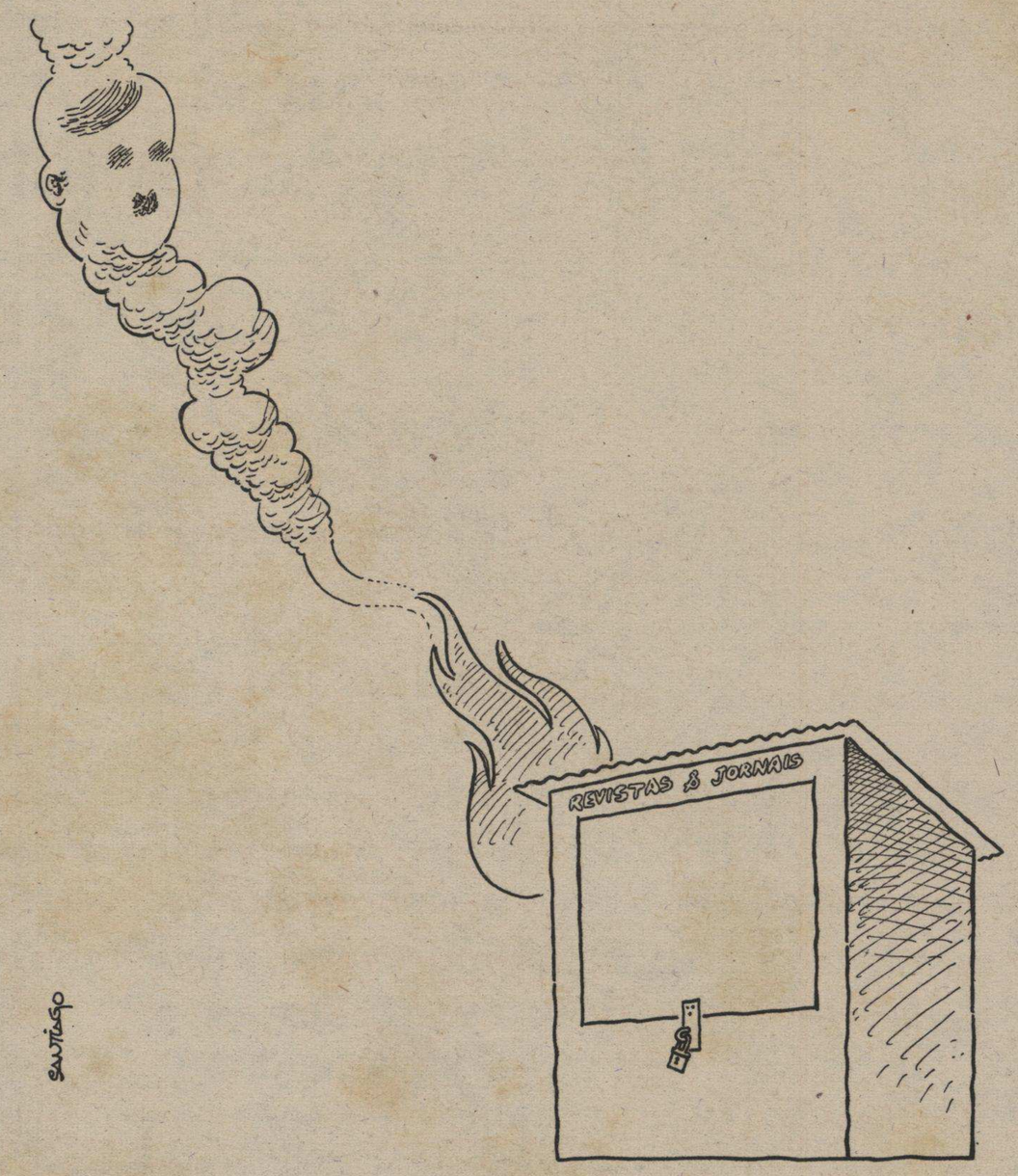
"Nos últimos dois anos tenho acompanhado o trabalho exemplar que a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre vem realizando, através das páginas do **Coojornal,** publicação esta que ocupa expressiva posição na imprensa brasileira, constituindo-se num órgão que retrata a verdade de uma época em que vivemos, de modo cristalino, graças à competência da equipe de jornalistas que faz este veículo de comunicação.

Sou jornalista de *O Estado do Paraná*, trabalhando na sucursal da cidade de Umuarama, localizada ao norte do estado. Tenho 25 anos. O motivo desta missiva, além de cumprimentá-los pelo brilhante trabalho que desempenham na imprensa brasileira, é solicitar a especial gentileza de publicar o meu pedido para correspondência com jornalistas e órgãos de imprensa, associações e sindicatos de classe que possuam jornais ou revistas especializadas sobre assuntos jornalísticos. Sou colecionador deste tipo de publicações e gostaria de recebê-las para minha biblioteca.

O meu endereço para correspondência é: Italo Fábio Casciola. Sucursal do jornal 'O Estado do Paraná'. Rua Marialva, 4433. Umuarama. CEP 87.500. PR.

Obrigado pela colaboração."

Italo Fábio Casciola,
Umuarama, PR



Para que visitar Argentina, Paraguai, Chile?

"Há muito ouço os políticos dizerem — principalmente os ligados ao governo — que democracia tem de ser exercitada, nós temos que aprender a conviver com ela, etc. Mas, ao que tudo indica, mensagens deste tipo pronunciadas pelo general Figueiredo, quando ainda debutava no cargo, foram esquecidas por ele próprio, e hoje ele bem o demonstra, quando parte decisivamente para visitar seus companheiros chefes de Estado, cujos regimes ditatoriais militares são uma cópia dessa coisa vigente no Brasil — ou vice-versa, não sei ao certo tanta é a semelhança.

O ex-chefe do SNI e afilhado do general anterior, primeiro foi ao Paraguai, cujo regime é dirigido ferrenhamente pelo general Alfredo Stroessner, que se mantém no poder há cerca de quatro décadas e já se prepara para transmitir o cargo ao filho, como nas antigas dinastias. E isto acontece por causa do crescimento do movimento popular, que não lhe dá mais segurança; caso contrário, perpetuar-se-ia no poder.

Posteriormente, o general Figueiredo foi à Argentina de Jorge Videla, de cujo regime sanguinário nem preciso falar para não se cair no lugar comum. Agora, juntamente com sua brilhante equipe (?), está arrumando as malas para voar àquele país que foi a causa da cassação do mandato popular do deputado Francisco Pinto, da Bahia, só por haver tecido críticas ao regime daquele general golpista.

É, quem sabe o que o Brasil tem a lucrar com essas visitas aos maiores quartéis do mundo? Ou vamos lá vender um know-how de anos de torturas, fraudes, mordomias, entreguismo, violação de correspondência etc.? Se Anastácio Somoza estivesse no poder provavelmente seria o próximo a receber visita."

Jansen Oliveir,
Recife, PE

E surge mais uma cooperativa

"Queremos comunicar a todos os amigos a fundação da Coocimpra — Cooperativa Mista de Comunicação e da Imprensa Alternativa Ltda., ocorrida em cinco de julho, Dia Internacional do Cooperativismo. A primeira diretoria eleita é composta por Sebastião Alfredo dos Santos, presidente; Orlando Bernandes, vice-presidente; Irani Maia Pereira, secretário; Ailton Benedito de Souza, Amauri Mendes Pereira, Célio de Oliveira, Darci Policarpo, Jorge Francisco Costa, Jorge Bento Crespo, José da Paixão Silva, João Martins Lopes, Yedo Ferreira e Suzete Paiva dos Santos, do Conselho de Administração; e Ana Maria Ventura Oliveira, Paulo Roberto das Mercez, Jussara Hausen Soares, Gerson Miranda Theodoro, Lea Garcia de Aguiar e Jorge Roberto Martins Freitas, do Conselho Fiscal.

Quem coopera, coopera mesmo em comunicação."

Sebastião Alfredo dos Santos,
Piabetá, RJ

Hélio Dourado, ameaça duradoura

"Gostaria de parabenizar o **Coojornal** pela reportagem do nº 54 sobre o presidente do Grêmio, sr. Hélio W. Dourado.

Como se pode admitir que proprietários de jornais da grande imprensa, como o *Correio do Povo* e *Zero Hora,* tenham dado ouvidos a um homem como ele e demitido repórteres como Jussara Custódio e Jodoé Souza?

A imprensa gaúcha não pode se deixar conduzir pelas pressões que este homem exerce.

Até mesmo a torcida do Grêmio foi ofendida, mas Hélio Dourado, o 'estafilococus dourado', continua até o final do ano com poderes que nunca poderiam ter chegado à sua mão. E o que é pior, concorrendo futuramente para a Câmara dos Deputados pelo 'ilustre' partido do governo, o PDS, o que seria uma calamidade pública.

Também como torcedora do Grêmio e em nome de todos os que amam esse time, peço desculpas àqueles que foram prejudicados ou ofendidos por este rato."

Selma Rosane Campos dos Santos,
Canoas, RS

Democracia com prisões e ameaças

"Na noite de 17 de julho, aproximadamente às 21h, fui preso em frente ao Palácio das Convenções do Anhembi, com mais dois amigos que vendiam livros e posters. Depois de sermos presos fomos levados para uma delegacia e logo em seguida para o Dops. Ficamos muito cansados, pois tivemos que esperar muito tempo até que tudo ficasse resolvido, e perdemos o show, que era do conjunto Raices de America.

Somente às 4h da madrugada é que fui liberado. Particularmente não fui agredido fisicamente pelos policiais, porém no Dops tive que assinar um Termo de Declaração sobre o que faço e outros dados pessoais. E sofri, de fato, uma certa pressão psicológica para que desista de escrever o 'Informe OVNI'.

Depois da visita papal esperava que o governo fosse tornar-se mais tolerante para com a imprensa e a liberdade de pensamento. Se de fato o governo deseja democratizar o Brasil não deveria agir fazendo pressões deste modo contra os livreiros da noite, poetas e vendedores de posters e outros jovens que estão apenas tentando fazer algo para a cultura e a arte no Brasil. Estamos fazendo algo de positivo, e não roubando nem matando ninguém.

Através desta carta desejo fazer um apelo ao governo e ao povo em geral para que apóiem o nosso trabalho cultural, para que de fato cheguemos o quanto antes a uma verdadeira democracia. Não é prendendo intelectuais, jovens escritores, advogados que se chegará a tão almejada democracia."

Luiz Rebouças Torres,
São Paulo, SP

O nome não estava correto

"Vimos com satisfação o comentário feito sobre a nossa cooperativa na página 14 da edição de junho último deste conceituado jornal. Todavia, constatamos que houve incorreção com referência a nossa razão social, que é *Cooperativa de Contabilidade e Auditoria do Rio Grande do Sul Ltda.,* e não Cooperativa dos Auditores e Contabilistas do Rio Grande do Sul, como consta na referida notícia."

Contador Vladimir Duarte Dias, Presidente.
Porto Alegre, RS

O esforço do Super 8 pouco recompensado

"Onde fica a cultura? O problema é esse: não fica. O Ponto de Cinema encerrou as atividades do primeiro semestre, quando foram apresentados filmes super 8 produzidos por brasileiros, e brasileiros gaúchos. Além do Ciclo de Cinema Alemão. Quem viu, viu. Quem não viu, o gato comeu.

Mas veio a decepção, diz Carlos Schimidt, um produtor de super 8 e organizador do Ponto. Faltam patrocinadores, incentivo dos órgãos de cultura do Estado, presença dos críticos de cinema e da imprensa, e pasmem! a presença dos próprios colegas que fazem super 8. Alguns já bem colocados e consagrados... Parece que não tem essa de dar uma mãozinha pros que estão começando e dispostos a trabalhar.

Bom, o público esteve lá. É bem significativo que 1500 pessoas tenham passado pela Sala Álvaro Moreira. Não foi em vão que os patrocinadores colaboraram. Pois, sem dinheiro não se faz filme e não se apresentam filmes. Tomara que os atuais patrocinadores continuem e outros se sensibilizem para a continuidade do Ponto no segundo semestre. Esta é a dúvida do Carlos.

E as pessoas que gostam de transar cinema, onde estão? Não gostaria de concordar com as previsões negras do Carlos: 'Será mais uma atividade cultural que acaba pro porto-alegrense, a televisão ganhará e a juventude perderá.

É uma triste realidade. E todos perderemos. Mais uma vez."

Leonardo Suzin,
Porto Alegre, RS

CARTAS

Os olhos da anistia no Brasil

"Admirável, pela isenção e correção, a reportagem sobre o trabalho humanitário da Anistia Internacional, publicado no último **Coojornal.** E são mais admiráveis ainda as pessoas que se dedicam a este tipo de trabalho, porque também acabam sendo perseguidas e incompreendidas, tanto por um regime ditatorial, como o de Pinochet, como por comunistas a la Brehznev ou pseudo-liberais como Carter.

Faltou, talvez, acrescentar alguns dados sobre o que ocorre neste campo no Brasil. Sei, por exemplo, que o trabalho da Anistia Internacional desenvolvido por grupos na Alemanha levantou, em 1972, um total de 1.081 torturados no Brasil. Deste ano até 1978, editou uma série de publicações sobre tortura, censura, repressão, etc. ocorridas no Brasil, especialmente um livro que analisava o estilo de repressão, 'mais sofisticado', aplicado pelo governo Geisel. O último livro publicado foi sobre os presos políticos de Itamaracá e as péssimas condições em que viviam.

Enfim: lamentavelmente, o Brasil também figurou na escala de delitos de todo o gênero."

Carlos J. Carvalho,
Porto Alegre, RS

Justiça e verdade no programa

"Parabéns, **Coojornal:** a reportagem com Olívio Dutra (edição nº 54) foi realmente sensacional, ela demonstra toda a verdade sobre líderes que, por não cederem à ação arbitrária e prepotente das oligarquias dominantes, são destituídos de seus cargos. Porém, sua vontade de lutar pelo bem-estar do novo os mantém firmes e inabaláveis à causa que abraçaram.

Acredito nestes líderes e também no programa de seu partido, pois vejo nele uma simplicidade muito grande que, ao mesmo tempo, reflete justiça, verdade, bem-estar social e igualdade."

Júlio César de Lima Prates,
Santiago, RS

Sonho da casa desfeito. E a imprensa omissa

"Os candidatos à aquisição de casa própria pela Cohab-RS (Companhia de Habitação do Estado) tiveram uma verdadeira e misteriosa novela, que um dia precisam entender para poder explicar a seus filhos. Após quase três anos de espera, saiu no *Correio do Povo* e *Zero Hora* de 15 de junho a listagem (matéria paga) encartada com uma nominata digna de ser investigada por Sherlock Holmes.

O aviso chamava para comparecimento na Cohab os "selecionados, classificados e contemplados" com casas no Conjunto Residencial Presidente Costa e Silva, na avenida Baltazar de Oliveira Garcia. Já no início do texto a coisa complicava, dizendo que o candidato relacionado estava "selecionado e classificado", logo a seguir citava como "contemplado". Na relação tinha ainda um englobado de informações e números, uma parafernália própria para programador de computador entender. Havia até um número que informava tratar-se de pontos (mas pontos de que ninguém sabia).

Já naquele dia, domingo de tarde, havia uma pequena multidão no conjunto residencial, com olhos esperançosos de conseguir, ou com a certeza de ter conseguido a tão sonhada moradia. Na segunda-feira, às seis da manhã já tinha uma fila dobrando esquina, e logo depois das nove horas a coisa já tinha sssumido proporções de tumulto, com o mal entendido que surgiu entre os que foram "selecionados" e os "classificados contemplados".

Aqui entra a imprensa, omitindo-se totalmente no caso, talvez satisfeita com os cruzeiros provenientes das matérias pagas. Na terça feira só a *Zero Hora* publicou uma notícia de duas colunas com uma foto, mostrando a enorme fila em frente à Cohab e dizendo que havia acontecido um tumulto, mas nada esclarecia sobre os motivos do tumulto. E ainda confundia o leitor com a questão dos pontos, informando que acima de 116 pontos classificaria os candidatos da casa de dois cômodos e 194 para a casa de três cômodos. Mas nada dizia sobre quem estaria habilitado, pois a relação era de quase nove mil nomes.

Somente no final da semana é que a coisa foi ficando mais calma, quando os candidatos já haviam se informado melhor, inclusive sabendo de um detalhe para inglês ver e brasileiro nenhum botar defeito: o candidato selecionado e não classificado poderia recorrer, só que através da Secretaria do

DOMINGO, 15 DE JUNHO DE 1980

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Trabalho e Ação Social
HABITAÇÃO DO ESTADO DO RIO GI

COHAB·RS
AVISO
ADOS E CLASSIFICADOS PARA AQUISIÇÃC

AB-RS — atendendo o disposto no Decreto n.º 29.213, de 24 de outubro d
ida Baltazar de Oliveira Garcia, em Porto Alegre, os candidatos adiante rela
nos do § 1.º, do artigo 15, do Decreto acima referido, deverão fazê-lo no pra

Social, Av. Borges de Medeiros, 1501, 8.º andar, Centro Administrativo d
à Rua Dr. Barros Cassal, 12, loja 01, nesta Capital.

alcir de Souza	88	10669.8 — Maria Cleonice Fagundes	79	10896.0 — Wilmar Wolkmer	
Justino Molina	92	10671.2 — Pedro Dias de Souza	104	10897.9 — Waldemar Menezes	
Antonio Coimbra	3108	10672.0 — Paulo Sérsio Oliveira Dias	138	10899.7 — Sidé Francisco Vi	
João Motta	108	10674.7 — Onofre Ribeiro Geraldo	1373	10899.5 — Sebastião Kruscinsk	
Frederico Rieth	76	10675.5 — Maria Ieno A. de Almeida	44	10900.2 — Valdemar Debom	
Alberto de Oliveira	88	10676.3 — Manoela Dias Santos	114	10901.0 — Sidnei Baptista dos	
Rocha Fontoura	52	10677.1 — Nivaldo Marques de Oliveira	79	10902.9 — Telmo Henrique Ke	
Antonio de Freitas	79	10678.0 — Manoel Carlos Farias Lemos	184	10903.7 — Valdeci Pereira do	
Henrique Trajano Pereira	76	10679.8 — Manoel Firmo	49	10904.5 — Vilson Alves Carne	
ro Cabreira	83	10680.1 — Nelson dos Santos Morais	109	10905.3 — Rosa Tome da Silv	
Afonso de Jesus Espinoza	44	10681.8 — Manoel Colio dos Santos	112	10906.1 — Victor Rodrigues	
Macedo Ferreira	88	10683.6 — Maria Sebastina M. da Silva	112	10909.6 — Therezinha B. R.	
Oliveira	85	10684.4 — Onir Silveira Berba	112	10910.0 — Ubirajara Pereira	
Miguel Cezar	25			10911.8 — Vera Elisabeth N.	
Francisco R. da Silva	56	10685.2 — Oldi Peixoto da Silva	52	10912.6 — Valdir Ribeiro	
a Silveira Santos	25	10687.9 — Paulo Roberto Cruz	56	10914.2 — Tania Maria da Si	
dos Santos Diashumberto	88	10688.7 — Neodir Zanotelli	88	10915.0 — Vera Elisabeth Kre	
Castro, D. da Silva	22	10689.5 — Maria Jose Pereira Brendan	57	10916.9 — Zinorio Ribeiro de	
apas de Sá	52	10690.9 — Olinda Clementina B. Rodrigues	77	10917.7 — Zilma Dalmaccio	
Aaciel Rasquinha	93	10691.7 — Onofre Santos Seires	139	10919.3 — Renato dos Santos	
Lucidonio Ramos	144	10692.5 — Newtonia Fernandes Bandeira	84	10922.3 — Valteris Feliciano d	
				10923.1 — Ubiratara Duarti	

Trabalho e Ação Social, e não da Cohab. E já na Secretaria um funcionário alertava que as possibilidades do candidato que recorria eram mínimas, quase nulas, pois tudo já estava decidido.

Enfim, a imprensa gaúcha se omitiu totalmente de um assunto que envolvia mais de 12 mil famílias inscritas na finalíssima desta verdadeira loteria esportiva. Houve fatos incríveis, totalmente ignorados pelos jornais. Vejam só: foram abertas inscrições para aquisição de 1.200 casas,isto há mais de dois anos. As inscrições chegaram a mais de 20 mil e, depois de vencido o prazo, as inscrições foram reabertas, quando então chegou a 36 mil candidatos! Dois anos depois, em fevereiro de 1980, foram comunicados, também através de matéria paga nos jornais, que deveriam renovar a inscrição. Aí então os inscritos, dois anos depois, caíram para 12.000. Destes, 9.000 foram classificados, de onde foram tirados os 1.200 contemplados. Ou seja, 10% dos inscritos, uma chance em cada 100 para cada candidato inscrito. E que critérios foram usados?

Pois tudo aconteceu sob os olhos passivos da imprensa gaúcha, que fez vista grossa diante de tudo, limitando-se a receber as matérias pagas."

V. Oliveira Rios,
Porto Alegre, RS

Uma mãe argentina pergunta: onde está minha filha?

"Pela presente dirijo-me a este jornal a fim de solicitar ajuda para poder localizar minha filha desaparecida na Argentina.

Meu nome é Ana Maria Avalos de Cabilla, com carteira de identidade nº 5.548.651. O nome de nossa filha é Verônica Maria Cabilla, nascida em Buenos Aires em 29 de outubro de 1963. Somos uma família argentina que sofre, como milhares de argentinos, a brutal repressão da ditadura militar.

Nossa filha, atualmente com 16 anos, desde muito jovem se posicionou contra a injustiça e a exploração que sofre o povo argentino. Apesar de sua juventude sempre demonstrou ter vocação por uma causa justa e digna, e a generosidade de seus sentimentos é que a levou a participar, junto com seu povo, da luta dentro do Movimento Peronista Montonero.

Sempre foi uma filha exemplar e uma excelente aluna, caracterizando-se sempre por sua grande solidariedade para com seus semelhantes, sendo o orgulho de nossa família. Rogamos que compreendam nossa angústia: não sabemos dela desde o mês de março passado. Nossa súplica é para que todos intercedam a quem de direito para que se investigue seu paradeiro.

Damos nossa filha como desaparecida desde esta data porque tememos que, por sua ideologia, tenha caído nas mãos da terrível ditadura militar que reina em meu país, e portanto tememos por sua vida, já que é do conhecimento público que diariamente desaparecem pessoas em meu país, seqüestradas por dito regime, o qual justifica os desaparecimentos através de uma lei que dá como mortas legalmente aquelas pessoas que desaparecem por mais de três meses."

Ana Maria Avalos de Cabilla.
Cidade do México, México

Fábrica explica as virtudes do inseticida

"Na edição de março de 1980, nº 51, página 4, apresenta o sr. Hermínio Câncio uma crítica a nosso folheto *Toxaphene*, que agradecemos.

Pela presente, pretendemos esclarecer seus leitores em geral e em particular o signatário do comentário, que tal peça promocional se destina a técnicos em geral, sendo um *follow-up* de um audiovisual, o qual teremos muito prazer em apresentar a VV.SS. e ao público que desejarem recomendar, em colaboração com nosso engenheiro agrônomo Milton Joclei.

Antecipadamente, porém, pretendemos informar VV.SS. que os três pinheiros que se encontram na capa não pretendem qualquer confusão com o símbolo do cooperativismo, mas sim reforçar a imagem da origem vegetal do inseticida Toxaphene, que tal como se refere no texto, se obtém de um derivado direto da resina do pinheiro.

Como VV.SS. também podem verificar, ao longo do folheto existem várias citações bibliográficas comprovantes da sua biodegradação, por reações bioanaeróbicas, bem como se refere à sua "degração em curto espaço de tempo" ao nível dos tecidos gordurosos (Acta Toxicológica — CET-Pelotas, RS).

Relativamente à recomendação de 1 a 4 kg por ha, ela tem de ser genérica no caso do Toxaphene, por duas razões:

— Tal como em qualquer pesticida, as dosagens devem ser determinadas em função da cultura, do seu estágio de desenvolvimento, do tipo de praga, do tipo de tratamento (preventivo ou curativo), manejo de pragas, utilizando-se apenas as "dosagens recomendadas e com as precauções normais de todo o inseticida".

— Toxaphene é um produto técnico, que após formulação ou mistura com outros pesticidas se encontra no mercado brasileiro sob várias marcas e concentrações.

Assim a Hércules do Brasil/Agroquisa vendem Toxaphene técnico para firmas formuladoras (Shell, Biagro, Hoechst, Nortox, Agroceres, CNDA, Landrin, Mentox, etc.), que após mistura como Monocotrophos, Parathion, Dimetoato, Malathion, Endosulfan, Piretróides, etc. os vendem no mercado, após registro no Ministério da Agricultura.

As dosagens são, assim, diversas, em função das pragas e da conjunção dos produtos, bem definidas e recomendadas nos rótulos. Deste modo, fica explícita a razão da recomendação geral de dosagem, pois nossa produção se limita ao produto técnico Toxaphene."

Antonio Carlos Nogueira, gerente de Vendas Divisão Agrícola,
São Paulo, SP

A coragem das mães da *Plaza de Mayo*

"Maior que o drama vivido pelas mães da *Plaza de Mayo* só mesmo a sua coragem. Enfrentar abertamente o regime do general Videla, responsável por um verdadeiro genocínio na Argentina nos últimos quatro anos, não é tarefa para qualquer um. Só mesmo quem traz no peito a dor de perder inesperada e estupidamente um ente querido — filho, marido ou pai —, pode tomar atitudes como a das mães da *Plaza de Mayo*. O próprio **Coojornal** publicou, há poucos meses, uma reportagem sobre as atrocidades cometidas pelo regime militar argentino. E, no entanto, elas continuam reunindo-se todas as quintas-feiras no centro de Buenos Aires.

O mais comovente em toda a história das *locas de dolor* é que elas não desistem nunca, apesar de terem conseguido poucos resultados até agora. Dormir no chão de um quarto de hotel em Roma, tomar o café da manhã mais tarde para não ter de pagar almoço no Brasil, para um grupo de senhoras mães de família, pode parecer humilhante, a primeira vista. Mas quando elas contam por submetem-se a tantos sacrifícios e contra quem estão lutando, cresce nosso respeito por estas bravas mulheres.

Como mãe de três filhos, muito me emocionei conhecendo a história das mães da *Plaza de Mayo* e fiquei ainda mais contente ao saber que sua Santidade, João Paulo II, recebeu-as e ouviu suas queixas. Tenho certeza de que ele vai fazer o possível e o impossível para ajudá-las."

Hilda Maria Campelo
Campinas, SP

A solidariedade entra em aula

Cooperativismo, a nova matéria das escolas gaúchas

Em agosto, assim que iniciarem as aulas do segundo semestre, uma novidade estará aguardando os alunos de 886 escolas do interior do Rio Grande do Sul. É uma cartilha cooperativista que pretende ensinar a 12 mil crianças de nove a 12 anos, "as vantagens da solidariedade entre os homens". Com 20 páginas, dezenas de ilustrações e vários textos curtos e eficientes, a cartilha, além de explicar o que é o cooperativismo e como se formam as cooperativas, propõe uma série de exercícios práticos em busca de uma vivência mais harmônica e solidária entre as crianças.

A idéia de fazer esse pequeno manual cooperativista era antiga. Mas, foi somente em maio, depois de uma sugestão do Incra, que a Federação das Cooperativas de Trigo e Soja do Rio Grande do Sul (Fecotrigo) e a Fundação da Produtividade de Carazinho, decidiram pôr mãos à obra. Em junho, com a cartilha já pronta, o jornalista Valdir Heck, editor do jornal *O Interior,* de Carazinho, reuniu cerca de 900 professores de escolas rurais e apresentou o projeto.

— Foi um sucesso completo — diz Heck. — Todos se entusiasmaram e imediatamente a cartilha foi incluída no currículo de centenas de escolas da zona do Planalto Médio do Rio Grande do Sul.

Feita com base em modelos similares existentes no Equador, na Espanha e no Chile, de Salvador Allende, a cartilha vai contra toda a estrutura tradicional do ensino rural e, de certa forma, do ensino primário em geral. Não incentiva a competição entre os alunos, não propõe avaliações teóricas ou exames classificatórios.

— A cartilha busca apenas integrar os alunos com ações e pensamentos comunitários, uma coisa que, de forma alguma, eles podem aprender com a sua vivência diária num meio tão competitivo como o nosso. Na matéria Cooperativismo, ninguém será o melhor ou vai tirar a nota mais alta. O que um conseguir, todos conseguirão juntos.

A primeira edição da cartilha, com 12 mil exemplares, custou Cr$ 280 mil. Se o projeto der certo, no ano que vem serão editados mais 40 mil exemplares e, em pouco tempo, ela estará espalhada por todo o interior gaúcho e, até mesmo, em Santa Catarina e no Paraná, de onde já vieram vários pedidos. Mas antes, Heck e seus assistentes querem avaliar os resultados desta primeira experiência.

— Por enquanto, pretendemos manter a cartilha num circuito fechado, na região do Planalto. Depois, no final do ano, faremos uma avaliação séria, detalhada do projeto. Entre outras coisas, essa avaliação será baseada na página final da cartilha, onde os alunos deverão escrever, no fim do semestre, o seu próprio conceito de cooperativismo, que nunca lhes será dado no decorrer de todo o curso. Dependendo desses resultados, a cartilha será espalhada por todo o interior gaúcho e pelos estados que se interessarem.

EDUARDO BUENO

Atentados contra a imprensa alternativa: "nova censura"

Reunidos em Brasília, os jornalistas exigem o fim do terrorismo

A presença de aproximadamente 500 participantes, representando 24 sindicatos, transformou o XVIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais no mais expressivo já realizado pela categoria. Durante três dias — de 1º a 3 de agosto — foram apresentados e discutidos 45 trabalhos, abrangendo os mais diversos aspectos da atividade jornalística. No final, os jornalistas aprovaram um documento, a *Carta de Brasília,* denunciando as restrições ao trabalho da imprensa no país e à atividade sindical dos trabalhadores em geral.

O XVIII Congresso Nacional, realizado em Brasília, foi presidido pelo deputado Flávio Marcílio, presidente da Câmara Federal, e assistido pelo ministro da Educação, Eduardo Portella. Na oportunidade, os sindicatos elegeram a nova diretoria da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais. A chapa de oposição, encabeçada pelo jornalista mineiro Washington Tadeu de Mello, foi a vencedora, obtendo 12 votos contra 11 da chapa de situação.

Na *Carta de Brasília* os jornalistas denunciam "o clima de insegurança gerado pelos recentes atentados ocorridos em diferentes pontos do país, indicando a existência de uma força organizada de caráter nitidamente fascista, que tenta silenciar pela violência o direito de manifestação da imprensa, em particular da imprensa alternativa".

Prossegue o documento: "Entendem os jornalistas que esses atos terroristas têm o claro objetivo de intimidar a sociedade brasileira, exatamente no momento em que o conjunto da sociedade, através de suas entidades mais representativas, experimenta novas formas de participação na vida política. Entendem os jornalistas que estes atos assumem o sentido de uma nova censura, sem que as autoridades tão zelosas na repressão aos jornais que lhes fazem críticas, adotem medidas efetivas para a identificação e punição dos criminosos".

Segundo o documento, as violências "somam-se às restrições que os jornalistas e os trabalhadores em geral enfrentam diante da sobrevivência da legislação repressiva, que impede a autonomia dos sindicatos, cerceia o direito de greve e de manifestação dos trabalhadores e os golpeia com prisões arbitrárias e processos destituídos de qualquer legitimidade". Em contrapartida, o documento ressalta a permanência do aparelho repressivo "com poderes discricionários do período mais agudo do autoritarismo".

OS DESAPARECIDOS

Dentro deste quadro, os jornalistas afirmam que "não é possível a existência de um regime democrático no país enquanto os trabalhadores não puderem constituir livremente suas organizações, entre elas a Central Única dos Trabalhadores". O documento acrescenta que se impõe uma profunda reordenação jurídico-constitucional no país, através da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana.

Por ocasião do XVII Congresso Nacional, realizado em Maceió, há dois anos, os jornalistas denunciaram o desaparecimento de inúmeros colegas, vítimas da repressão política. A atual *Carta de Brasília* insiste que "esses crimes devem ser apurados" e ratifica sua exigência de que "sejam anistiados todos os trabalhadores punidos por atividades sindicais a partir de 1964, entre eles, os bancários de Porto Alegre e os metalúrgicos do ABC paulista".

"Consideram os jornalistas", continua o documento, "que a transformação democrática da sociedade brasileira é inseparável do princípio da liberdade de informação com a qual não se compatibilizam as manobras do patronato da grande imprensa contra as conquistas da categoria, como a regulamentação profissional, que tem como elemento essencial a formação acadêmica dos futuros jornalistas e comunicadores".

E finaliza: "Em que pesem as sombras e ameaças destes dias, os jornalistas consideram que ainda que com sacrifícios e sobressaltos deram importantes passos para a mobilização da categoria por seu direito a uma existência mais digna. A grande expressão deste progresso é a renovação da diretoria da Federação Nacional, que assume, a partir deste momento, a defesa e a coordenação de luta pelas reivindicações mais caras e sentidas dos jornalistas do país".

RAFAEL GUIMARÃES

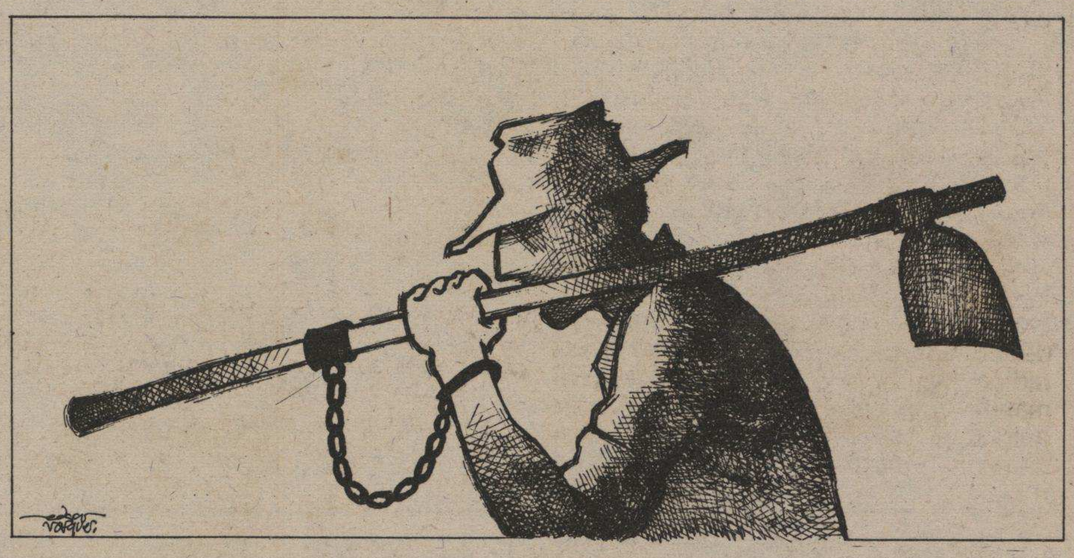
O que é bom para o Brasil não é bom para o Rio Grande

A economia gaúcha teve crescimento negativo em 1979

Criar um modelo regional de desenvolvimento é a tarefa mais urgente do Rio Grande do Sul. Fora isso, não há no horizonte outra saída para a claudicante economia do estado. Esta conclusão básica do *Ano Econômico,* em sua edição de 1980, a ser lançada no final deste mês, é referendada por vários economistas em artigos especiais. O motivo da urgência é simples: ano após ano, desde 74, a economia gaúcha vinha apresentando menores índices de crescimento e chegou, em 79, ao desastre de um crescimento negativo de menos 1,4%.

A causa visível deste fenômeno é o modelo exportador aprofundado nos anos 70 e que jogou o Rio Grande numa extraordinária dependência. Para se ter uma idéia da gravidade, basta dizer que o estado é hoje muito, mas muito mais dependente que o próprio país, já tão dependente.

Enquanto o coeficiente de abertura da economia brasileira não chega aos 15%, talvez nem aos 14% (em 1976 era de 11%), o da economia gaúcha já se aproxima dos 50%, segundo o economista Francisco Machado Carrion Jr. Isto é, as relações de troca entre o Rio Grande e as outras economias (exterior e o resto do país) comandam metade das atividades produtivas do estado. É por isso que uma quebra de safra abala nossa economia de alto a baixo. Ou, por outro lado, é por isso que decisões tomadas fora de nossas fronteiras — os preços dos produtos agrícolas, por exemplo, ou de seus insumos importados — podem nos subjugar facilmente.



Ao contrário do que se poderia imaginar, esta economia tão aberta, tão exportadora, é deficitária. O *Ano Econômico* revela. A economia do Rio Grande é ótima para o Brasil, mas péssima para o próprio Rio Grande. Parafraseando, o que é bom para o país, não é necessariamente bom para o Rio Grande. É fácil entender: nas relações com o exterior, onde o que conta é a receita de divisas para o país, o estado é altamente superavitário (em 79 exportou 1,6 bilhão de dólares, cerca de 12% do total do Brasil) mas, em compensação, nas importações do exterior e do centro do país gastou mais do que vendeu.

Em outras palavras, o produto do setor primário do Rio Grande ajuda mais às outras economias, no crescimento da renda e da oferta de empregos no setor industrial, do que à própria economia gaúcha.

Vêm daí não apenas as dificuldades financeiras do Governo do Estado, como um gradativo esvaziamento da economia em geral. Um modelo regional poderia inverter este quadro. Para tanto, são necessários dois programas paralelos, um visando diversificar a agricultura de modo a torná-la menos dependente da soja, outro destinado a aproximar a indústria da agropecuária de forma a aproveitar ao máximo a matéria-prima local. Em outras áreas, como a do aproveitamento do carvão, seria necessário maior rapidez de execução. Em artigo assinado no *Ano Econômico,* o ex-ministro Pratini de Moraes lamenta a falta de coordenação e de decisão para seu aproveitamento.

Enfim, se não surgirem fatos novos que alterem os rumos da economia gaúcha, as migrações rurais — e, depois, urbanas — para outros estados poderão decretar na década de 80, segundo Carrion Jr, "Um envelhecimento da pirâmide etária e estacionamento demográfico absoluto". Quer dizer, há, no horizonte, por enquanto, o espectro de nos tornarmos um Uruguai. De parecido já temos o mapa e o clima.

VITOR HUGO SPERB

O consumidor já tem sua revista

Ela é gaúcha mas pode virar nacional

É possível que durante o encontro que realizarão em setembro, na cidade paulista de Campinas, as 25 associações de proteção ao consumidor existentes no Brasil decidam finalmente lançar uma revista de circulação nacional cujo tema será a defesa do consumidor e a denúncia de abusos e ilegalidades praticados contra a população. A revista já existe no Rio Grande do Sul, editada pela Associação de Proteção ao Consumidor (APCRS), chama-se *Consumidor* e está em sua quarta edição — mas ainda continua desconhecida do público.

As razões para esse desconhecimento são muitas, segundo Paulo Sérgio da Silva, secretário-geral da APC e diretor da revista. Vão desde a ausência de tradição em debater a defesa do consumidor até as condições precárias da Associação para promovê-la, passando também pelo preço de capa. "Entre um exemplar da *Consumidor,* que custa Cr$ 50,00, e uma *Play-boy,* por exemplo, que custa Cr$ 90,00, compra-se a última sem sequer notar a primeira", afirma.

Consumidor circula de dois em dois meses, é vendida em bancas, e traz a cada edição uma seção de Controle de Preços em lojas e nos supermercados de Porto Alegre, artigos de economistas, sociólogos e outros profissionais, além de reportagens e entrevistas. Atualmente, a tiragem é de 10 mil exemplares, distribuídos em todo o Rio Grande do Sul.

BERENICE BITTENCOURT

"Deusinho" mata, jornais cozinham

A culinária chega à primeira página

Dezoito de julho: as redações dos jornais *O Dia* e *Notícias Populares*(*) devem ter ficado verdes de inveja. Famosos no país inteiro por suas manchetes sensacionalistas sobre crimes, taras e perversões em geral, até então eles não tinham conseguido nada parecido com o que os jornais de Porto Alegre estampavam em suas capas naquela manhã: na cidade de Piratini, a 367 quilômetros de Porto Alegre, mãe e filho foram assassinados a facadas por irmãos, cunhados e demais parentes, dentro de sua própria casa, com crianças assistindo à cena.

Mas não foi só isso: os filhos e parentes teriam arrancado com faca o coração e as vísceras da mãe para comer um "carreteiro". Para completar tudo isso, o filho que liderou as mortes tinha o apelido de *Deusinho.* No dia seguinte, não deu outra:

— Fez carreteiro com carne da mãe, após arrancar-lhe as vísceras e o coração — era a manchete em letras garrafais, da *Folha da Tarde,* do grupo Caldas Junior. Lá dentro, o título da matéria era: "O Banquete do Diabo". A *Zero Hora,* do grupo Rede Brasil-Sul de Comunicações, foi um pouco mais cautelosa em sua manchete: "Arrancou o coração da mãe e matou irmão em rito religioso". Mas na legenda da foto de *Deusinho,* não faltou a informação sobre o "carreteiro de mãe". Até mesmo o sóbrio *Correio do Povo,* também da Caldas Junior, perdeu as estribeiras e tascou na sua página policial: "Fanático cozinhou a mãe em ritual macabro".

Só que não era verdade. Alguns dias mais tarde, ao fazerem a autópsia no corpo da mãe de *Deusinho* — Maria da Silva Afonso, de 54 anos — os peritos policiais descobriram intactos o coração, vísceras e demais órgãos. Mas aí os jornais já tinham usado e abusado de expressões tais como "bárbaro crime", "cena dantesca", "banquete diabólico", "macabro templo". E deram a informação sobre o resultado da autópsia de maneira discreta, perdida no meio dos textos que acompanhavam os desdobramentos das investigações.

Segundo o repórter José Ricardo Castro, da sucursal de Pelotas da Caldas Junior e autor da primeira matéria da *Folha da Tarde* sobre o assunto, "a informação sobre o carreteiro de mãe veio dos PMs que prenderam a família de *Deusinho* na noite do dia 16 de julho", o que é confirmado por Luis Oscar Matzembacker, chefe da Central do Interior de *Zero Hora*. Matzembacker, porém, faz uma ressalva:

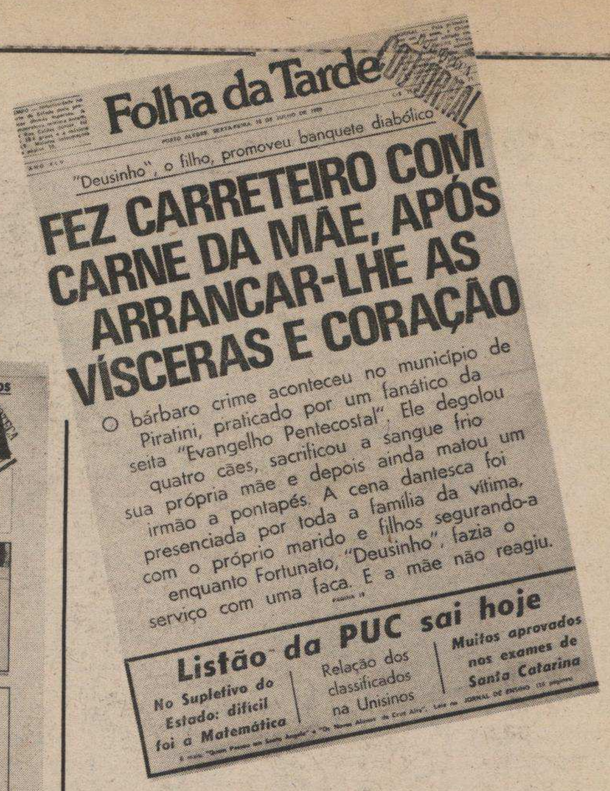
— Como o repórter não tinha estado no local e como não tinha muita segurança acerca da origem da informação sobre o tal "carreteiro", eu tomei a precaução de não destacá-la demasiadamente, procurei diluí-la no texto.

Matzembacker contou que a matéria havia sido publicada inicialmente na quinta-feira, dia 17, pelo jornal pelotense *Diário Popular.* E era o *Diário* que informava sobre a ocorrência do tal "banquete do diabo". O comissário de Piratini, Clóvis Brasil, embora arredio depois da repercussão do caso, nega que a polícia tenha prestado oficialmente a informação sobre o "carreteiro". Mas admite que alguns soldados da PM que visitaram a casa da família Afonso e viram uma panela com carne e arroz sobre o fogão, tenham chegado a esta conclusão, comunicando-a aos apressados repórteres.

A família Afonso — pai, mãe e 11 filhos, mais alguns cunhados e netos — é seguidora da seita Evangelho Pentecostal. Eram considerados pacíficos e nunca tinham criado problemas com os vizinhos. *Deusinho* — Fortunato da Silva de Deus Afonso — também tinha bom conceito na comunidade.

Na noite de 16 de julho, ele viu a mãe tomar um comprimido para o coração, segundo o relato do comissário Brasil publicado nos jornais, e transformou-se: disse que o comprimido era a *Besta do Mal,* que precisava ser expulsa do corpo de Maria Afonso. Ainda segundo tais relatos, ele convenceu os irmãos da necessidade de matar a mãe, no que teria sido ajudado por todos. Logo depois, quando se preparavam para enterrar o corpo, *Deusinho* teria afirmado que, para a cerimônia ser completa, o túmulo deveria ser regado com o sangue do irmão, Cesário da Silva Afonso, de 33 anos, que foi morto a socos e pauladas. Antes, *Deusinho* teria degolado três cachorros das redondezas.

Os crimes só foram descobertos porque Aldemiro Ribeiro, cunhado de *Deusinho* e proprietário da casa onde



morava toda a família, conseguiu fugir e chegar ao posto policial de Piratini, distante 90 quilômetros da casa.

Sensacionalismo à parte, os jornais de Porto Alegre ficaram devendo aos seus leitores uma cobertura e análise corretas do episódio, que envolve alguns ingredientes clássicos como miséria, ignorância, crença religiosa, violência e doença mental. Curiosamente, cinco dias antes dos crimes de Piratini, o *Correio do Povo,* em sua edição de 13/07, publicou matéria com o psiquiatra Carlos Roberto da Silva Heckthueuer, ex-integrante da equipe de Saúde Mental da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente do Estado, que apontava algumas causas para a alta incidência de doenças mentais no campo. Segundo o psiquiatra, o Rio Grande do Sul tem mais de um milhão e meio de doentes mentais, devido sobretudo ao regime de monocultura implantado na agricultura gaúcha:

— As pessoas estão perdendo suas raízes de fixação à terra e ao meio rural. A estrutura familiar dos colonos, definida antes da introdução da monocultura, foi destruída por esta. Antes, cada pessoa tinha funções, obrigações e direitos bem definidos na estrutura familiar não ameaçada pela frustração de uma cultura, porque a agricultura era diversificada e garantia a sobrevivência. Por outro lado, existia uma pecuária tranqüila e segura. Hoje temos uma cultura de soja ou de trigo insegura e instável na sua comercialização.

Para o psiquiatra gaúcho, essa instabilidade, combinada com a moral estática do homem do campo, é desastrosa. "Dessa forma, quando ocorre uma frustração de safra, muitos agricultores apresentam a tendência de exarcebar os sentimentos de perseguição, depressão e angústia".

MANOEL CANABARRO

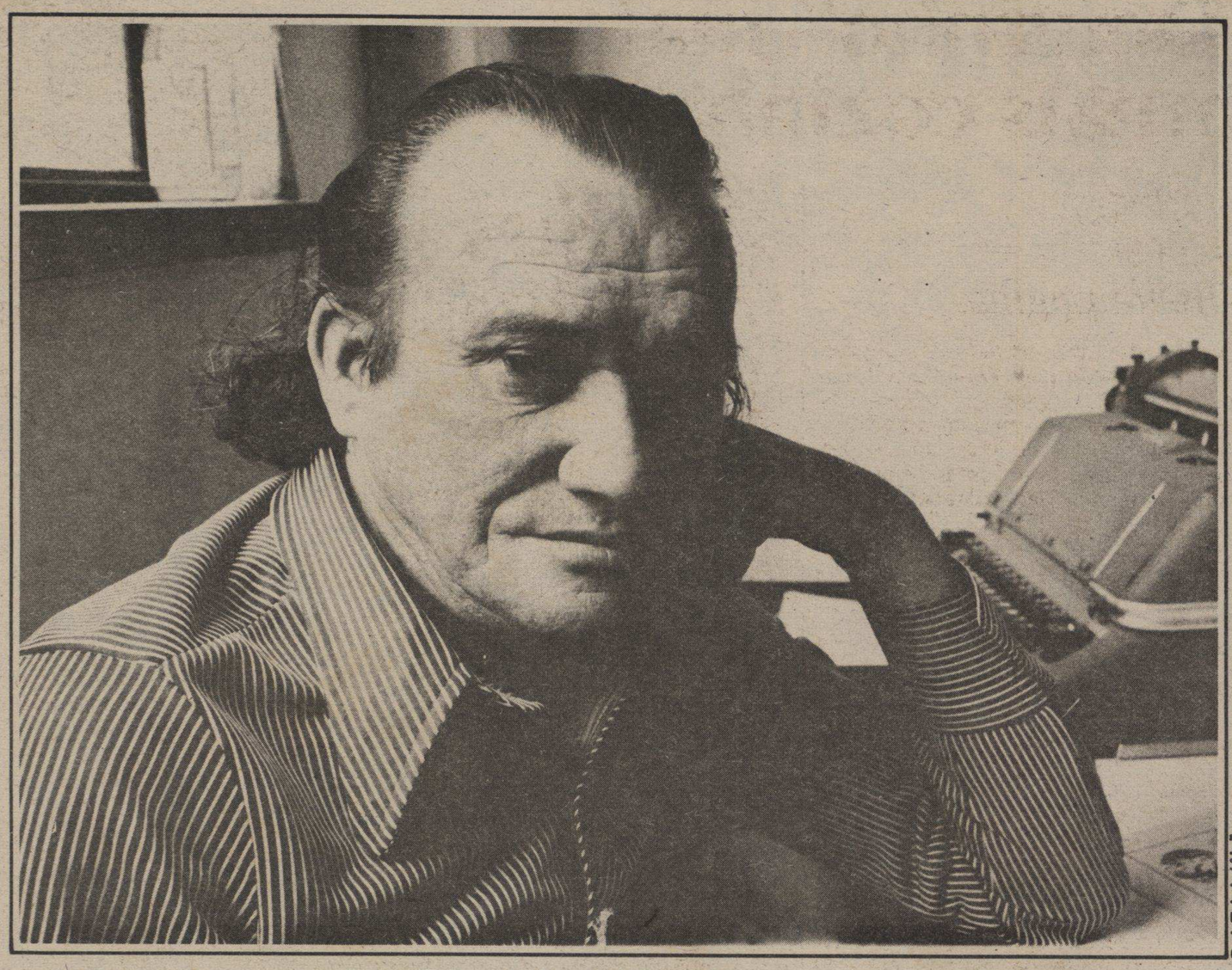
(*) *O Dia,* jornal do governador carioca Antonio Chagas Freitas, circula principalmente na Baixada Fluminense com uma tiragem diária de aproximadamente 400 mil exemplares. *Notícias Populares* é de São Paulo, pertence ao grupo Folhas, do empresário Octávio Frias, circula na periferia da cidade e sua tiragem diária é de 250 mil exemplares.

10 COOPERATIVAS DE JORNALISTAS ESTÃO À SUA DISPOSIÇÃO

Jornais, revistas, boletins, fotografias, audiovisuais, programas de rádio ou televisão: as 10 cooperativas de jornalistas que existem no Brasil têm condições de realizar qualquer serviço jornalístico.
Tome nota dos endereços:

JORNACOOP — SÃO PAULO — rua Rego Freitas, 530 (sobreloja) 01220 — São Paulo — Fones: 256-7191 e 257-1633, JORNACOOP — SANTOS — rua Senador Feijó, 144, cj. 12, CP 797, fone 33-1822 — Santos — SP, COPJORNAL — rua Brasil, 1129, fone 23-3679 — Londrina — PR, COJORTIBA — rua Cruz Machado, 66, sala 908, CP 7258 — Curitiba — PR, COMCISA — av. Estados Unidos, 1, sala 910 — Salvador — BA, COOJORNAT — rua Felipe Camarão, 358, Cidade Alta, fone 222-3087 — Natal — RN, COOJORNAPE — av. Dantas Barreto, 576, 10º andar, sala 1003 — Recife — PE, COOPIM — rua Evaristo da Veiga, 16, sala 508, fone 224—4343 — Rio de Janeiro — RJ, PROJORNAL — rua 72, 407, sobreloja, Centro, fone 223-6006 — Goiânia — GO, COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE BRASÍLIA — Setor de Indústrias Gráficas, 430 — Brasília — DF.

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Fone: 33-5099 (PABX)
Telex: (051) 1605
90.000 — Porto Alegre
coojornal



Ruth Toledo/Abril

Félix Nunes: pago para não escrever

"Do jeito que vai, o PT não tem futuro"

Um velho repórter sindical vê distorções no partido de Lula

Antonio Carlos Felix Nunes é uma figura meio legendária do jornalismo de São Paulo. Aos 49 anos de idade e 25 de jornalismo, é pago para não escrever.

Todas as tardes, ele pode ser visto entrando num edifício da Rua Barão de Limeira, em São Paulo, onde funcionam os jornais do Grupo Folhas. Cabeça enterrada nos ombros, meio curvado, melenudo e com um cigarro entre os dedos, o Nunes vai lá dentro, bate o ponto e retorna para a rua com mais um dia de trabalho garantido. No fim do mês, recebe seu salário como redator da coluna sindical do *Notícias Populares*, jornal de manchetes sangrentas do Grupo Folhas.

O NP continua circulando há 16 anos. A coluna sindical do Nunes está cancelada desde 1976 por ordem de Octávio Frias de Oliveira, dono do Grupo Folhas. Segundo Frias, o jornalista Nunes não escreverá nunca mais em seus jornais porque seus escritos sindicais (do Nunes) contrariam seus interesses empresariais (do Frias).

Embora nas Folhas seja pago para não escrever, Nunes escreve de graça nos inúmeros jornais sindicais que criou ou ajudou a criar ao longo dos anos e que dependem de sua colaboração. Entre outros, Nunes criou, fez ou faz os jornais dos metalúrgicos de São Bernardo, dos bancários de São Paulo, dos químicos, dos peões da construção civil, dos padeiros, dos tecelões e dos borracheiros. Se alguém duvidar, basta consultar o quadrinho do expediente de algum número recente ou antigo dos jornais sindicais de São Paulo: lá aparece o nome de Antonio Carlos Felix Nunes, jornalista responsável.

Ultimamente, para variar um pouco sua rotina de jornalista sindical, Nunes anda escrevendo livros. Em 1978, escreveu *Além da Greve*, um romance sobre um pelego assustado com o novo sindicalismo emergente no país. Em julho de 1980, lançou *PC Linha Leste*, depoimento romanceado sobre o funcionamento do Partido Comunista Brasileiro nos bairros operários da zona leste de São Paulo na década de 50. Ex-militante comunista, o próprio Nunes é personagem do livro, que narra erros e acertos do PCB ao longo de oito anos.

Os dois livros do Nunes falam das coisas que ele mais conhece por dentro e por fora, na base e na cúpula: o movimento operário, os sindicatos e os partidos de esquerda. Esse conhecimento é resultado da experiência como operário e da observação como repórter sindical.

Criado no interior paulista, filho de um ferroviário esquerdista, caçado pela polícia, Nunes diz nunca ter ido à escola por causa da vida irregular do pai. Alfabetizou-se sozinho em casa. Em 1950, foi para a capital. Operário, engajou-se no PC e em 1954 começou a escrever no extinto jornal *Notícias de Hoje*, diário do Partidão, do qual se desligou em 1961.

Nunes trabalhou no *A Hora* (extinto), fez uma coluna sindical no *Diário do Comércio* (pertencente à Associação Comercial de São Paulo) e em 1964 passou para o recém-criado *Notícias Populares*, fundado pelo banqueiro Herbert Levy para promover sua campanha ao governo do estado.

Duas hipóteses

Em 1967, quando perdeu as ilusões de disputar o governo estadual nas urnas — as eleições se tornaram indiretas —, Levy vendeu o NP ao grupo Folhas. Nunes continuou escrevendo sua coluna sindical, que durou 13 anos. Paradoxalmente, a coluna foi cassada quando abrandava a censura oficial e o novo movimento sindical ensaiava seus primeiros passos.

Como repórter sindical, mesmo sem coluna, Nunes assistiu à ascensão de Lula no movimento dos trabalhadores do ABC e viu nascer o Partido dos Trabalhadores. Testemunha das lutas sindicais dos últimos 25 anos em São Paulo, ele acha que o futuro do PT depende essencialmente da evolução político-ideológica do Lula, que, na sua opinião, "ainda é muito imaturo".

— Por que o PT depende tanto do Lula?

— Ora, o Lula é a cabeça do PT, só isso. E o PT é uma boa idéia que talvez se torne inviável.

— Inviável por quê?

— Dentro do PT tem gente de todo tipo, desde operário ingênuo até intelectual sonhador. Isso pode levar facilmente a distorções. Há duas hipóteses para o PT. Primeiro, ser um partido comum, burguês, fraco. Segundo, ser um partido dos trabalhadores mesmo, com o risco de virar clandestino, mas forte.

— Por que só essas duas hipóteses?

— Historicamente não há outra perspectiva. Ou você acha que o capitalismo brasileiro vai aceitar um partido que não seja o tradicional partido eleitoreiro, enquadrado, pequeno? Se esse pessoal sonhador que entrou para o PT está pensando num partido marxista legal, está enganado. E, se também está pensando num partido esquerdista de massas, também está enganado, porque o PT não tem poder econômico nem influências junto ao sistema dominante. As facilidades concedidas aos partidos burgueses não serão concedidas ao PT.

Manipulação

— Então, qual a saída para o PT?

— A perspectiva do PT tinha que ser a de um partido legal, contestador que, de um momento para outro, pode ser colocado à margem da lei. Mesmo no caso de virar clandestino, o PT tem que ficar na mão da classe operária e não na mão desse pessoal sonhador e diletante que está manipulando a idéia nascida no ABC. Mas, do jeito que vai indo, o PT tende a ser mais uma experiência negativa, tal como os outros partidos de esquerda.

— Que outros partidos?

— O PCB, o PC do B e as pequenas agremiações que sempre existiram por aí. O PCB se tornou um partido liberal igual aos outros em 1958, quando trocou a estratégia da luta armada pela via pacífica e passou a fazer conchavos de todo tipo. O PC do B, que nasceu de uma cisão do PCB, ficou com a linha antiga do Partido Comunista mas acabou se autoflagelando pelo sectarismo. Tanto que chegou à guerrilha sem ter clareza da realidade. Hoje o PCB está fraccionado novamente e o PC do B continua do mesmo jeito. São duas linhas cheias de erros.

— Qual a relação entre o futuro do PT e o fracasso desses partidos de esquerda?

— Vejo o PT com simpatia e o apoio, mas tenho dúvidas sobre o seu sucesso. Se o PCB, o PC do B e outras facções menores nada conseguiram até agora, será que o PT vai conseguir? Do jeito que ele vai indo, é difícil acreditar. Se o PT absorvesse as coisas boas dos partidos de esquerda, talvez melhorasse sua perspectiva. Quem sabe uma fusão no futuro...

Horror do PC

— O primeiro do PT a não querer conversa com o PCB e o PC do B é o Lula.

— Pois é, o Lula tem horror do PC. Tem uma grande prevenção mesmo. Eu acho que essa diferença é fruto da falta de habilidade do Partido e, naturalmente, da sua linha de atuação. Em vez de dar apoio para o Lula e sua diretoria, o Partido quer manobrar de cima. Já que não conseguiu nada no ABC, o Partido fez um esforço para conquistar o Joaquim(1). A aliança do PC com o Joaquim irritou ainda mais o Lula, que não gosta do Joaquim porque o Joaquim é pelego.

— Por que o Partidão faz aliança com o Joaquinzão e campanha contra o Lula?

— O PC não se preocupa com o trabalho de base, quer controlar a máquina. É a técnica de ocupar espaços, que vem desde 1958. Com essa história de ocupar espaços, durante a ditadura militar o PC fez menos do que muitas diretorias sindicais pelegas. O pessoal ganha o espaço e depois fica quieto, para não perder o espaço.

— Se houver eleições, qual será a votação do PT: grande ou pequena?

— Se houver eleições, é possível que o PT tenha uma votação surpreendente, graças ao carisma do Lula. Porque essa nova geração de trabalhadores sequer conheceu outros partidos.

— Mas tem muita gente que acha o seguinte: na hora da greve, os trabalhadores estão com o Lula, mas na hora da eleição eles dão o voto para o primeiro demagogo que aparecer ou oferecer mais dinheiro.

— Esse é o raciocínio tradicional baseado na experiência. No passado, vários líderes sindicais respeitados não conseguiram um mandato para vereador ou deputado. Realmente, o normal seria que os populistas tivessem grande votação. Mas, eu acho que essa tendência histórica foi alterada porque houve um hiato de 15 anos na atividade política normal, por causa da ditadura militar. Por isso, eu acho que o Lula pode atrair uma grande votação para o PT. Mas isso talvez só aconteça uma vez. Se o PT não tiver uma linha de atuação que corresponda aos anseios dos trabalhadores, ele pode virar um partidinho vagabundo.

— Nesse caso, qual o futuro do Lula?

— O Lula é um líder dos trabalhadores e, no mínimo, vai continuar como líder dos trabalhadores. Renegar essa liderança ele não vai, porque tem consciência de classe. Também, não há perigo de que ele seja manipulado pela direita. Quer dizer, o futuro do Lula depende dos próprios trabalhadores. Ele é a liderança de uma massa de trabalhadores despolitizados que só sabem uma coisa: que o salário tá baixo e que a exploração é grande.

GERALDO HASSE

(1) *Joaquim dos Santos Andrade,* **Joaquinzão,** *presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (capital), cuja base abrange 360 mil operários, três vezes mais do que a de São Bernardo.*

A vez do público subir aos palcos

A experiência do Teatro do Oprimido faz sucesso no Brasil

Quando saiu do Brasil, em 1970, o teatrólogo Augusto Boal não deixou apenas a experiência do Teatro de Arena. Ia com ele em direção à América Latina e à Europa o então iniciante Teatro do Oprimido, hoje difundido no mundo todo. Agora, bafejado pelos ventos da anistia, Boal retorna — ainda que não definitivamente — para se apresentar com o seu grupo, *Ceditade* — Centre d'Etude et Difusion des Techniques Actives d'Expression — da França, em várias capitais brasileiras até o dia 23 de agosto.

É o Teatro do Oprimido, através de algumas de suas manifestações, como o Teatro-Imagem e o Teatro-Foro, que Boal traz para os palcos brasileiros com duas montagens: *Como de Costume* e *Aniversário de Mãe*. A primeira trata das relações das pessoas com seu trabalho, a mecanização e a exploração por que passam em seus empregos e a discussão quanto às possibilidades de sair desta engrenagem. A segunda discorre sobre o direito de ser diferente, de sair dos padrões estabelecidos, através da história de uma mulher que chega no aniversário de sua mãe acompanhada de dois maridos. E a escolha destes dois espetáculos não foi acidental. Segundo Boal, é possível, através deles, discutir-se a opressão em suas mais variadas formas — da social à familiar, "sem correr o risco de rotular o Teatro do Oprimido".

O Teatro-Foro, como diz o grupo, "é o ensaio para a realidade". Após realizarem inúmeros jogos e exercícios para "aquecer a platéia", os atores geralmente apresentam uma ou mais cenas onde se desenrolam situações repressivas. A partir de então o público intervém, discute e modifica a situação. É o foro, o debate, o trabalho em cima da situação de opressão. Pois, como afirma Boal, seu teatro continua seguindo dois princípios básicos, apesar da diversidade de formas: transformar o espectador em protagonista e o protagonista em transformador da realidade. Segundo ele, mesmo a situação passiva do espectador comum já é uma situação de opressão.

E os resultados desta temporada brasileira até agora têm sido ainda mais surpreendentes que os das apresentações no exterior. No Rio, por exemplo, todos queriam ir para o palco participar das cenas, muita gente voltou até cinco vezes para ver o espetáculo — que acaba sendo sempre diferente — e até um grupo de cegos participou animadamente dos exercícios e das discussões. Na verdade, por onde passa, essa experiência de Boal deixa frutos. No Rio já está se formando um grupo, e na Europa, por exemplo, existem atualmente oito centros de Teatro do Oprimido, tendo como sede principal o de Paris, formado por 14 pessoas entre atores, professores e outros profissionais.

Além das apresentações que fazem pela Europa toda, os membros do grupo realizam permanentemente *workshops* de informação sobre Teatro do Oprimido, suas técnicas e exercícios, editam uma revista sobre as atividades do grupo e anualmente promovem uma quinzena teatral onde apresentam o seu trabalho confrontando-o com as experiências de grupos do mundo todo. Até agora o *Ceditade* já fez pelo menos 60 estágios de informação e suas apresentações não se limitam aos teatros — são feitas em escolas, fábricas, praças públicas, comunidades. Como explica Boal, enquanto nos teatros os espetáculos passam a ser quase uma demonstração de técnica, nos locais públicos vão muito além disso, já que, através desse tipo de teatro, discute-se uma situação real de opressão sofrida pela comunidade. "O Teatro-Foro não termina nunca" diz ele, "enquanto existir uma realidade repressiva". Durante a apresentação num lugarejo italiano, por exemplo, onde se discutia a criação de uma cooperativa contra as ordens do prefeito, o espetáculo varou a noite e o próprio prefeito acabou entrando em cena para fazer o seu papel.

TERAPIA?

Se hoje o Teatro do Oprimido é uma forma vitoriosa de trabalho, nem sempre as coisas foram fáceis para Boal. Ele começou em 1970, quando era muito difícil desenvolver um trabalho popular no Brasil. Foi então que se criou, através do grupo Núcleo, do Arena, o Teatro Jornal, onde os atores faziam cenas baseadas em recortes de jornal, apresentando esses pedaços de realidade em fábricas, paróquias, escolas. Em 71, já fora do Brasil, Boal desenvolveria na Argentina o Teatro Invisível, onde a própria realidade serve de cenário às apresentações teatrais. Assim, se uma cena se passa num supermercado, o grupo se dirige até um deles e ali desenvolve seu trabalho, sem que as pessoas comuns saibam que se trata de teatro. Não é preciso dizer que foi essa a forma mais polêmica do teatro de Boal. Envolvidas quase sem perceber, muitas pessoas não reagiam positivamente à experiência, incluindo-se aí a polícia.

Mais tarde, no Peru, durante campanhas de alfabetização, Boal criaria o Teatro-Imagem, que trabalha com expressões visuais e outros exercícios, e o Teatro-Foro. Foi sempre assim, ligado a uma situação político-social, a trabalhos bem objetivos, que o Teatro do Oprimido se desenvolveu. Por isso, segundo Boal, é necessário que cada grupo o adapte à sua realidade. Nem por isso, contudo, o teatrólogo nega o teatro tradicional — há pouco tempo sua peça *Murro em Ponta de Faca* mostrou isso claramente. Segundo ele, o Teatro do Oprimido apenas ocupa um outro espaço e os dois podem co-existir perfeitamente.

Amicucci Gallo/Abril

Boal: discutindo a opressão

Quanto às insinuações de que este tipo de trabalho poderia ter a perigosa conotação de terapia, Boal não se preocupa. Primeiramente, segundo ele, porque no caso de suas apresentações não existe, por exemplo, a figura supostamente superior — e opressora — do terapeuta, ou seja, todos estão na mesma situação. Além disso, na terapia, os problemas individuais são acolhidos e discutidos pelo grupo, enquanto que no Teatro-Foro apenas os problemas plurais, coletivos são levados em conta. Finalmente, o seu teatro não trabalharia com processos inconscientes, mas com problemas bastante palpáveis, do dia-a-dia.

De qualquer forma, Boal e seu grupo admitem que, sob alguns aspectos, o Teatro-Foro pode ser terapêutico, na medida em que todo trabalho artístico o é de alguma maneira. E, como diz um membro do grupo, a terapia é procurada quando se está doente. E a opressão também é uma forma de doença. Trabalhar a opressão para se livrar dela pode ser terapêutico. E qual é o mal disso?

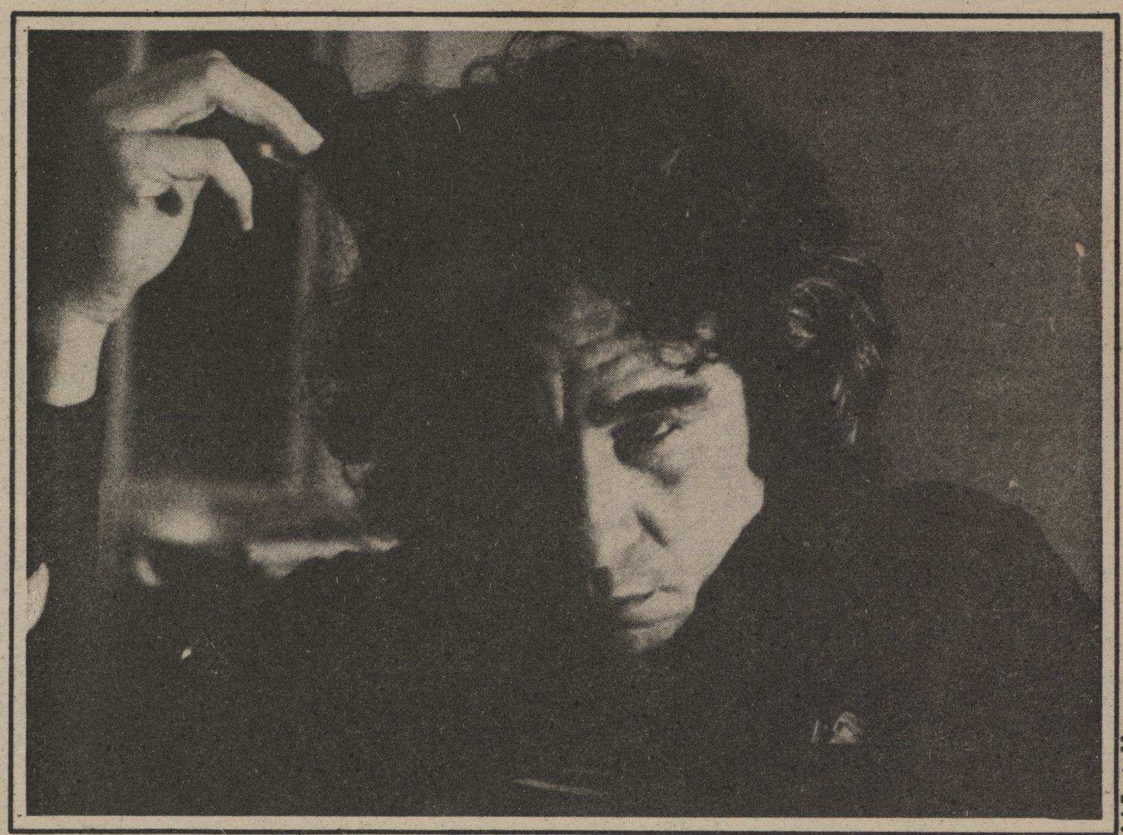
CARMEM CAGNO

UNIPREV
MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965
HÁ 14 ANOS PROTEGENDO A FAMÍLIA BRASILEIRA.
UNIÃO PREVIDENCIÁRIA
RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR
TELEFONES: 21-3625 — 21-5869
PORTO ALEGRE — RS
SEDE: PORTO ALEGRE

Geraldo Vandré: louco, mas nem tanto

Vandré mora sozinho em São Paulo...

...e alguns acham que ele está pirado



Adalberto Marques

Ele mora em SP, parece pirado, mas continua compondo

Os discos antigos de Geraldo Vandré foram todos reeditados, com grande sucesso junto ao público, principalmente entre as novas gerações, ansiosas em conhecer o lendário criador de *Caminhando,* a canção-símbolo do protesto político de 1968. Ao mesmo tempo, ele voltou a compor. Nei Matogrosso está cantando uma composição sua, recente e Amelinha vai gravar outras duas. Está tudo pronto para a volta de Geraldo Vandré?

Nem tanto. O advogado Geraldo Pedrosa de Araújo Dias continua arredio a qualquer tentativa de reabilitar o endeusado e perseguido Geraldo Vandré. "Não faz nenhum sentido ser, hoje, artista no Brasil. Por isso mantenho-me na minha função inicial, ou seja: exercendo a advogacia", diz Vandré. Além dessas poucas declarações, ele faz questão de dizer coisas desconexas, segundo as quais o advogado de hoje e o compositor de outrora são duas personalidades distintas, gerando opiniões do tipo "Vandré está *pirado*".

Para reforçar estas suspeitas, ele costuma assumir atitudes estranhas, como colecionar cheques de pagamento de direito autoral sem descontá-los e freqüentar redações de jornais para escrever teses despropositadas. Circulou até que ele teria sofrido uma cirurgia no cérebro para nunca mais incomodar com suas canções subversivas.

As novidades, no entanto, são alentadoras. Pela primeira vez em muito tempo, ele faz planos para retomar sua carreira artística, interrompida após a decretação do AI-5. Por enquanto está compondo e assinando as canções com pseudônimos, mas segundo o jornalista Assis Ângelo, paraibano como Vandré e amigo do compositor há mais de 10 anos, ele não está de braços cruzados:

— A vontade maior deste artista que se esconde por trás de um advogado é voltar a cantar, a se apresentar em público, não apenas para receber aplausos, mas para mostrar — talvez até para si próprio — que o verdadeiro artista é imortal.

Para Assis Ângelo, Vandré pode até estar fazendo um pouco de gênero, fingindo ser meio louco, mas no fundo continua sendo o autor genial que soube cantar a revolta de uma geração sem rumo.

Vandré compositor surgiu no início dos anos 60, sob o signo da bossa nova, como muitos outros talentos surgidos na época. Ele compôs alguns dos momentos mais poéticos da música popular brasileira, como *Pequeno Concerto que Virou Canção, Porta Estandarte,* e *Fica Mal com Deus.* Mais para o fim da década, seu trabalho optou francamente por explosivos temas políticos, em canções como *Hora de Lutar, Cantiga Brava, Arueira, Guerrilheira* e a mais conhecida de todas: *Caminhando ou Pra Não Dizer que Não Falei de Flores.*

Depois veio o AI-5, o exílio e uma conturbada trajetória por países da América do Sul e Europa. Ganhou um concurso musical no Peru, com a música *Pátria Amada, Idolatrada, Salve Salve,* gravou um disco em Paris e foi preso por posse de haxixe, na França. Retornou ao Brasil em 1973 e confinou-se num modesto apartamento do bairro Bela Vista, em São Paulo, onde não se nega a receber visitas mas também não admite falar dos tempos passados.

No dia 4 de dezembro de 1979, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou, por unanimidade, a proposta do vereador Jorge Tomás de Lima (ex-MDB) concedendo ao cantor e compositor paraibano o título de "Cidadão Paulistano". O título será entregue ainda esta ano, possivelmente no dia 17 de setembro. Quando soube da homenagem, ele não se recusou a falar: "Agora que sou cidadão, já posso falar. Mas falarei apenas em termos jurídicos, tendo em vista que sou advogado".

Aos 44 anos, Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, ou Geraldo Vandré, está firme na advocacia. Há três anos ele encaminhou um recurso à Justiça pedindo para ser readmitido como funcionário público, uma espécie de fiscal da Sunab — Superintendência Nacional de Abastecimento — mas os tribunais da esfera estadual declararam-se incompetentes para julgar o pedido, que foi remetido para o Supremo, em Brasília. Quando perguntam pelo compositor, o advogado responde:

— Fazer música é uma coisa menor diante de uma causa maior, como a reorganização do Estado de Direito. Além disso, não vejo a canção como uma forma de luta. Portanto, não tenho nenhum compromisso em continuar como artista, como compositor, como cantor.

O amigo Assis Ângelo conta que o compositor-cantor Vandré, no entanto, ainda existe. Ele costuma cantar em rodas de amigos, embora esteja muito diferente do vigoroso intérprete que há 12 anos comandou um coro de 20 mil vozes no Maracanãzinho cantando o refrão: "quem sabe faz a hora, não espera acontecer". Sobre o passado ele costuma dizer:

— Estive ausente do Brasil durante quatro anos e 12 dias, saí por minha própria vontade e voltei também por minha própria vontade. Esta decisão me custou um preço muito grande, mas já paguei o que tinha que pagar.

Lentamente, como quem desperta de um sonho confuso, ressurge o artista. Apesar de sua resistência em voltar ao esquema comercial a que está submetida a cultura brasileira, ele quer continuar registrando seu trabalho em discos e livros (em 1972, no Chile, lançou um livro de poemas que não foi traduzido para o português). Seu amigo Assis Ângelo faz uma ressalva: "Daqui pra frente, sua obra será editada de forma independente. Ele não quer ser roubado impunemente pelas gravadoras tradicionais". O doutor Geraldo Pedrosa de Araújo Dias, no entanto, insiste em afirmar que "Geraldo Vandré só voltará a cantar publicamente quando houver governo com G maiúsculo no Brasil".

Lua: baião no PDS

Ao que tudo indica, as próximas eleições no Brasil só acontecerão mesmo em 1982. Mas desde já o partido do governo conta com um significativo reforço para disputar os votos dos nordestinos. Trata-se de Luiz Gonzaga, o "rei do baião", que está anunciando sua condição de candidato a deputado pelo PDS. O que não chega a ser novidade: antes da reformulação partidária, o *Lua* não escondia suas simpatias pela extinta Arena. Nesta entrevista ao repórter Assis Ângelo ele explica sua posição:

— Luiz Gonzaga, por que a preferência pelo PDS?

— Acontece que no sertão o negócio é diferente. O povo só abre a boca para falar no governo. Tudo que o nordestino precisa ele pede ao governo e é o governo quem dá. Por lá não se conhece oposição. Sou um artista criado nesta região e não vejo outra coisa senão o governo. Oposição é um negócio urbano.

— Mas o Arraes, por exemplo, é da oposição e foi até governador. Quando ele fala em público reúne multidões...

— Não discuto.

—Você acredita nos governos pós-64?

— Acredito. O governo fez muita coisa e todo mundo sabe disto. O nordeste, inclusive, nunca recebeu tanto. O que ocorre é que os planos é que não são bem desenvolvidos, mas temos bons governadores nos estados.

— Como as pessoas estão recebendo sua candidatura?

— Quando eu digo que vou ser deputado, as pessoas me barram na rua e perguntam se é verdade. Eu respondo que sim e elas começam a mandar brasa, dizendo que estão decepcionadas. Mas não sei não. Elas bem que podem ser ativistas, não é?

— Você participaria de espetáculos com renda para grevistas?

— Claro que sim. Quer dizer, agora talvez eu não vá porque o negócio está muito politizado. Acho que eu ficaria com cara de besta, ia ficar sobrando porque não é lugar para mim. Eu aceito e admito, mas não vou porque a jogada é toda política.

Arquivo Coojornal

— Mas iria cantar num comício do PDS?

— Ah, eu iria. Porque quando preciso de alguma coisa, peço ao governo e consigo.

— E num comício do PT?

— Não. Mas quero ver os meninos vadiar. Eu fico de fora, só vendo.

— Em 1968 você gravou Pra Não Dizer Que Não Falei de Flores, de Geraldo Vandré. Você cantaria esta música de novo, em público?

— Não. Só canto em forró, em recinto fechado, para o pessoal dançar. Eu toco em ritmo de frevo. É uma canção que o pessoal aceita e eu não vou dar uma de radical e não cantar. Enfim, estou usufruindo de um regime democrático. O disco estava proibido mas foi liberado. Não quero ver ninguém derrotado, mas quero que respeitem meu lado político, minha maneira de pensar.

— O que você acha do Geraldo Vandré?

— Não sei dizer porque não conheço o comportamento dele agora. Esse menino já deixou esse negócio de política? Como compositor eu o admirava bastante e inclusive ele era meu fã. Gravava músicas minhas e eu cantava músicas dele. Hoje, se ele precisar de mim, estou a inteira disposição.

"Marighela é o Che brasileiro"

Por Walter Moraes

O último jornalista a entrevistar o chefe da ALN fala da esquerda brasileira

Arquivo Coojornal

Andou pelo Brasil em junho o belga Conrad Detrez, de 42 anos. Alguns jornais falaram dele, principalmente de seu romance *O Jardim do Nada,* lançado pela Civilização Brasileira. Na França, esse livro recebeu em 1978 o Prêmio Renaudot e já vendeu 300 mil exemplares. Autobiográfico, conta a insólita experiência brasileira de Conrad Detrez, que veio para o Brasil em 1962, quando tinha 24 anos, sendo expulso em 1967, acusado de subversão.

Na França, onde vive, Detrez é muito conhecido, não apenas por seus livros — tem quatro romances baseados em sua própria vida —, mas por ter sido o último jornalista a entrevistar Carlos Marighella, o maior teórico da guerrilha no Brasil, chefe da Ação de Libertação Nacional (ALN), morto pela polícia no início de novembro de 1969. A entrevista com Marighella, feita em São Paulo no final de outubro de 1969, foi publicada inicialmente no jornal terceiromundista *Front,* que circulava em Paris e desapareceu. Mais tarde, foi editada em livro (*Pela Libertação do Brasil*), ao lado de outros textos de Marighella, inclusive o seu trabalho mais famoso, o Manual da Guerrilha Urbana. Caso Raro, o livro foi apreendido pelo governo francês alegando que se tratava de "um hino à guerrilha urbana". Desafiando o governo 25 editoras francesas uniram-se para bancar uma edição do livro, que circulou normalmente. A partir desta edição francesa, segundo Detrez, os textos de Marighella, principalmente o famoso manual de guerrilha, correram o mundo em edições piratas, servindo de orientação para vários grupos guerrilheiros na Europa e nos países subdesenvolvidos.

Formando em Filosofia, Conrad Detrez emigrou para o Brasil não para "fazer a América", mas para "fazer a revolução". Como muitos europeus idealistas do início da década de 60, ele também acreditava que todos os países latino-americanos seguiriam brevemente o exemplo de Cuba, onde os guerrilheiros haviam derrubado uma ditadura corrupta para implantar o socialismo.

Dúvidas sobre a capacidade das esquerdas

Católico de esquerda, foi morar na Zona Norte do Rio. Para ganhar a vida, lecionava literatura francesa na Faculdade Santa Ursula, da PUC carioca. Para fazer a revolução, ligou-se à Ação Católica, organização cristã que se politizava, sob influência da revolução cubana.

Quando ocorreu o golpe militar de março de 1964, Detrez estava integrado na Ação Católica, já praticamente transformada na Ação Popular, a famosa AP, uma das principais fontes de quadros da luta armada desencadeada pela esquerda brasileira nos últimos anos da década de 60.

Demitido da Faculdade, viveu de traduções enquanto pôde. Verteu para o francês *Quarup,* de Antonio Callado, e *Os Pastores da Noite,* de Jorge Amado, além de textos de dom Helder Câmara, então chamado de "arcebispo vermelho" pela imprensa de direita.

Mais tarde, caiu na clandestinidade, de onde só retornou em fevereiro de 1967, preso. Ficou na Vila Militar por uma semana, sofreu interrogatórios e torturas, mas a embaixada da Bélgica interveio para que fosse "expulso" — não houve uma expulsão legal, mas Detrez saiu da cadeia para o avião.

Foi parar em Paris. Já tinha suas dúvidas sobre a capacidade da esquerda de fazer a revolução, mas retomou o contato com os militantes da AP na França. Já em 1967, a AP estava começando a fechar com o marxismo da linha chinesa, o maoísmo.

Segundo Detrez, a maoização da AP teve duas fontes de influência. as leituras de Mao Tsé Tung feita pelos militantes asilados em Paris e o processo de sovietização em Cuba, cuja revolução servia como exemplo e inspiração para toda a esquerda latino-americana. A AP brasileira e a AP francesa trocavam idéias mas, na opinião de Detrez, esse intercâmbio foi desigual, permitindo que as idéias vindas de Paris exercessem maior influência sobre o pessoal que ficara no Brasil.

Apesar de discordar da maoização da AP — "como europeu, eu não via condições para fazer a revolução brasileira no campo, como queriam os maoístas" —, Detrez não chegou a se afastar dos militantes parisienses. Em agosto de 1968, aproveitando a fase de liberalização do governo Costa e Silva — os estudantes estavam fazendo passeatas nas ruas —, ele voltou ao Brasil. Não para o Rio, onde estava "queimado", mas para São Paulo, onde passou a trabalhar como redator de política internacional da *Folha da Tarde.* A esta altura, muitos dos seus amigos da AP já estavam em organizações militares clandestinas, como a ALN de Marighella. Depois do AI-5 (dezembro de 1968), que desencadeou uma caçada aos esquerdistas do país, Detrez resolveu voltar para a França.

Em Paris, onde passou a viver como jornalista, não se desligou do círculo de brasileiros exilados. Tanto que, no segundo semestre de 1969, propuseram-lhe que viesse ao Brasil (clandestinamente) para uma longa entrevista com Carlos Marighella, que queria divulgar documentos e explicar ao mundo suas idéias e a luta contra o regime militar brasileiro. Aceitou a proposta e chegou a São Paulo no final de outubro de 1969. Uma semana depois, estava diante de Marighella. Dez dias depois, o líder guerrilheiro morria numa rua de São Paulo, vítima de uma emboscada preparada pela polícia.

Desde então, Conrad Detrez ficou vivendo na Europa. Em 1971, foi condenado a dois anos de prisão pela Justiça Militar do Brasil, que o julgou à revelia. No ano passado, Detrez foi beneficiado pela anistia.

Agora, estabilizado como escritor e jornalista, ele voltou ao Brasil para recolher material para um novo livro, encomendado por três editoras francesas. A **experiência no Brasil e os livros publicados fizeram de Detrez um "especialista em Brasil", a quem os franceses recorrem quando desejam compreender os acontecimentos desta parte do mundo.**

— A conselho das editoras que me encomendaram o livro — conta Detrez —, fiz um diário desta viagem, mas não sei ainda se o escreverei, porque tenho certa dificuldade em entender o que se passa no Brasil.

"Falta uma autocrítica na esquerda"

Se não se achar capaz de escrever um livro sobre o Brasil de 1980, Detrez escreverá apenas artigos para jornais ou revistas. Duas coisas, pelo menos, o impressionaram no país: as comunidades de base da Igreja e o novo sindicalismo.

— As comunidades de base da Igreja são um fenômeno religioso e político importante e inédito — diz Detrez. — E o sindicalismo me impressiona porque não tem nada a ver com o reboquismo do tempo de Jango Goulart. A renovação sindical ainda não atingiu a totalidade dos sindicatos mas está marcando positivamente o movimento sindical, justamente porque, como o trabalho da Igreja, o novo sindicalismo está assentado na base.

Apesar de satisfeito com essas novidades, Detrez volta um pouco decepcionado. Uma de suas preocupações nessa viagem foi rever amigos e percorrer livrarias, em busca de conversas e de livros onde pudesse encontrar uma análise profunda dos fatos, erros e mudanças verificados entre os anos 60 e 70 no Brasil e na América Latina.

— Lamento dizer, mas a esquerda brasileira não fez uma autocrítica séria — comenta Detrez.

De cerca de 20 livros que encontrou, ele destaca dois: *O que é isso, companheiro,* de Fernando Gabeira, e *Memórias do Exílio,* com vários depoimentos de exilados brasileiros que, na maioria, já retornaram ao país.

— Nas *Memórias do Exílio,* chamou-me a atenção o testemunho do Betinho (Herbert de Souza), que fala da despersonalização do militante político. E o livro do Gabeira também é muito interessante, porque ele não abstrai a situação pessoal. Por coincidência, esses dois depoimentos são de mineiros, que têm uma facilidade especial para mexer com as palavras. Eles compreenderam que os militantes políticos não são robôs monolíticos e unidimensionais. Mas fora esses dois, não encontrei estudos sérios sobre o fracasso da querda brasileira.

A queixa de Detrez é contra a falta de coragem para admitir erros e vícios políticos. Em seus dois últimos romances, ambos relacionados com sua experiência no Brasil, ele discute principalmente esses erros e vícios, aos quais se refere como "problemas de patologia política". O próprio Detrez tentou fazer uma "autocrítica" dos erros da esquerda brasileira e latino-americana. No entanto, ele mesmo confessa que isso é difícil, por ser um europeu. Em resumo, eis os pontos críticos do comportamento político da esquerda brasileira, na opinião de Conrad Detrez:

AVENTUREIRISMO — Ao tentar combater o regime brasileiro de armas na mão, no final da década de 60, a esquerda brasileira se desligou completamente das massas. Na medida em que multiplicou as ações violentas, a esquerda se afastou das preocupações mais imediatas da população e lhe fez medo. Juntando isso à propaganda oficial e à censura, as massas isolaram os militantes armados, que foram facilmente cercados e aniquilados.

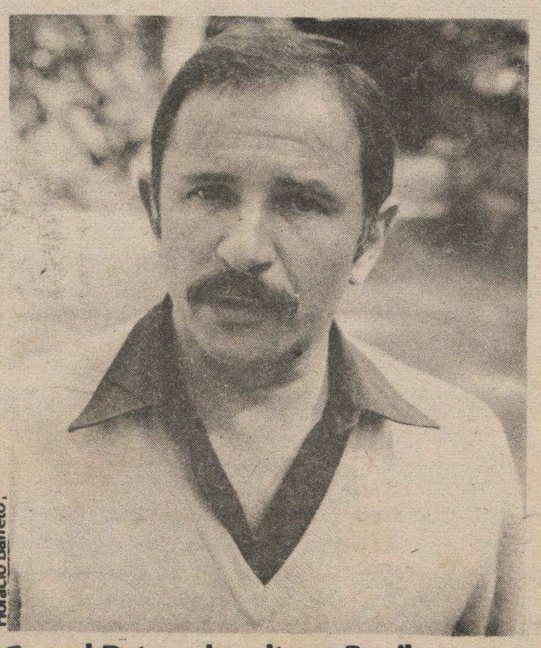
SUBJETIVISMO — A esquerda brasileira tende a acreditar mais na teoria do que na realidade. Em parte, esse comportamento vem da origem não operária dos esquerdistas, intelectuais de classe média. Psicologicamente, pode-se interpretar esse comportamento como esquizofrênico. Ou seja, a esquerda criou uma realidade para si mesma, ignorando a realidade verdadeira. Muitos, mas muitos esquerdistas confundiram a realidade com seus desejos. A experiência provou que, ao contrário do que pensavam muitos esquerdistas, não basta conhecer a teoria para acertar na prática.

MACHISMO — Detrez acha que existe algo de quixotesco na maneira como os latino-americanos agem diante da morte. Ele deplora a valência gratuita, a temeridade, a irresponsabilidade, o pouco caso diante da própria vida. Che Guevara era assim, brincava com a morte. Certa vez percorreu a América Latina de motocicleta e, sintomaticamente, deu à sua moto o nome do cavalo de Dom Quixote, Rocinante.

"Marighella pode vir a ser um herói nacional"

Esse comportamento irresponsável, Detrez também sentiu na tendência da esquerda para subestimar a repressão, na época da luta armada. "Em vez de levar a polícia a sério, a maioria levava na gozação", lembra Detrez, que sempre ficou impressionado com a fragilidade do esquema de segurança dos grupos clandestinos, naqueles tempos. Recordando seu encontro com Marighella, num momento em que este era o homem mais caçado pela polícia política brasileira, Detrez ainda não compreende porque o chefe da ALN parecia tão displicente e descuidado, a ponto de usar como disfarce para sua calvície uma peruca grisalha que absolutamente não combinava com sua pele amulatada. Detrez diz ter advertido Marighella sobre a fragilidade de sua segurança. Em resposta, Marighella lhe disse: "Você é europeu, não entende que aqui no Brasil é assim mesmo e tudo acaba dando certo".

— Além de tudo isso que falei — diz Detrez — eu também creio que nessas atitudes um pouco irresponsáveis há um componente cristão. Isto é, a exemplo de Cristo que morreu para impor sua mensagem, é provável que muitas pessoas se sintam psicologicamente compensadas ao



Horácio Barreto

Conrad Detrez, de volta ao Brasil

desafiar a morte e perder a vida por uma causa justa. Nós não devemos esquecer que sempre houve um certo misticismo nas lutas armadas ocorridas no Brasil. Antonio Conselheiro é um exemplo disso e Tiradentes também andou por aí.

Conrad Detrez acredita que, dentro de 30 ou 50 anos, dependendo da evolução política do Brasil, Carlos Marighella possa ser um herói nacional.

— Ele é o Che Guevara brasileiro, mas o povo não o conhece — afirma Detrez, lembrando que o ex-chefe da ALN é reconhecido no Terceiro Mundo como um grande teórico da luta armada, apesar de sua derrota no Brasil.

Para explicar isso, Detrez diz que Marighella foi lido e usado pelos palestinos e sandinistas, sendo provável que também tenha sido utilizado pelos montoneros argentinos.

— É uma aberração, porque o contexto é outro, mas as teorias de Marighella também foram empregadas na prática pelas Brigadas Vermelhas da Itália e pelo grupo terrorista alemão Baader Meinhoff — afirma Detrez.

De seu único encontro com Marighella, em 1969, Detrez lembra alguns detalhes:

— Era um sujeito fisicamente muito corajoso. Muito cordial e expansivo, como costumam ser os baianos. Intelectualmente, possuía muita vivacidade. Sua cabeça era muito rápida.

Embora tenha escrito um ensaio na França sobre as idéias e lutas de Marighella, Conrad Detrez não tem qualquer pretensão de escrever a história desse comunista que lutou dos 17 ao 59 anos e morreu praticamente ignorado pela grande maioria da população brasileira.

— Sinceramente, acho que a história de Marighella precisa ser contada, com todos os seus erros e virtudes, mas isso é tarefa para um escritor brasileiro, diz Detrez. "Mas esse escritor tem que ter talento para impor uma biografia real, sem mistificações. Uma biografia que não possa ser contestada nem pelo Governo brasileiro".

Cinemas do Brasil: longe da revolução do som imaginário

Os brasileiros não escutam os novos sons de Hollywood

É a mais recente revolução do cinema, mas por falta de condições das salas exibidoras, o espectador brasileiro está praticamente impossibilitado de desfrutar todas as vantagens do *som imaginário*. A classificação é do crítico José Carlos Avellar, do *Jornal do Brasil*, que escreveu uma matéria com este título na edição do último dia 23 de julho. Avellar relaciona uma série de títulos, de *Apocalipse*, de Francis Coppola, a *O Império Contra-Ataca*, direção de Irvin Kershner, produção de George Lucas — e seqüência do multimilionário *Guerra nas Estrelas*. São filmes feitos para explorar os novos recursos sonoros dos estúdios e das salas de projeção.

Na prática, porém, o que se verifica? O próprio Avellar observa que boa parte da grandiloqüência de *Apocalipse* perdeu-se com a redução de uma sonoridade repleta de nuances a uma única faixa de som, reproduzida em volume mais alto. Muito da espetaculosidade da imagem de *Cinzas do Paraíso*, de Terrence Malick, foi igualmente perdida com a simplificação do sistema de reprodução do som. Porque, muitas coisas ocorriam ali na trilha sonora, e as salas brasileiras infelizmente não estão aparelhadas para estas sutilezas.

Tudo isto meio que demonstra aquilo que muitos realizadores brasileiros não se cansam de assinalar, que o decantado problema de som do cinema nacional não é tanto do nosso cinema, mas das salas exibidoras. Acostumado com a legenda, o espectador do filme estrangeiro não precisa ouvir o que os atores falam, daí o elogio aos produtos que vêm de fora e as críticas aos similares nacionais. Digamos que o problema é parte do cinema nacional, e parte das salas exibidoras. (Há muitos filmes brasileiros sonorizados em circunstâncias especiais que são totalmente audíveis.) Mas não há dúvida de que, quando se trata de captar todas as complexas possibilidades do novo sistema *dolby*; nossos cinemas revelam-se precariamente aparelhados para técnicas tão sofisticadas.

LEGISLAÇÃO

O som é hoje a última *invenção* dos estúdios americanos. Orson Welles dissociou som e imagem no clássico *Cidadão Kane*, e veteranos realizadores, como o George Stevens de *Shane* (Os Brutos Também Amam), reconheciam a importância de um efeito sonoro trabalhado: Stevens sincronizou um tiro de revólver com o disparo de um canhão à distância, na célebre cena em que Wilson (Jack Palance) mata Stonowall (Elisha Cook, Jr.). Mas isto aí ainda é o sistema tradicional. Hoje, as coisas evoluíram muito.

A voz de Chewbacca em *Guerra nas Estrelas* foi conseguida misturando-se uivos de lobos com grunhir de ursos e o rosnar de um tigre. Os movimentos das naves em *O Império Contra-Ataca*, resultam de complexas combinações sonoras: sons em câmara lenta, sons em primeiro plano, sons em plano geral. Todos estes efeitos exigem o número certo de canais e condições altamente apuradas de reprodução. Reduzidos a uma só faixa de som, como ocorreu com *Apocalipse*, perdem muito da sua eficiência e — vá lá a palavra de novo — espetaculosidade.

Este é um protesto de espectador. Certamente, há muitas coisas mais importantes a resolver no país que as boas condições de uma sessão de cinema. Mas o cinema — a indústria da exibição — mobiliza milhões de cruzeiros. É justo exigir condições aprimoradas de projeção e reprodução sonora, quando se vai ao cinema. Cada vez mais, nossas salas apresentam-se em condições precárias, por falta de uma legislação específica e também de organismos capazes de fiscalizá-las. É um fenômeno brasileiro. Ocorre em Porto Alegre, nas cidades do interior e também nos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, com as exceções que confirmam a regra. As pesquisas técnicas do cinema, as combinações de sons e imagens, já passaram do ano 2001. Mas nossas salas estão entrando na década de 80 com as mesmas deficiências de dez anos atrás.

LUIS CARLOS MERTEN

Você precisa saber tudo sobre a economia do Rio Grande

E descobrir por que a economia gaúcha está em busca de um novo modelo

Com o *Ano Econômico*, você descobrirá que é fácil ler e entender economia. Sem economês. O *Ano Econômico* analisa a economia gaúcha para você, mostrando o desempenho de seus 27 setores sem nenhum segredo

Você encontrará, ainda,
as 100 maiores empresas
as 50 maiores privadas
o balanço das estatais
os balanços por setores

Pedidos para

À
Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda — CooJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372
Fone: PABX (0512) 33.50.99 — Telex (051) 1605
90000 Porto Alegre — RS

ANO ECONÔMICO

Remetam-me ..... exemplares do Ano Econômico, no valor unitário de Cr$ 300,00 Estou anexando cheque nº ..... do Banco .....
no valor de Cr$ .....
Nome .....
Endereço ..... Fone .....
Cidade ..... Bairro .....
Estado ..... CEP .....
A/C de ..... Cargo .....
Data ..... Assinatura .....

Importante: para pedidos acima de 20 exemplares, consulte nossa tabela especial

Discussões mal-humoradas

O Salão de Humor de Piracicaba está com os dias contados?

"A mulher é um ser dos pés ao pescoço."

Esta frase quase degola os organizadores do 7º Salão Internacional de Humor, que se realiza de 16 de agosto a 7 de setembro, na cidade de Piracicaba, no interior de São Paulo. Pela primeira vez, os trabalhos deveriam versar sobre um tema pré-estabelecido, *mulher*, o que causou grande protesto por parte dos cartunistas que consideraram o fato uma tentativa de impor uma censura interna.

— A colocação de um tema é uma debilidade total, uma falta de capacidade de organização — vocifera Fausto Longo, 27 anos, o mais conhecido desenhista de humor piracicabano, já premiado anteriormente no Salão.

Desde que foi criado, o Salão orgulha-se de nunca ter passado sob o crivo da censura, mesmo em tempos mais difíceis, apesar de ter recebido muitas pressões. Por isso, qualquer tentativa de coibir a criação fere as susceptibilidades dos cartunistas, embora a sugestão de um tema ser comum em outras mostras do gênero, conforme garante a comissão organizadora. Mas, em face do protesto, ela decidiu voltar atrás: o tema *mulher* passou a ser objeto de uma exposição paralela e foram aceitos trabalhos sobre qualquer assunto.

— A polêmica é benéfica — garante o padre José Maria Teixeira, coordenador da Ação Cultural da Prefeitura Municipal de Piracicaba, responsável pelo Salão. "Conseguimos o que buscávamos, ou seja, o maior dinamismo, pois passamos a cobrar participação de quem critica, para que o Salão não seja um elemento de desunião. Para tanto, os organizadores criaram o que chamam de *embaixadores*, cartunistas de vários estados que auxiliam na divulgação e organização."

Criado há sete anos, a partir de batepapos de um grupo de jornalistas preocupados com a pouca importância dada ao cartunismo — até então sempre uma arte menor —, o Salão de Piracicaba recebe anualmente cerca de mil trabalhos, dos quais 150 são selecionados e seis premiados — este ano, o prêmio é de Cr$ 40 mil para cada um.

— Nós não tínhamos nada — relembra Alceu Righetto, jornalista, um dos fundadores do Salão, hoje afastado da mostra por motivos políticos. "Fui ao Rio munido de três garrafões de genuína pinga piracicabana para conversar com o pessoal do *Pasquim* e consegui convencê-los a comprar a idéia."

OS ANÔNIMOS

Com este apoio, principalmente de Millôr Fernandes e Zélio Alves Pinto, uma verba de Cr$ 10 mil doada pela Prefeitura e alguma ajuda da iniciativa privada, saiu o primeiro Salão, que recebeu 300 trabalhos, demonstrando o imenso potencial do setor.

— Foi uma proposta inédita, fazer algo totalmente sem censura, pois na época os cartunistas eram os únicos a levar adiante uma imagem de contestação social — diz Righetto.

De fato, a importância do Salão tornou-se inquestionável: no ano seguinte ele virou data no calendário turístico do estado e ganhou apoio de várias áreas. Contribuiu para a valorização da profissão, para o aparecimento de novos nomes como Laerte, Alcy, Santiago, Jota, Glauco, Benjamim, Nilson, Reinaldo, Chico Caruso e muitos outros. "Hoje, há cerca de 3 mil elementos que mexem com desenho de humor, mas só 20 conseguem publicar seus trabalhos na imprensa — diz Longo. Por isso, o salão sempre foi uma abertura importante para os anônimos".

Além disso, nos debates paralelos à exposição, os cartunistas tinham oportunidade de discutir os seus problemas. Durante todos estes anos, Piracicaba recebeu alguns dos mais conhecidos cartunistas do mundo, como Sérgio Aragonés, da revista *Mad*, Geoffrey Dickson, da revista *Punch*, o argentino Sábat e até mesmo Steinberg, o mais conhecido deles, enviou seus trabalhos para a exposição. Mas há problemas:

— Está havendo um esvaziamento não só do Salão, mas do próprio cartunismo, a partir do ano passado — diz Righetto. "Quando havia censura a classe era mais unida, agora estão começando a aparecer os regionalismos, pois o humor deixou de ser exclusivamente carioca para surgir também em outros estados. Uma prova disso é a criação de outras feiras de humor em Brasília, Rio de Janeiro e Curitiba, esta última patrocinada pelo próprio governo estadual". Mas Fausto Longo adverte:

— É ridículo falar que a abertura murchou a cabeça dos cartunistas. Acontece que não se está habituado a trabalhar com liberdade e isto faz com que a produção esteja mais baixa.

PERPLEXIDADE

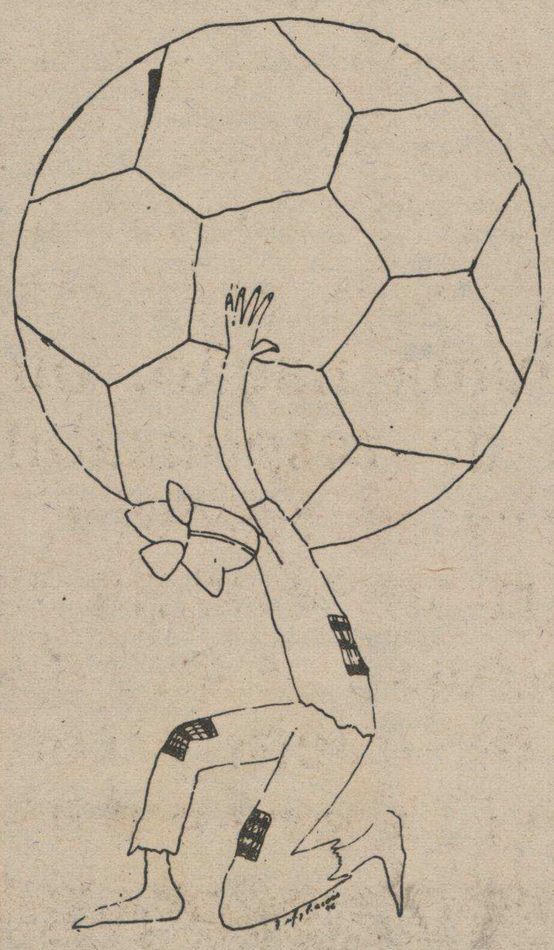
A própria comissão organizadora do Salão reconhece uma queda no ano passado: "Era um momento de perplexidade, os humoristas não sabiam ainda como enfocar a abertura", diz o padre José Maria, "mas, este ano esperamos que o salão seja um registro coerente do momento histórico".

Para Righetto, é preciso encontrar urgentemente novos rumos para a exposição, antes que ela desapareça, "um esquema de sustentação a longo prazo, se possível dirigido pela intelectualidade progressista da cidade, sem a participação oficial". Será difícil. Apesar dos protestos e das dúvidas a respeito da competência da comissão organizadora, a Prefeitura Municipal está arcando com todas as despesas da mostra, com uma verba de Cr$ 500 mil, embora prevendo que vai gastar o dobro. Neste sentido, está tentando mobilizar setores da iniciativa privada e do governo federal, como a Funarte.

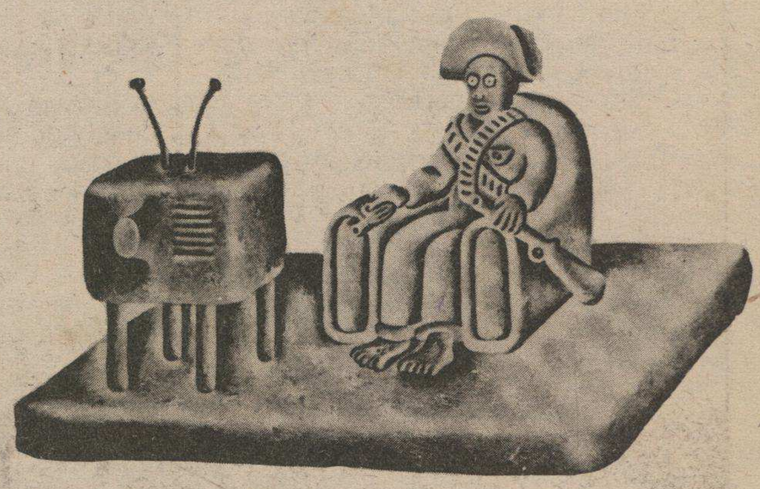
— Esta limitação nos coloca em situações ridículas, como, por exemplo, a de escolher jurados de lugares não muito distantes, para diminuir as despesas com passagens — lamenta o Padre. "Nem mesmo o catálogo dos desenhos expostos no ano passado, que constitui a memória cultural do evento, conseguimos editar ainda."

REGINA CURI

Luiz Antônio Solda (Curitiba), 1976



Flávio Migliaccio (Rio de Janeiro), 1976



Emil Wainstick (Rio de Janeiro), 1º lugar em 1975

Sindicatos, um retrocesso de meio século

A legislação atual eliminou direitos conseguidos em 30

Convidado em fins de maio a participar de um seminário na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo sobre tendências do sindicalismo brasileiro, o jurista carioca Evaristo de Morais Filho, autor do clássico *O Problema do Sindicalismo Brasileiro* — editado em 1952 e reeditado recentemente depois de anos de ausência das livrarias —, se deu conta de que o auditório era formado basicamente por jovens. E saiu-se com esta: "Como imagino que muitos de vocês mal se lembram do governo de Jango Goulart e nem ouviram falar de Getúlio Vargas, acho que é meu dever contar um pouco da história do sindicalismo no Brasil".

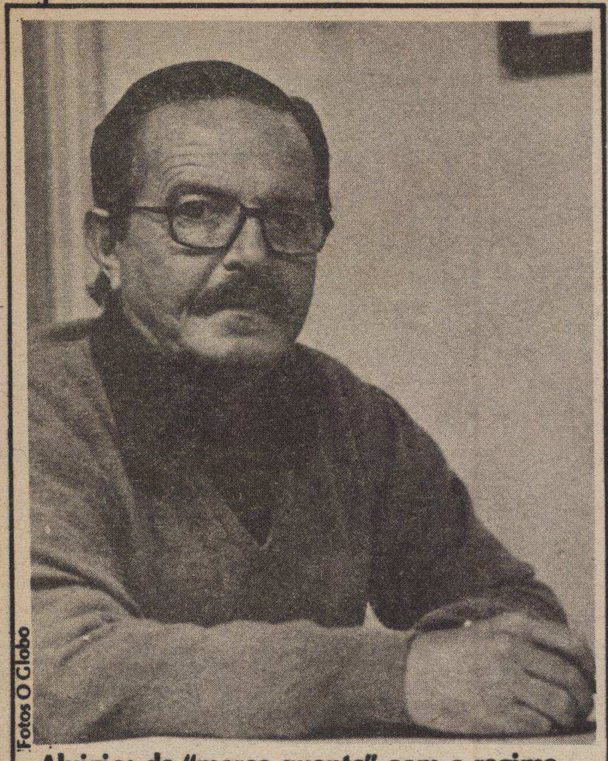
O que se seguiu, em meio a piadas e até a gracejos dirigidos às moças que arrancaram gargalhadas do auditório, foi uma magnífica aula de uma história que o sofrido povo brasileiro conheceu na carne. A primeira observação feita por Evaristo de Morais Filho foi a de que a legislação trabalhista atualmente em vigor configura um retrocesso em relação a conquistas anteriores e que, num certo sentido, a Revolução de 1964 fez os direitos da massa trabalhadora regredirem à década de 20. E contou: "Imaginem que, entre 1931, quando a Aliança Liberal conseguiu fazer passar uma legislação que continha imperfeições, mas, em contrapartida, instituía a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), e 1937, quando Getúlio deu o golpe que implantou a ditadura do Estado Novo, os trabalhadores puderam celebrar convenções coletivas e algumas categorias chegaram a conquistar o direito de serem ouvidas antes de realizadas demissões."

Em seguida, Morais Filho cuidou da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda hoje em vigor. "O peso esmagador da ditadura de Getúlio e o caráter fascista da CLT (fielmente copiada da Carta Del Lavoro, de Mussolini) fizeram derrocar essas conquistas e ofereceram, em compensação, a onipresença do Estado, autoritário e paternalista, que se relacionava com os trabalhadores através de uma casta favorecida de dirigentes de sindicatos — os pelegos."

Com surpreendente clareza, Evaristo de Morais Filho tirou um raio-X da linha ideológica que prevaleceu na formulação da CLT, em que um Estado forte, e não os trabalhadores e seus empregadores, é o centro da ação. Segundo ele, Getúlio Vargas foi buscar inspiração e sustentação filosófica para a CLT nas idéias positivistas de Augusto Comte (que, em síntese, preconizam que todo progresso é conquistado gradualmente a partir de um clima de paz e ordem, rejeitando, portanto, a luta de classes e as transformação revolucionárias), tendo-as absorvido de proeminentes figuras gaúchas, como Borges de Medeiros e Júlio de Castilhos, que fizeram a cabeça de Vargas e hoje emprestam seus nomes a algumas das principais vias públicas de Porto Alegre.

FLOREAL RODRIGUES

Um repórter nos tempos de Médici



Fotos O Globo

Aluizio: de "marca quente" com o regime

Junho de 1972, ano do sesquicentenário da Independência. O governo Médici, utilizando maciça propaganda e a censura à imprensa, planeja em grande estilo as comemorações dos 150 anos de independência. É a época do "Brasil, ame-o ou deixe-o", a classe média ainda vive a euforia do **milagre econômico,** *ignorando o que acontece nos porões do regime. Prepara-se o país para uma grande festa cívica, cujo ponto alto está marcado para o dia sete de setembro. Mas, enquanto isso, no Rio um velho repórter trama em segredo "algo mais do que uma simples missão jornalística".*

Por ALUIZIO FLORES

Esta reportagem começou com uma empatia. Trabalhava na redação política do *Jornal do Brasil,* no Rio, em 1972, e acontecia que o governo, e só o governo, preparava-se para comemorar o sesquicentenário da Independência. Eles nomearam um general, Antônio Jorge Correia, que era chefe do Estado Maior das Forças Armadas, para a presidência de uma comissão que ia organizar os festejos.

O general Antônio Jorge Correia montou todo um esquema publicitário para essa festa, que no fundo não era ele quem dirigia, mas aquele grupo de doutrina que queria projetar o regime da ditadura brasileira até o terceiro milênio, aquele grupo da Sorbonne, da Escola Superior de Guerra, que o general Geisel conseguiu desmontar nos últimos anos do governo dele.

Era o monólogo do governo, que ocupava todos os espaços da Nação, não deixava ninguém pensar. Era aquela história do "Brasil, ame-o ou deixe-o", aquela bobagem toda da AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência), do Otávio Costa, daquele monte de fascistas que tinha se pendurado no governo.

Aquilo me incomodava, porque eu tinha sentido cinco baixas na família, por pura injustiça, puro mandonismo, pura vontade de prejudicar as pessoas. Meu pai, que era paralítico e asmático, tinha sido preso, teve que se exilar e depois teve que entrar no país às escondidas para vir morrer no Brasil. Eles prenderam a minha mulher, o meu irmão, meu cunhado e meu sobrinho. Eu estava com marca quente com eles. Aí botei a minha cabeça para pensar.

Num determinado momento, fui a uma cidadezinha chamada Arroio do Só, perto de Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Lá, havia uma conferência de um coronel sobre as excelências da revolução. Aí, pensei: se numa comunidade de mil pessoas há um coronel fazendo uma conferência, é porque eles querem ocupar todos os espaços da Nação. Aquilo me agoniou um pouco. A minha consciência também estava sendo ocupada. Não me deixavam pensar, não deixavam ninguém pensar.

Aí então comecei a pensar. Vi que era possível fazer uma mineirada com eles, uma espécie de *Manifesto dos Mineiros* contra eles. A minha idéia era que o *Jornal do Brasil* publicasse no dia sete de setembro de 1972, dia do sesquicentenário da Independência, os depoimentos dos quatro ex-presidentes da República vivos: o marechal Eurico Gaspar Dutra, o doutor Juscelino Kubitscheck, o doutor Jânio Quadros e, no exílio, o doutor João Goulart.

Fiz um pequeno plano e entreguei ao Sérgio Noronha, que nesse tempo era chefe do *copy-desk* do JB, ao qual estava ligada a parte política, que era pequena, por causa da ditadura e da censura, mas que funcionava ainda. Eu era o redator quase que único. O Noronha, que mais tarde foi assinar uma coluna de esportes no *O Globo,* mandou para frente o meu plano, que caiu nas mãos do chefe de redação, Carlos Lemos, depois nas do editor-chefe, Alberto Dines, e foi parar nas do Otto Lara Resende, que era diretor do jornal e hoje está na *TV Globo.* O Otto apresentou o plano ao doutor Nascimento Brito, dono do jornal, e ele achou bom. O plano voltou, disseram-me que estava aprovado e que o executasse quando quisesse. Como para mim era uma coisa mais do que simples missão jornalística, disse que queria fazer a reportagem nas minhas férias. Nunca tinha dado nada ao país, ia dar aquelas férias.

Dutra: "o aspecto principal do meu governo foi a paz interna"

O marechal Dutra foi uma pessoa tão consciente ao dar o depoimento, que no início ele me deu um respaldo magnífico, dizendo que deveria ouvir outras pessoas que também contribuíram para o desenvolvimento nacional. O depoimento dele é tipicamente no estilo revolucionário, mas em momento nenhum ele se pôs ao lado da ditadura. Ele se pôs contra os métodos do doutor João Goulart de sacudir o país. Mas não concordava com aquelas prisões, torturas, assassinatos, arbitrariedades de toda ordem. com o estilo fascista de governo, com o estilo Buzaid de dizer que vivíamos uma democracia plena, quando vivíamos uma ditadura. Gostei muito do marechal Dutra, não o conhecia. Ele deu um depoimento de dez laudas, mais ou menos.

"Quando assumi a Presidência da República, com a incumbência, dada pelo povo, de instaurar uma sociedade democrática, o Brasil e o mundo acabavam de sair da mais devastadora guerra da História da Civilização. É verdade que o País dispunha de excelentes créditos, produzidos por continuados fornecimentos de alimentos e materiais estratégicos às nações aliadas durante o conflito no continente europeu e no Norte da África. Essas somas, que eram consideráveis, proporcionaram ao Governo a execução do Plano Salte (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), que impulsionou o País no rumo do desenvolvimento. Foram realizadas muitas obras, mas a principal, a meu ver, foi a construção da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, com a qual o País deslanchou na conquista da energia hidráulica.

No meu Governo também se iniciou uma política em relação ao petróleo, com o aproveitamento de capitais estatais e privados e asfaltou-se a primeira grande rodovia nacional, além de dar-se partida na construção da Rodovia Rio-Bahia, hoje o principal elo de ligação entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil.

Mas, o aspecto principal do meu período presidencial foi a paz em que o país passou a viver, em função da pacificação da frente interna, afastadas a subversão comunista e a desordem. Ainda tínhamos pesadas marcas da Intentona Comunista de 1935 e do levante dos integralistas, que somente uma Carta realmente democrática, preparada por uma Assembléia Constituinte eleita pelo povo e soberana (diminuiu de um ano o meu mandato) poderia apagar.

No exercício prático do poder, promovi o Governo do acordo interpartidário (PSD-UDN-PR) e pude passar normalmente a Presidência da República ao meu sucessor legal, o doutor Getúlio Dornelles Vargas."

"JK falou demais e o plano vazou. Comecei a ser seguido"

O Dr. Juscelino Kubitscheck tinha voltado do exílio e presidia o banco Denasa. Recebeu-me num apartamento que tinha na Avenida Atlântica, em Copacabana. Engraçado que ele telefonava para a minha casa às seis da manhã. Perguntava se eu não queria tomar um café completo. Mas Juscelino cometeu um pecado muito grave. Ele não sabia agir sem assessoria. E a cada assessor que ele chamava correspondia mais uma pessoa que sabia do projeto. Então, começou a vazar. Ele fez um depoimento de umas 30 laudas. Nesse tempo, antes de chegar em casa, às 11 e meia, meia-noite, eu tomava uma cerveja num bar chamado Lob's, quase na esquina da Barata Ribeiro com Santa Clara. Ora, os botequins têm movimentos cíclicos, a gente sabe. Às 10 horas, está o doutor Fulano lá, às três o doutor Sicrano, às nove a turma que joga xadrez e assim por diante. E comecei a ver gente estranha na hora em que eu ia. Tinha um da Polícia Federal lá, de óculos com lentes grossas, não me lembro do nome dele. Esse me perseguiu um bom tempo.

"O aspecto mais importante do meu governo foi, a meu ver, a vigência plena das liberdades civis. Faço esse destaque porque grupos de conspiradores haviam tentado impedir a posse do Presidente da República eleito pelo povo e deixado claro, no momento mesmo em que foram frustrados os seus intantos, que não descansariam enquando não atingissem o objetivo final.

A par das providências administrativas, da expansão da capacidade industrial do Brasil, da construção de milhares e milhares de quilômetros de estradas de rodagem e da instalação da nova Capital, tive de empenhar-me a fundo para chegar ao fim do meu mandato, sem sacrificar as liberdades públicas, respeitadas integralmente até o último dia em que permaneci no Palácio do Planalto.

E não foram pequenas as dificuldades. Grupos de oficiais das Forças Armadas que não faziam da disciplina e do respeito ao legítimo poder constituído o seu apanágio, rebelaram-se mais de uma vez contra a minha autoridade, estimulados por uma oposição cega de ódio e de inveja.

Foi assim que aconteceram os episódios de Jacareacanga e Aragarças(*) (aqui um oficial da FAB realizou o primeiro seqüestro de um avião comercial de que eu tenho notícia), que deixaram a Nação perplexa. Esses dois movimentos se esvaziaram dentro de sua própria falta de conteúdo, pondo a nu a irresponsabilidade dos seus autores.

Pois esses oficiais foram anistiados ainda no meu Governo. E assim reintegrados na sociedade e na sua corporação, como se nada tivesse acontecido. Um governo de paz e de trabalho não teria motivos para punir alguém que estivesse longe da realidade. Melhor seria chamar os rebeldes a essa realidade. Foi o que fez o Governo, para que o País continuasse em paz, como efetivamente continuou. De minha parte, o ódio nunca teve uma função política."

"Eles não respeitam a mim, que sou um velho, vão respeitar você?"

Procurei o José Aparecido de Oliveira, deputado cassado e que tinha sido secretário particular de Jânio Quadros na Presidência. Ele ficou de me levar até o Presidente. Numa determinada manhã, saímos do Rio de avião para São Paulo e fomos recebidos no Aeroporto de Congonhas pelo Padre Godinho. Zé Aparecido me apresentou ao Padre Godinho e foi à casa do Pedroso Horta, líder do MDB, que estava doente. Padre Godinho me levou ao Jânio. Ele estava sozinho em casa. Eu não tinha almoçado, estava com

A posse de Jânio, em Brasília: sorrisos de Jango e JK

fome. Aí, Jânio foi à cozinha, fez um ovo com umas lingüiças, trouxe uma garrafa de vinho chileno, que ele tomou bem mais da metade. Tomei um copo e ele tomou o resto. Ia ditando o depoimento para mim. No meio do depoimento, apareceu o Sebastião Néry. Ficou sabendo do plano.

Da casa do Jânio, Padre Godinho me levou à casa do Pedroso Horta, que ao saber da minha reportagem me fez um elogio duplo, à minha burrice e à minha coragem: "Eles não respeitam a mim, que sou um velho aleijado, vão respeitar você?"

De lá, fui ao Hotel Jaraguá, onde tinha apartamento reservado pela sucursal do JB. Subi ao apartamento, estava sem bagagem, desci, perguntei onde tinha um restaurante, saí a pé, jantei e fui à rodoviária pegar um ônibus direto para o Rio, para despistar a polícia, que tinha certeza, estava me seguindo.

Jânio fez uma análise de seus sete meses de governo e acusou quase sempre pelo malogro do seu mandato aqueles que gostam de viver à beira mar. Deu uma receita do que deve ser a sociedade brasileira, que ele faz questão de dizer "di-vi-di-da em clas-ses". Ele não ataca a revolução nem a elogia.

"Almejo para o Brasil a constituição de uma sociedade democrática, que terá de ser necessariamente dividida em classes, cada uma com seus direitos e correspondentes deveres para com a comunidade. Nosso país precisa de um regime realmente democrático, que disponha de mecanismos de defesa contra a ação negativa dos que têm, entre outras preferências, a de viver à beira-mar, à custa do imenso e desassistido interior brasileiro.

Quando falo em mecanismos de defesa, quero referir-me naturalmente a um governo que disponha dos instrumentos necessários à dissuasão dos apetites eternamente insatisfeitos dos que, ao invés de servir à sociedade, querem servir-se do conjunto da Nação.

Um governo forte, que tenha à mão os meios para manter-se forte, não significa absolutamente governo arbitrário ou atrabiliário, que esmague o povo em função de uma suposta ordem. Um governo forte é aquele que, dentro da lei, pode normalizar a vida da sociedade e defendê-la com eficiência no momento em que isso se fizer necessário.

A manifestação da autoridade, quero crer, foi uma característica da minha passagem pela Presidência da República, onde realizei grandes esforços para conduzir o país por um caminho democrático e de ordem, de respeito ao poder constituído e à soberania popular, que me tinha eleito contra todas as insatisfações de uma elite que se recusava a voltar-se para o interior pobre e sem esperança.

A democracia, a meu ver, é um estado de espírito, que precisa ser incutido em muitas consciências absolutistas, para favorecer uma convivência pacífica e frutífera entre os brasileiros. Isto é o que desejo para o meu País, que fatalmente um dia será forte e democrático."

Marechal Dutra: pacificação interna

"Jogaram um boato na redação do JB: eu estava preso"

Tinha que ir ao Uruguai, para ouvir o Jango. O jornal me deu dinheiro vivo e passagem em aberto. Precisava estar prevenido. Há muitas passagens do Rio Grande do Sul para o Uruguai. Que me lembre de cabeça, podia passar pela Barra de Quaraí, Santana do Livramento, Jaguarão, pelo Chuí.

Comecei a espalhar dentro do jornal que ia viajar de ônibus para o Rio Grande do Sul, em férias. Até disseram que eu era miserável, tinha dinheiro para viajar de avião e ia de ônibus. Mas não bateu no bico: quando cheguei na rodoviária para pegar o ônibus, estava a Polícia Federal lá. Efetivamente peguei o ônibus, mas quando chegamos em Bonsucesso, na saída do Rio, pedi para parar e desci. Eram três e meia da tarde, mais ou menos. Peguei um táxi e fui para o Galeão. Tomei um avião às sete da noite para Porto Alegre.

Em Montevidéu, hospedei-me no Hotel Allambra, do Ivo Magalhães, que foi prefeito de Brasília no Governo João Goulart. Jango estava doente, com um resfriado forte e febre. Ele preferia esperar um pouco, para dar um depoimento melhor. Mas ensaiava, pegando um caderno do filho, o João Vicente. Escreveu algumas coisas sobre o general Geisel, por exemplo.

Fiquei esperando. Como tinha me perdido de vista, a polícia brasileira lançou uma contra-informação para me localizar. Jogou em cima do Carlos Lemos, na redação do jornal, no Rio, um boato de que eu tinha sido preso. Lemos se horrorizou. Procurou o Raul Ryff, que tinha sido assessor de imprensa do Jango e era redator do JB. Ryff, com aquela cara dele, disse: "Acho que ninguém prendeu o Aloísio. Esse boato está muito barato. Acho que ele está no hotel do Ivo Magalhães, em Montevidéu".

Lemos ligou para o hotel, eu não estava, deixou um recado para eu telefonar para casa. Esperei até as seis da manhã, hora da troca da guarda, em que a gente pode telefonar mais tranqüilamente. Falei com a minha mulher. Lemos não quis dizer para ela que eu estaria preso e apenas pediu que eu voltasse imediatamente.

Voltei a dormir: As nove horas, bateram à minha porta com um telegrama: "Lemos alterou o programa. Aguarde. Raul." Era o Ryff. Fiquei mais descansado. Era uma segunda-feira. Na quarta, o presidente João Goulart estava bem. Fomos ao aeroporto, esperar o Ryff, e dali para Maldonado, uma fazenda de Jango, chamada *El Milagro*. Fomos juntos o Amaury Silva, que foi ministro do Trabalho, o Ivo Magalhães, o Ryff, o Presidente e eu.

Jango fez em seu depoimento uma análise mais aprofundada do malogro do seu governo. Pareceu-me que ele tinha consciência de que tinha mexido nas estruturas do País. Achava que não voltaria mais ao Brasil. Mas ele deu um apoio decidido à candidatura do general Geisel, que em junho de 1972 já estava posta de maneira inarredável. Jango escreveu de próprio punho, num caderno de inglês do João Vicente, que o general Geisel deveria presidir o Brasil. Durante o tempo em que estive lá, ele não fez uma única referência ao Brizola. Estavam brigados, na época.

"Uma boa parte do período em que exerci a Presidência da República foi consumida pela luta que setores populares e democráticos desencadearam em favor do restabelecimento da forma presidencial de Governo, substituída por um parlamentarismo de ocasião, que visava apenas compor uma situação que alguns julgavam insustentável. Do ponto de vista administrativo, posso orgulhar-me de muitas coisas, a partir do Plano Trienal preparado por Celso Furtado. Muitas das realizações que hoje são atribuídas aos que desfecharam o golpe de 1964 e se substituíram ao povo como fonte e mandatário da soberania nacional, foram na realidade conquistas do meu Governo.

Assim acontece com a Eletrobrás e com o sistema de comunicações interno e externo, que tiveram início efetivo no meu período administrativo. Dupliquei a Estrada Rio-São Paulo e asfaltei mais de 10 mil quilômetros de estradas em todo o país, enfrentando talvez a mais ferrenha e desarrazoada oposição parlamentar, comandada pelos udenistas que não toleravam a presença de um representante das camadas populares no exercício do poder.

Mas, a parte principal do meu Governo — e é justamente neste ponto que quero e preciso deter-me mais demoradamente — foi a tentativa, em parte vitoriosa, de ascensão das grandes massas populares, urbanas e rurais, através da luta incessante pelas reformas de base, a partir da reforma agrária, que até hoje vem sendo obstaculizada pelo latifúndio improdutivo, pelos reacionários por condição espiritual e pelos reacionários profissionais, que vivem à custa do atraso da sociedade nacional."

"Tive medo de guardar o material e o botei num banco"

Depois de tomar o depoimento de João Goulart pedi licença para voltar ao Brasil. Jango queria que eu ficasse mais tempo em sua fazenda. Fui a Montevidéu, peguei um ônibus para Porto Alegre. Na fronteira, em Chuí, um sargento do Exército, com uma lista de nomes à mão, me escolheu entre outros passageiros e fomos para a casinhola deles.

O sargento me disse: "Você é filho deste homem aqui, que está sendo procurado". "Bom" — respondi — "mas esse aí vocês não vão prender, ele morreu em 1965". Apanhado de surpresa naquela bobagem, o sargento se refez: "Mas temos ordens para interrogar o senhor". "Pois não, pode perguntar o que quiser" Não perguntou coisa nenhuma. Só queria anotar que eu tinha passado por ali.

De Porto Alegre, segui para o Rio ainda de ônibus, estava sem dinheiro. Lemos me recebeu na redação com entusiasmo, mas também com apreensão, porque o Otto Lara Resende reclamava que o plano tinha vazado, que estavam sabendo da reportagem e que o jornal estava sendo pressionado. Quem exercia pressão passava por democrata. Era o chefe da Casa Civil do general Médici, o Leitão de Abreu, um homem de quem eu sempre duvidei, tanto na inteligência quanto na intenção. Ele passa por inteligente por que é calado.

Mas só a pressão do Leitão de Abreu sobre o Otto não bastava. Até que eles tiveram que proibir a publicação da reportagem. Fiquei com o material guardado. Lá para as tantas tive medo de guardar aquilo e botei num banco. Só depois que o general Geisel tomou pé no governo — fui um dos primeiros a dizer, na *Coluna do Castello*, da qual era redator substituto, que iria haver abertura — vi que poderia transformar a reportagem num livro que servisse de contribuição à História.

Aluizio Flores, 48 anos, é gaúcho de Santa Maria. Começou sua carreira no jornal A Razão, *de Santa Maria, depois passou pelo* Correio do Povo *e a* Folha da Tarde, *em Porto Alegre. Voltou para Pelotas, no interior gaúcho, para trabalhar no* Diário Popular. *Em 1957 transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde passou pelas redações do* Diário Carioca, O Semanário, A Noite, Manchete, Jornal do Comércio *e* Jornal do Brasil. *No JB, onde começou como redator, ele foi chefe do* copy-desk, *chefe de reportagem e subeditor de política. Fez ainda a coluna* Informe JB *e foi redator substituto da* Coluna do Castello. *Atualmente, é redator de política do jornal* O Globo. *A história desta reportagem, assim como os depoimentos inéditos dos quatro ex-presidentes da República, foram reunidos no livro* O Casaco Azul, *que está em fase de revisão e aguardando editora.*

GAMMA

Eles estão em todo lugar.

A GAMA PRESSE IMAGES é uma das quatro maiores agências fotográficas do mundo, trabalhando com material produzido por cerca de quatrocentos fotógrafos em oitenta países.

Amplamente conhecido por sua divulgação nas principais publicações do mundo, o material da Gama, cujo arquivo contém mais de quarenta milhões de negativos e Slides catalogados por computador, abrange assuntos que vão desde o esporte, arte, personalidades do jet-set, até a área da política internacional, guerras e revoluções.

Há também farto material sobre viagens, ciência, ensaios sobre países, cidades, etc.

Podemos fornecer fotos sobre virtualmente qualquer assunto, personalidade ou acontecimento internacional, em P&B ou slides para publicação, TV ou audio-visuais.

Representante em Porto Alegre, agência Coojornal

Rua Comendador Coruja, 372,
fone PABX (0512) 33.50.99,
telex (051) 1605, CEP 90.000,
Porto Alegre, RS

Direita, volver!

O repórter Licínio Azevedo percorreu a Bolívia por 25 dias, antes, durante e depois das eleições de 29 de junho. Entrevistou todos os candidatos, visitou o interior do país, conversou com mineiros, padres, professores. Saiu da Bolívia dois dias antes do golpe de 17 de julho, sem saber que levava consigo as últimas entrevistas de alguns dos principais personagens da política boliviana, hoje mortos, desaparecidos, presos ou na clandestinidade. Curiosamente, eles não esperavam um golpe militar tão cedo, antes mesmo da confirmação do nome de Hernan Siles Suazo para a presidência. Mas todos advertiram: "O golpe virá, não tenha dúvidas".

Garcia Meza: golpe nº 190

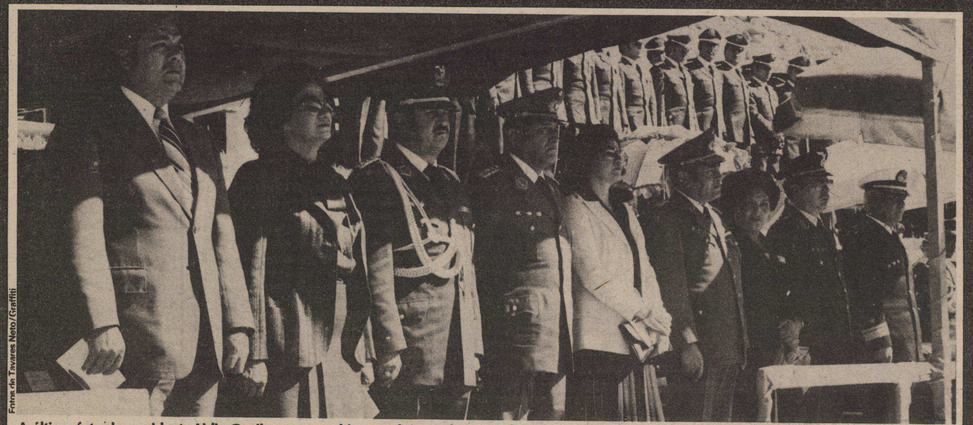


Foto de Tavares Neto (Gamma)

A última foto da presidente Lidia Gueiler com o gabinete golpista (da esquerda para a direita): general Antonio Camacho, ex-ministro do Interior, coronel Roberto Quinteros, chefe da Polícia Nacional, e general Garcia Meza, que liderou o golpe de 17 de julho.

Na mina Século XX, o símbolo da resistência

No golpe militar deste ano, Alfredo Terceros faria o possível para não ser pego desprevenido como em 1976. Ele é o encarregado da secretaria do sindicato mineiro do Século XX, na Bolívia. Naquele ano estava num acampamento de trabalho nas montanhas quando a polícia de Banzer chegou disfarçada de índio. Eram sete da manhã, os agentes tinham máscaras contra o frio cobrindo os rostos e caíram de surpresa sobre os mineiros.

No meio da confusão uma velha camponesa ficou imóvel, sentada num canto do acampamento. Assistiu a tudo com a maior calma. Nem sequer mostrou angústia quando os policiais se afastaram levando os mineiros presos. Quando levantou, debaixo das suas sete saias redondas surgiu Terceros com seus 40 quilos, 25 anos e um metro e 35 de altura.

Pouco depois as mulheres dos mineiros o colocaram dentro de um caixote e cobriram com papel. Amarraram-no nas costas de um carregador índio que saiu direto para a empresa de transportes Bustillos, com os passos curtos e rápidos comuns da profissão. O caixote foi despachado como encomenda para Oruro. Depois de três horas no bagageiro em cima do ônibus, Terceros chegou ao seu destino. E os empregados da Bustillos em Oruro ficaram assustados quando o viram saltar do caixote recém-desembarcado e sumir correndo pelas ruas da cidade que conhecia como a palma da mão, porque vendera jornais ali desde que soubera pronunciar seu próprio nome.

Não era só a vida de Terceros que teria de mudar de repente. Toda a mina estava pronta para o golpe de agora. A direita dizia em bilhetinhos anônimos para o padre Roberto Durette, diretor da Rádio Pio XII, em Século XX, que tinha voltado para cobrar contas pendentes. Iria de casa em casa vingar as afrontas que tinha recebido dos mineiros. Estes entrariam em greve e se esconderiam nos quilômetros de galerias de onde retiram estanho.

— Lá somos peixe na água — afirma Emil Balcazar, secretário-geral do sindicato. — Os soldados nunca tiveram coragem de entrar na mina. São 650 metros de profundidade, quilômetros de galerias. Não vai sair minério dali nem que tragam fura-greves.

Os camponeses da região bloqueariam as estradas e se encarregariam de levar comida para os mineiros sob cerco militar. Fariam isso mesmo que fosse necessário atravessar montanhas com carga em lombo de mula — dizia Huilsaco, líder camponês que lutou na revolução popular de 1952. Pois em 1976 Banzer cortou durante seis dias a água, a luz e os víveres dos mineiros em greve.

Enquanto a luta se desenvolvesse nas minas, os moradores dos bairros altos de La Paz se armariam com pedras e bananas de dinamite. Desceriam a caminho do centro pelas ruas esburacadas que passam pelo cemitério — previa um professor rural que vive num desses bairros — e por ali mesmo se defrontariam com as tropas. Lutariam a quatro mil metros de altura acima do nível do mar e por toda a Bolívia seria a mesma coisa. Pedras e dinamite contra metralhadoras. Esta era a visão da guerra civil que explodiria no país quando os militares tentassem interromper o processo eleitoral que começou em junho e acabaria dia seis de agosto com o primeiro presidente eleito por voto direto depois de quase 15 anos de governos de generais.

Emil Balcazar é um líder mineiro da nova geração. Tem cara de universitário, usa um boné enterrado até metade da testa e deixou crescer a sua barba rala. Trabalhou numa fábrica de cerâmicas em Corumbá. Conhece São Paulo e Rio, admira Lula. Encontramos Balcazar na frente do sindicato, em Século XX, num dos dias tensos de depois das eleições de 29 de junho. Ele e os outros dirigentes estavam empenhados em dar os toques finais na organização dos dois mil e 600 trabalhadores da mina que somados aos outros mineiros da zona chegam a 12 mil numa população local de 76 mil. Faltava reforçar os contatos com os camponeses e instituir comitês de base em cada sessão de trabalho da mina para que os mineiros pudessem resistir ao eventual golpe militar e continuar a greve desencadeada mesmo com os líderes presos ou mortos.

A mina Século XX vem do tempo dos espanhóis. Foi redescoberta por Simon Patiño em 1938 quando todos a consideravam esgotada. Naquela época um mineiro trabalhava 16 horas diárias embaixo da terra. Em apenas um ano (1950) Patiño tirou 5 milhões de dólares de lucro, metade do capital investido. A mina foi nacionalizada em 1952 e hoje é considerada o centro catalizador da resistência popular na Bolívia. Se não forem descobertos novos filões, ainda têm reservas para 25 anos. Com o tempo as escavações deverão se dirigir para o lado das casas dos mineiros, obrigando sua remoção. O veio mais rico fica bem embaixo do sindicato e da praça que está na frente, onde há uma estátua de bronze de um mineiro com uma perfuratriz numa mão e o fuzil erguido na outra.

O sindicato é um prédio de dois andares onde também funciona um cinema. A fachada tem remendos de cimento nos lugares onde acertaram balas ponto 50 disparadas por aviões em outros golpes.

Os homens saiam para as ruas com dinamite no bolso

— É um edifício a prova de balas — diz Balcazar. — Já levou até um canhonaço e ficou de pé.

O prédio fica numa esquina, que os mineiros chamam de fronteira entre a sua zona e Llallagua, povoação dos *civis*, gente que não trabalha na mina. Em Llallagua o candidato presidencial da Unidade Democrática Popular, Hernan Siles Zuazo — vencedor das eleições com 38% dos votos — teve 11 mil votos. O general Hugo Banzer, terceiro mais votado no país, chegou só em quinto lugar, com menos de mil votos — 500 dos comerciantes de Llallagua e 500 do regimento que em 1976 se instalou a sete quilômetros das minas, calculam os mineiros.

Em épocas calmas, os soldados permanecem na área do quartel. Só entram na zona da mina com autorização do sindicato. Na noite de 17 de junho passado, quando um grupo armado de extrema-direita tentou um movimento golpista em Santa Cruz de La Sierra, terceira cidade do país, os soldados entraram em Século XX para assistir ao filme *Os Gansos Selvagens* no cinema dos mineiros. Tinham autorização, mas muita gente se assustou e correu pensando que era a invasão.

Os mineiros de Século XX ganham Cr$ 70,00 por dia num país onde o quilo da carne custa Cr$ 100,00. Vivem em casas de duas peças para uma média de oito ou nove pessoas. Os casebres são cobertos por folhas soltas de zinco que só não voam nos dias de ventania porque os mineiros colocam pesadas pedras em cima delas. E no meio das pedras nunca faltam os cornos de um boi para afastar os maus espíritos.

O banheiro público usado por grande parte da população mineira é duas fossas coletivas, uma para homens, outra para mulheres. As pessoas se acocoram em dois trilhos atravessados sobre o buraco e defecam lendo folhas amassadas de jornais e revistas que usam para se limpar. Dez, quinze pessoas de cada vez. Ficam separadas do exterior por um muro de barro de metro e meio de altura onde crianças se dependuram e pulam de um lado para outro.

— O prato típico de Século XX é cozido com dinamite — costuma dizer o padre norte-americano Roberto Durette, que trabalha lá há 18 anos.

A média de vida útil de um mineiro é de 38 anos. Nesta idade estão destruídos pela silicose que se agarra nos pulmões. Mesmo assim eles amam a mina onde se reúnem nos dias difíceis, organizam greves e antes da jornada de trabalho fazem oferendas de coca ou álcool ao *Tio*, o diabo da Século XX. O *Tio* fica escondido numa gruta em uma das galerias. É representado por uma escultura de gesso, do tamanho de um homem. Tem cornos, um charuto enfiado na boca e o órgão sexual pintado de vermelho e verde, em ereção, para transar com *Patcha Mama*, a deusa terra.

Os bairros altos de La Paz, suas favelas, são outro ponto tradicional de resistência popular. Neles vive a maior parte dos 800 mil moradores da capital, onde a Unidade Democrática Popular conseguiu 52% dos votos. Nestes bairros 75% das casas não têm nem água potável e a população precisa se abastecer em poucas torneiras públicas.

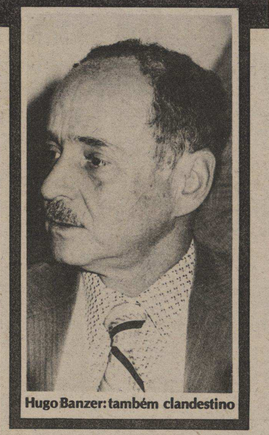
No golpe do coronel Natusch Busch, em novembro do ano passado, não havia uma única arma moderna com os moradores dos altos. Os mineiros das minas vizinhas trouxeram explosivos e no dia seguinte os homens saíram para a rua acompanhados pelas mulheres e filhos. Levavam bananas de dinamite amarradas nas pernas, dentro das botas. Bloquearam as ruas e enfrentaram os soldados como puderam. Não se intimidaram nem com a metralha de um helicóptero militar que causou ali a maior parte dos 600 mortos creditados para o coronel Natusch.

O professor rural Felipe Mita, dirigente sindical que conheceu todas as cadeias da época de Banzer, mora nos altos e acreditava que agora aconteceria o mesmo que em novembro. Dizia que o

Siles Suazo: na clandestinidade

Quiroga Santa Cruz: assassinado

Juan Lechin: preso e torturado



Hugo Banzer: também clandestino

Comitê de Defesa da Democracia, elo frágil de ligação entre as várias correntes da esquerda boliviana, não estava bem estruturado nas favelas, mas que não havia problema:

— Se dá um golpe, macanudo, saímos todos pra cidade com pedras nas mãos e enfrentamos os milicos no peito. Mas não estamos organizados como devíamos, temos de ser realistas.

Apesar de todos os receios e do estado de alerta decretado pelo Comitê de Defesa (Conade), a grande maioria dos líderes políticos e candidatos presidenciais não acreditava num golpe militar imediato. Havia um desejo de democracia muito forte no otimismo deles. O legendário Juan Lechin Oquendo, secretário-geral da poderosa Central Operária Boliviana — preso e torturado pelos militares que deram o golpe no dia 17 do mês passado —, declarava dias depois das eleições que a campanha golpista tinha diminuído. Para ele a presença massiva da população nas urnas era uma garantia antimilitar.

O líder do Partido Socialista-Um, Marcelo Quiroga Santa Cruz — assassinado pelos golpistas —, se baseava no contexto internacional e nos últimos acontecimentos internos para afirmar, mais ou menos a mesma coisa.

Siles Zuazo, o futuro presidente que precisava apenas ser confirmado no Congresso e que agora está na clandestinidade, dizia que havia uma nova geração de oficiais disposta a contribuir para a institucionalização da democracia. Para ele, o fantasma do golpe desaparecia.

Lídia Gueiler, a presidente interina que teria sido torturada para renunciar a favor da junta militar, considerava quase concluída a sua tarefa de dar à Bolívia um presidente eleito. O próprio ex-presidente general David Padilha, líder da corrente militar constitucionalista, na reserva ativa mas em contato permanente com companheiros de farda, apostava na possibilidade democrática. Afirmou isso três dias antes do golpe, na casa que tem em Santa Cruz para fugir do frio de La Paz.

— Creio que a Bolívia vai começar um período de estabilidade constitucional. As conseqüências de um golpe podem ser mais fatais para as Forças Armadas do que foram em novembro.

Antônio Moreno, do comitê-central do Partido Operário Revolucionário e secretário de defesa do Conade, militante trotskista desde os 13 anos, era um dos poucos que via o golpe se concretizando. Mas seria mais tarde:

"O povo está sem armas e temos que ficar na defesa"

— Virá num período de três a seis meses depois de Siles assumir. Será apoiado por um boicote econômico organizado pela direita que controla todo o comércio externo do país.

A Central Operária sempre foi um centro nervoso da política boliviana. É o ponto de contato entre mineiros, operários, camponenses e estudantes. Funciona num velho prédio amarelo, de dois andares, na avenida principal de La Paz. O primeiro andar tem as paredes internas semidestruídas, o teto esburacado e uma cratera de três metros de diâmetro no assoalho. Ficou assim em novembro quando os homens de Natusch dinamitaram o edifício. E neste mesmo cenário, agora, os militares fuzilaram alguns dos líderes bolivianos mais importantes.

No segundo andar estão três escritórios sempre cheios de gente que chega de todo o país. Um escritório é ocupado por Lechin e nele foram tomadas algumas das decisões mais importantes da história da Bolívia. As três peças foram até sede do governo por sete dias quando o presidente Walter Guevara Arze, na clandestinidade e perseguido por Natusch, refugiou-se ali com seus ministros.

Quando é possível, Lechin está sempre entre os escritórios e o bar-restaurante que funciona no térreo e que ganhou o apelido de *Lechingrado*. Ele dá audiências e entrevistas tomando um chá no bar. Às vezes se encosta numa pequena árvore na beira da calçada, na frente do edifício, para conversar e resolver um assunto qualquer. Uma vez conferenciou com um alto funcionário da Organização dos Estados Americanos encostado na árvore.

Nos dias posteriores às eleições, ele tentava esconder preocupações visíveis, apesar de optar sempre pelo bom humor e o riso. É possível que falasse certas coisas apesar de acreditar em outras, quando se referia à perspectiva de golpe. Estava ameaçado de morte pela extrema-direita e não se importava com a sua segurança. A mesa que ocupava no escritório o deixava de costas pra janela que dá para a avenida. Quando ele se encostava na árvore ou entrava no *Lechingrado*, se expunha sem receios.

— Querem me matar desde 1946 — disse ele. — Naquele ano um partido stalinista e a direita me botaram uma corda no pescoço lá em Oruro. Não encontraram uma árvore pra me pendurar, aquela cidade não tem árvores.

Ele não acreditava na viabilidade de um enfrentamento entre a população e os militares:

— Não há uma vanguarda armada como em 1952. O povo está sem armas e precisa adotar uma posição defensiva.

Ao contrário dos militares bolivianos, que temiam ver chegar ao poder uma frente com participação comunista, Lechin não esperava nada de Siles Zuazo na presidência:

— Ele é igual a Paz Estenssoro. Os dois frearam o processo revolucionário de 52 e depois o traíram. Num governo de Siles a Central Operária terá de continuar a lutar pelo princípio das liberdades e garantias.

Lechin define os militares bolivianos e seus temores de maneira simples:

— São militares! Obedecem a quem tem o domínio das estruturas econômicas. A única maneira de um governo popular se manter é mudar as estruturas das Forças Armadas.

O povo boliviano, para ele, tem três características principais:

— É valente, audaz e rebelde. Estas são as razões pelas quais continuo numa luta de tantos anos. Quando há um povo rebelde, sempre existe a esperança de melhores dias. Ele pode se equivocar muitas vezes mas chega o momento em que surgem condições para que o povo rebelde imponha no governo pessoas que respondam aos seus verdadeiros interesses. A consciência de classe está se desenvolvendo neste país. Depois de sete anos de Banzer, podemos dizer que estamos num país politicamente novo e com uma enorme explosão de juventude.

Siles Zuazo, o carismático líder de 1952, hoje com 68 anos, mora ao lado da residência oficial do Presidente, em La Paz. Para chegar à presidência, bastava pular o muro de três metros que separa as duas casas e é guarnecido por soldados. Depois dos resultados das eleições, com 507 mil votos, quase 250 mil a mais do que Paz Estenssoro, o segundo colocado, ele estava pronto para o salto. Tinha apoio garantido de partidos do centro e da esquerda para vencer no Congresso, dia 6 de agosto, já que nas eleições não conseguira os 50% dos votos mais um, exigidos pela Constituição para tornar-se presidente. Conseguiu até os votos de Paz Estenssoro, seu ex-companheiro de luta e atual adversário.

Paz Estenssoro deu seu apoio público a Siles Zuazo no dia 8 de julho. Disse que era necessário deixar que a UDP chegasse ao governo. Mas ressaltou:

— É preciso fazer com que chegue ao governo.

Ele amargava a derrota nas eleições. Os bolivianos não perdoaram o fato de ter incentivado o golpe do coronel Natusch. Paz caiu dos 500 mil votos das eleições de 1979 para 263 mil nestas. Porém, advertia com serenidade sobre a distância que ainda separava a UDP do poder.

Siles procurava mostrar-se otimista e divulgava planos para o seu governo. Defendia o fortalecimento do papel do Estado na economia e a distribuição de riquezas de maneira mais equitativa. 60% da população boliviana têm apenas 24% do rendimento nacional. Os 20% mais ricos têm quase 60% do rendimento. A renda *per capita* é de 510 dólares anuais.

A casa de Siles, cercada por um muro alto com um portão de chapas de ferro, era constantemente invadida por grupos de jornalistas. Em 9 de julho ele anunciou:

— Vamos fazer inversões e abrir créditos no setor rural, o mais afetado na nossa crise econômica. Também faremos injeções de verba na corporação mineira, no setor petrolífero, e promoveremos a exportação de novos recursos naturais. O nosso objetivo é uma democracia participativa, pluralista e com justiça social. Faremos um governo de bolivianos para todos os bolivianos e procuraremos governar com todas as forças sociais que desejem cooperar.

O velho político tentava firmar uma imagem moderada. Ela lhe tirava o apoio de parte da esquerda mas não conseguia superar o veto dos militares que viam nele o guerrilheiro de 52 e o aliado do Partido Comunista e do Movimento de Esquerda Revolucionário nestas eleições.

— A empresa privada tem funções precisas para cumprir — disse Siles. — Queremos que as Forças Armadas participem de maneira decisiva no desenvolvimento do país. Uma nação pobre como a nossa, desvertebrada, quase sem estradas, com um índice elevado de analfabetismo, não pode se dar ao luxo de desperdiçar o conhecimento e a capacidade da sua instituição militar.

Marcelo Quiroga Santa Cruz, ex-ministro de Energia do general Ovando, nacionalizador da Gulf, se transformou nestas eleições no herdeiro dos velhos caudilhos. Falava-se que muitos militares ficavam com os olhos turvos só de ouvir o nome deste filho de um advogado de Patiño que caiu nos braços da esquerda. O jornalista boliviano Augusto Montesinos o classificava como um Robespierre irredutível, personagem brilhante de 48 anos.

Em quatro anos Quiroga transformou

Domitilla, líder das mulheres mineiras, temia um golpe: "As mulheres das minas estão armazenando víveres", contou ao repórter.

La Paz: tensão nas ruas durante a campanha

o partido que fundara no exílio na quarta força política do país. Enfrentou lutas internas e expulsou do PS-Um os militantes que considerava servis. Passou de oito mil votos em 1978 para 120 mil em 1980. Para ele estas eleições marcavam o fim de uma época:

— Os antigos líderes se acabaram. Sobra Siles porque atrás dele se colocaram forças novas que revitalizaram sua figura.

Quiroga foi o único parlamentar que acusou o general Banzer por seus sete anos de governo ditatorial e obrigou a abertura de uma investigação sobre ele no Congresso. Em suas denúncias falou do patrocínio brasileiro ao golpe do ex-presidente, em agosto de 1971. Todo mundo sabia que Quiroga também estava ameaçado de morte pela extrema-direita. Apesar disso ele continuava a trabalhar tranqüilamente na biblioteca de seu apartamento, cercado por poucos auxiliares. Tinha uma opinião dura sobre a direita boliviana:

— Ela compartilha com o resto das burguesias da América Latina a sua condição intermediária e portanto sem destino histórico. É uma burguesia que não vê o que pode ocorrer depois de amanhã. Não tem visão dos seus próprios interesses. É uma burguesia especuladora, miserável.

As medidas mais importantes propostas pelo Partido Socialista-Um eram a nacionalização dos bancos estrangeiros; das empresas mineiras médias, e a reversão ao controle do Estado das concessões petrolíferas. Quiroga acreditava ou queria acreditar que a maioria das Forças Armadas aceitaria os resultados eleitorais:

— E haverá um setor minoritário que terá de aceitar de qualquer maneira, independente do desgosto que possa ter tido. A realidade impõe isso.

Não gostava de comentar a participação de militares argentinos na articulação do golpe. Mas afirmou que pelo menos alguns setores das forças armadas do vizinho país incentivavam o golpe através do adido militar argentino em La Paz.

O jornalista Montesinos, correspondente de jornais estrangeiros na Bolívia, tem uma história movimentada e muitos riscos na profissão. No golpe de Banzer a polícia invadiu a casa dele, queimou todos os livros e destruiu os móveis. Em 1974 estava no exílio em Buenos Aires e caiu nas mãos da Aliança Anticomunista Argentina. A extrema-direita argentina se incomodara com os artigos que ele escrevia sobre a ditadura banzerista. Agora Montesinos estava ameaçado de morte pelo general Luis Garcia Meza, comandante do exército boliviano que se tornou presidente com o golpe de julho. Não tinha dúvidas sobre a participação de paramilitares argentinos nos atentados

Emil Balcazar e o baixinho Terceros

Lidia Gueiler: guerrilheira e intelectual

terroristas que aconteceram no período eleitoral:

— Foram eles que atiraram a granada na concentração de Siles Zuazo, mataram duas pessoas e feriram 50. Isso não é maneira boliviana. A AAA não tem mais trabalho na Argentina e nossos militares deram emprego para ela.

Havia mais que evidências para estas acusações. Em princípios de maio quatro integrantes do grupo musical cubano Trova Nova, que se apresentava em La Paz, foram presos pelo Exército na saída de um *show*. Haviam explodido bombas na cidade e os militares os consideravam suspeitos por serem cubanos. Foram levados para o Serviço de Inteligência do Exército, dirigido pelo coronel Luiz Arce Gomes, atual ministro do Interior. A cantora do grupo, uma menina de 18 anos, foi interrogada por oficiais argentinos antes de ser violentada por 18 militares bolivianos, entre eles um capitão.

Grupos de esquerda inconformados com o jogo político de Lídia Gueiler para se manter até o fim do mandato, aproveitaram o caso da cubana para acusá-la de omissão. Montesinos conhece a presidente muito bem, escreveu um livro em que ela é personagem central.

— Ela estava com as mãos amarradas — explica Montesinos. — O caso dos cubanos aconteceu pouco depois que o chefe da guarda presidencial, o coronel Estrada, se embriagou e tentou arrombar a porta do quarto dela. Se ela tivesse um revólver nessa noite, abria a porta e metia uma bala na cabeça do coronel. Lídia Gueiler é a mulher que em 1952, com 22 anos, tomou o palácio do governo com uma metralhadora nas mãos e abriu caminho para Siles chegar até lá. É meio guerrilheira, intelectual, política. O máximo que pôde fazer agora foi conduzir o processo eleitoral.

A alternativa da Bolívia, para Montesinos, era a dos perdedores se convencerem de que havia um ganhador nas eleições:

A Bolívia: segundo produtor mundial de estanho

— Se não entregam o governo à UDP, o futuro é a guerra civil. Os militares bolivianos são fascistas, há poucas exceções. Estão atrás do poder porque lhes dá vantagens, lhes permite ficar no contrabando de automóveis e de cocaína.

A Bolívia produz 100 toneladas de cocaína por ano. Isso dá 6 bilhões de dólares no mercado de Nova Iorque e uns 10% voltam para a Bolívia. A cocaína já fez muitos ricos no país. Em Monteros, principal centro de produção, existem dezenas de Alfa-Romeos zero quilômetro girando pelas ruas.

Como Montesinos, a líder das donas de casa de Século XX, Domitilla Chungara, acreditava que um governo de Siles não seria o ideal mas permitiria o mínimo: liberdade sindical e possibilidades de aprofundar a organização popular. "Siles não é um Allende", repetiam.

Domitilla vive em duas peças com toda a família — uma sala e um quarto onde sobra só um corredor estreito para caminhar. O resto do quarto é ocupado pela mesa onde a família come e por três camas dispostas lado a lado, sem espaço entre elas. Domitilla dorme numa cama com o marido, o mineiro Renê. Nas outras duas se ajeitam oito filhos. E por cima das camas corre um arame para estender roupa. Ela estava preocupada com a possibilidade de um golpe-surpresa dado mesmo em condições adversas para os militares.

— As mulheres da mina estão armazenando víveres pra agüentar uma greve geral com bloqueio das estradas. Durante muito tempo não vai chegar comida por aqui.

A explicação de Domitilla para a quantidade de golpes na Bolívia — este foi o 190º em 155 anos de independência — é a consciência do povo:

— Ele sabe o que busca. Por isso as lutas, a repressão e os golpes são mais freqüentes aqui do que nos outros países. É difícil enganar o povo boliviano. A única forma de pará-lo é a repressão que tem sido muito sangrenta nos últimos 20 anos. Metem bala no povo, destroem a sua organização sindical, mas isso nunca é suficiente.

O desespero de Domitilla na semana posterior às eleições foi ver Banzer em segundo lugar no começo da apuração de votos. O general armou um grande esquema publicitário para centralizar os votos da direita e tomar alguns de Paz Estenssoro, no centro. É hábil nas respostas e de vez em quando reunia a imprensa para se declarar um democrata. Fez isso mesmo depois das eleições. Às vezes vestia casaco de couro preto, um blusão da mesma cor, e causava uma impressão forte quando sentava ao lado dos cartazes vermelhos e negros do seu partido.

— Mas general, um setor amplo da sociedade boliviana diz que durante o seu governo o senhor tratava os direitos humanos com ferocidade?

— Se para dar liberdade e trabalho à maioria de qualquer país do mundo é necessário privar da liberdade a uns quantos, há que fazê-lo — respondeu Banzer com convicção. — A extrema-esquerda me pôs o apelido de fascista mas não estou de acordo. No meu governo os direitos humanos não foram violados. Só morreu gente entre 19 e 21 de agosto de 71, antes de eu assumir.

Apesar de não aceitar a definição de anticomunista, o general considera extremistas todos os partidos de esquerda: o Partido Socialista, os dois partidos comunistas, o Movimento de Esquerda Revolucionário. Mas dizia que era contra o golpe.

— É verdade que o senhor é a quinta ou sexta fortuna da América Latina? — perguntou uma repórter chilena.

— Não estás fazendo uma pergunta, estás fazendo uma afirmação que não permito — respondeu rapidamente o general Banzer, fulminando a repórter com um olhar duro.

— E se lhe pergunto ? — insistiu a repórter. — O senhor é milionário?

— Não vou lhe responder mais nada, isto é um atrevimento — explodiu o general. E virando-se para os outros jornalistas: — Alguma pergunta mais?

O general Banzer esperava 300 mil votos para o seu partido, a Aliança Democrática Nacional. Avançou muito mas ficou com 220 mil. Os números dos seus sete anos de governo jogam contra ele: 19 mil e 200 exilados numa população de cinco milhões, 14 mil 750 presos e torturados, cerca de 500 mortos. Camponeses que só falavam as línguas índias, quechua e aymara, foram largados de repente no meio de Buenos Aires. Líderes sindicais foram levados para o sul do Chile e deixados aos cuidados de Pinochet. No mesmo período foi assassinado na Argentina, o ex-presidente boliviano Juan José Torres. Ele se opunha ao plano de Banzer de entregar parte do sul da Bolívia ao Chile em troca de uma saída para o mar e pedira para explicar suas razões às Forças Armadas.

Nas 30 mil páginas de documentos reunidos no Parlamento sobre o caso Banzer, consta o presente que ele fez ao Brasil de 30 mil quilômetros quadrados de terras sob o pretexto de "remarcação de fronteiras". Segundo denúncias documentadas, Banzer, recebeu do governo argentino 200 milhões de pesos em armas para o golpe. O Brasil ajudou transportando armamento para Santa Cruz em três aviões da FAB. Meses depois foi divulgado um documento da Escola Superior de guerra brasileira que incluía um plano de ocupação militar da Bolívia para intervenção na política interna do país. Banzer é acusado de não ter se manifestado contra isso.

As denúncias contra Banzer eram consideradas extensivas às Forças Armadas. Iriam continuar no novo Congresso. Em La Paz comentava-se que o general Garcia Meza e os comandantes das guarnições de Cochabamba e Santa Cruz, generais Vargas Salinas e Echeverria, não tinham chegado a um acordo sobre qual deles seria presidente. Era isso que atrasava o golpe. Garcia Meza teria se reunido com seus oficiais um dia depois das eleições e proposto a tomada do poder. Poucos apoiaram. Mas logo depois ele anunciou que daria o golpe de qualquer maneira se houvesse fraude. E na mesma semana o jornal *El Diario*, defensor dos interesses da direita, deu manchete em quatro colunas acusando a UDP de fraude em La Paz.

Em novembro os camponeses de Achacachi, 100 quilômetros ao norte de La Paz, souberam que os tanques do coronel Natusch se dirigiam para lá. Os homens não se abalaram. Tomaram uns tragos de aguardente e disseram:

— Bueno, então vamos pro caminho agarrar estes tanques e jogar longe.

As Tropas de Natusch tomaram outro rumo e Achacachi continuou invulnerável como em outros golpes. Os camponeses bolivanos são 63% da população e Achacachi é o seu centro histórico de resistência. Os primeiros movimentos rurais começaram por ali e muitos homens da aldeia ainda guardam as velhas Mausers que usaram contra o Exército em 1952.

Paulino Quispe, o Huilisaco, tem 55 anos, é o líder de Achacachi e o número dois dos camponeses na Central Operária. É um dos secretários da Confederação Sindical Unica dos Trabalhadores Camponeses, que reúne mais da metade da população rural. A situação boliviana, para ele, tem muitos culpados:

— Os partidos e os politiqueiros de direita e de esquerda só procuram os camponeses nas eleições. A direita tem medo que saibamos defender uma posição. Quer apenas nos usar.

Os 63% da população que trabalham no campo contribuíram com apenas 16% do produto interno bruto da Bolívia, em 1976. O país precisaria importar 100

milhões de dólares de alimentos para 1980. Os mineiros são uma parcela pequena da população e a Bolívia é o segundo produtor mundial de estanho. 57% das divisas que entram no país vêm da venda de minério.

O ardor de Huilisaco contrastava com um dado importante: como o povo sem armas pode enfrentar uma direita armada e o Exército? — perguntara Lechin. Em 17 de junho a extrema-direita civil já dera provas de que dispunha de armas modernas. Naquele dia, invadiu a prefeitura de Santa Cruz, baleou o prefeito, tomou o consulado e o centro cultural norte-americanos, a sede da Central Operária e várias rádios, numa operação planificada que contou com a omissão total do Exército e da polícia.

O prefeito de Santa Cruz, Walter Pereira Añez, de 51 anos, é casado com uma brasileira e tem três filhas formadas em universidades cariocas. Depois do atentado, sua casa passou a ser guarnecida por dois policiais. Ele ainda respira com dificuldade. Diz que só sobreviveu por causa da sua resistência física:

O cruzeiro tem tanta saída quanto o dólar

— Foi às cinco da tarde. Recebi na porta do meu escritório na prefeitura seis representantes dos pseudodirigentes camponeses que pediam expulsão do embaixador norte-americano da Bolívia. Me atacaram de surpresa. Deram uns vinte tiros, dois me acertaram: um na artéria femural, outro no peito. Eu estava sendo operado e umas 50 pessoas com armas automáticas tomaram a prefeitura. Só foram desalojadas no dia seguinte, a pedradas, por uma multidão de estudantes e operários.

Lisandro Molina, o sujeito que acertou os tiros no prefeito, foi preso na retomada da prefeitura e entregue ao Exército. Os militares o libertaram horas depois, junto com todos os outros, e ele desapareceu da cidade.

Santa Cruz é considerada o santuário da direita na Bolívia. O golpe de Banzer partiu de lá. Quando Siles quis fazer um comício em Santa Cruz, em maio de 1979, a direita ofereceu 50 mil dólares para quem o matasse e ocupou o aeroporto. É uma cidade que vai se diferenciando do resto das cidades bolivianas. Ao contrário de La Paz, onde o comércio é dominado por feiras, bancas e pequenos proprietários, nela se multiplicam os supermercados.

O arranque econômico da cidade começou em 1954, quando ela recebeu 22 milhões de dólares através do Plano Camiri. O dinheiro facilitou a mecanização da agricultura, abriu o mercado do açúcar com a instalação de engenhos, formou consórcios algodoeiros e criou uma classe capitalista ultraconservadora, com um espírito regionalista acentuado, que defende seus interesses incentivando golpes militares.

Em Santa Cruz há uma agência do Banco do Brasil e uma grande influência brasileira que se estende por grande parte do país. Na Bolívia o cruzeiro tem tanta saída quanto o dólar e numa das galerias de Século XX o mineiro Alfredo tirou o capacete na nossa frente e revelou:

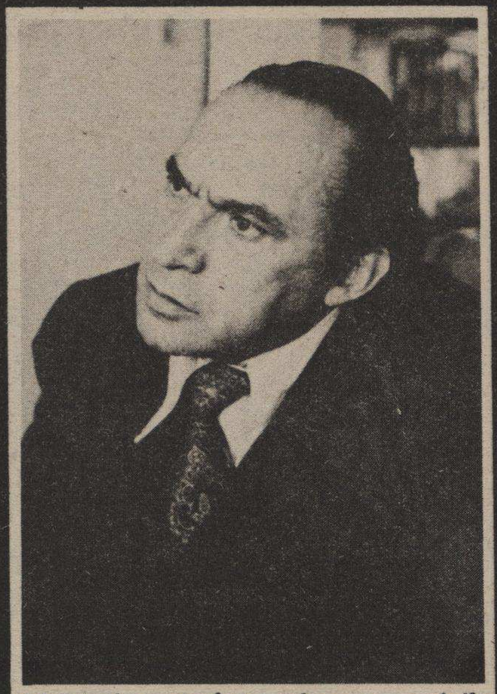
— Eu sou o Zeca Diabo, do Bem-Amado.

A novela de Dias Gomes é o maior sucesso na tevê boliviana. Os mineiros assistem em aparelhos de tevê distribuídos na época de Banzer. E Alfredo se diverte com sua cara de gêmeo de Zeca Diabo.

A Falange Socialista Boliviana, representante da extrema-direita que apoiou a tentativa de golpe em Santa Cruz e que só teve um por cento dos votos nas eleições, ia a comícios armada com metralhadoras. Durante as eleições, o Conade colocou gente vigiando as mesas de La Paz e de alguns lugares do interior. O objetivo era defender as urnas de qualquer tentativa terrorista da direita, já que o Exército se negara a colaborar. Eram grupos de 20 ou 30 pessoas e as poucas armas que tinham não passavam de pistolas e dinamite. Isto preocupava o secretário de defesa do Conade em La Paz, Antônio Moreno.

"A Bolívia está no centro da América Latina, toca muitos países. Um governo popular dura pouco tempo. Brasil e Argentina financiarão o golpe".

Domitilla: armazenando víveres



Montesinos: "o futuro é a guerra civil"

Antônio Moreno, um professor de direito, de óculos e cavanhaque, que trocou a profissão pela militância política, explicava que apesar de tudo o Conade ia cumprindo seus objetivos:

— Mas somos contrários a que um partido se converta em vanguarda armada do povo. A luta é do povo e ele é quem deve se armar. Não acreditamos no foquismo, nem em terrorismo individual ou na possibilidade de um partido salvar os bolivianos.

Apesar de seus problemas com a secretaria de defesa do conade, Moreno não estava pessimista. Para ele, a direita ia tentar um golpe no Parlamento para impor Paz Estenssoro no lugar de Siles.

"Acordo e abro a janela para ver se não houve golpe"

— O Conade está organizando grandes manifestações populares para que o voto popular seja respeitado. Vamos sair nas ruas dia 13 deste mês — era julho. — A direita vai retroceder e é possível que dê o governo a Siles. Mas a UDP assume no dia 6 de agosto e dia 7 começa a especulação, a sabotagem econômica. Não vai mais entrar comida neste país. E então haverá o golpe. A direita sabe que num período democrático as massas tendem a se reorganizar. Nossa idéia é criar comitês de defesa da economia popular nos bairros pra vigiar os preços. Também queremos formar assembléias populares em cada zona. Elas deverão discutir a política de provocação da direita e se preparar para resistir. No próximo golpe acho que podemos derrotar o Exército.

Para estas afirmações Moreno também se baseava nas condições internacionais. Falava da Nicarágua, do Irã. Admitia até a possibilidade de uma interferência direta do Brasil ou da Argentina no seu país. Mas argumentava que isso seria parte da luta da América Latina e que se houvesse um impulso revolucionário na Bolívia, ninguém poderia freá-lo por medo do Brasil, Argentina ou Chile.

— Se outros países entram aqui vamos iniciar uma guerra de guerrilhas contra eles. Isto mobilizará todo o povo numa luta longa. Mesmo sendo apenas 5 milhões, temos capacidade pra isso. O Vietnã é um exemplo.

Enquanto Moreno falava. os candidatos da Falange Socialista insistiam na fraude eleitoral e a Corte de La Paz negava o pedido de revisão da contagem dos votos afirmando que fora correta. Nos mesmos dias Lechin pediu licença da Central Operária por motivos de saúde e

Eleições de 29 de junho: urnas inúteis

o comandante da Força Aérea, general Waldo Bernal Pereira integrante da Junta Militar que substituiu Lídia Gueiler, agrediu os partidos com retórica militar:

— Núcleos reduzidos de pessoas que pretendem se arrogar em representantes da Bolívia — disse o general — fizeram muito pouco em longos períodos de governo para elevar o nível econômico e cultural das maiorias que pretendem representar, ante a desconfiança desse povo que, por três vezes consecutivas, não outorgou a ninguém a representatividade adequada que significaria aqueles ansiados 50% mais um.

Vinte e quatro horas depois o comandante do Exército, Garcia Meza, visitou as principais unidades militares no país. Declarou aos jornais que era uma visita normal de trabalho.

O padre Roberto Durette tem uma boa experiência com golpes em seus 18 anos de Bolívia. A rádio católica Pio XII, que ele dirige em Século XX, já foi invadida seis vezes e destruída uma vez pelos militares.

— Desde novembro falam em golpe — desabata ele. — A gente dorme e quando acorda abre a janela pra ver o sol e se certificar se ainda não deram o golpe.

Há balas de fuzil cravadas nas paredes internas do prédio onde funciona a rádio, uma igreja e está a casa do padre, uma verdadeira fortaleza. Foram disparadas no golpe de Pereda, o brigadeiro que derrubou o general Banzer e foi derrubado pelo general Padilha. Nas épocas conturbadas, a Pio XII entra em cadeia nacional com as rádios mineiras. Ela é um resumo da transformação da igreja na América Latina. Foi criada em 1959 para combater a "influência vermelha" nos sindicatos mineiros e acabou no lado do povo. Agora há um cartaz no estúdio de gravação que diz: "É proibido falar pelo povo, é o povo que deve dizer sua própria palavra".

Em 1978, no golpe de Pereda, os soldados chegaram na rádio e mandaram o operador tirá-la do ar. Ele deixou os microfones ligados e tudo que conversou com os soldados foi transmitido. Os mineiros estavam em assembléia na boca da mina e subiram como formigas. Os soldados não sabiam o que fazer e só não foram desarmados porque os líderes sindicais pediram calma. Os soldados foram embora e a rádio continuou no ar.

O Padre Durette estranhou quando chegou em Século XX e viu as paredes pixadas com: "Os ianques causam a miséria dos povos". Ele vinha de uma pequena cidade ao norte de Boston e pensava: "As pessoas não nos entendem, os norte-americanos são generosos". Viveu quatro ou cinco anos em estado de choque até começar a ver as coisas por outro ângulo.

Durette e os outros padres oblatos do distrito passaram a discutir os problemas dos mineiros e dos camponeses. Ele pagou um preço, foi chamado de "padre de merda" por ministros militares. Numa madrugada de 1977 foi atacado por soldados que invadiram a igreja e o espancaram com as coronhas das armas. Os militares roubaram até o amplificador de sacristia e deixaram padre Durette desmaiado na frente da igreja.

Na segunda semana de julho ele estava pessimsita. Não acreditava que a Bolívia pudesse determinar um governo sozinha, sem tomar em conta os países vizinhos.

O padre pergunta: "Vocês não têm golpes no Brasil?"

— O exército brasileiro estava aqui dentro no golpe de Banzer — disse ele. — Torres durou só um ano no governo. Gostaria de saber quanto dinheiro do Brasil veio para cá e quantos generais e coronéis foram comprados para apoiar Banzer. A Bolívia está no centro da América Latina, toca muitos países. Se um governo popular assume, dura poucas semanas, o financiamento do golpe virá do Brasil ou da Argentina. A Bolívia é um país muito débil, tem uma dívida externa de 3 bilhões de dólares. Ela é muito débil — repete o padre, aumentando a voz.

Padre Durette prediz que se Reagan ganha as eleições nos Estados Unidos vai ser um tempo de Nixon, golpes por toda a América Latina. Nos despedimos dele no fim desta conversa, à meia-noite.

— Vocês querem ir embora amanhã de manhã — ele disse. — Mas talvez acordem e o Exército esteja aí fora. Então não viajam.

Dissemos que voltaríamos para ver o golpe quando Reagan ganhasse.

— Por quê? — perguntou o padre, com uma risada forte. — Vocês não têm golpes lá no Brasil?

O golpe na Bolívia aconteceu uma semana depois desta entrevista com o padre. A vontade de viver uma democracia era tão forte que na manhã do golpe, quando os militares já tinham se insurgido no interior, a direção do Conade se reuniu no prédio da Central Operária, um dos locais mais visados de La Paz. Ali foram presos uns 20 líderes políticos e sindicais. Quiroga Santa Cruz e dois sindicalistas foram mortos em seguida.

Lechin foi para a prisão. Siles Suazo conseguiu entrar na clandestinidade apoiado pelo esquema de segurança da UDP. Paz Estenssoro pegou uma prisão domiciliar. No dia do golpe, Domitilla estava numa reunião de mulheres na Dinamarca. Montesinos pode estar entre os jornalistas presos no palácio do governo. E Lídia Gueiler acrescentou outro exílio à sua biografia.

Não há precisas notícias sobre Huilisaco, Emil Balcazar e padre Durette. Balcazar e Huilisaco talvez participassem da reunião do Conade. Se aconteceu isso, podem estar entre os 15 líderes sindicais que teriam sido fuzilados nos primeiros momentos do golpe.

Onde vão os estudantes?

Esvaziado pela abertura, rachado como nunca na discussão partidária, o movimento estudantil não definiu ainda seus caminhos

Por CELESTE CINTRA

Fotos O Globo

Vladimir Palmeira fala para a massa estudantil, no Rio, durante a célebre passeata dos 100 mil

Para onde caminha o movimento estudantil brasileiro? Doze anos depois da célebre **passeata dos 100 mil** — realizada no Rio de Janeiro sob o comando de Vladimir Palmeira — e um ano após o congresso de reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido no final de maio de 1979, em Salvador, os estudantes brasileiros estão quietos, desmobilizados.

As palavras de ordem e bandeiras de luta de até dois anos foram ultrapassadas pelos acontecimentos. A anistia, embora parcial, permitiu a volta ao país de quase todos os exilados e praticamente limpou os cárceres políticos. As greves alastraram-se pelo Brasil inteiro a partir de 1978. A censura prévia abandonou definitivamente os jornais e, na prática, não vigora mais para o rádio e a televisão. A UNE, apesar de não reconhecida oficialmente, é tolerada, as eleições para sua diretoria, em outubro passado, foram realizadas publicamente e sem repressão.

Atropelado pela abertura, o movimento estudantil está mais rachado do que nunca, discutindo qual o melhor partido para os estudantes. Relegadas a um segundo plano até 1978, as bandeiras de luta específicas — ensino público e gratuito, incentivo à pesquisa, desatrelamento das entidades estudantis à burocracia universitária, melhor nível de ensino e maiores salários para professores — não têm a mesma força de mobilização junto à massa de estudantes.

— O movimento estudantil brasileiro vive uma crise perigosa. Mais grave do que o esmagamento de suas estruturas nascentes, imposto a partir de 72/73 pela repressão da ditadura, a crise atual parte de dentro do movimento e arrisca provocar danos mais duradouros do que aqueles — afirma Jean Marc Van der Weid, de 33 anos, primeiro presidente da UNE após o AI-5, que retornou ao Brasil no ano passado, depois de oito anos de exílio.

Jean Marc refere-se às inúmeras tendências e correntes que dividem hoje o movimento estudantil: Refazendo, Caminhando, Libelu, Convergência Socialista, PEG, Novação, Maioria, Unidade, Centelha, Correnteza, Avalu, MR-8 e muitas outras, mais ou menos expressivas.

— A meu ver estamos caminhando, perigosamente, para um processo de divisão das entidades de massa estudantis e para a pulverização do movimento em tendências de cunho político-partidário, cada uma pretendendo representar *o conjunto dos estudantes*. Quando a temática principal das estruturas de coordenação do movimento estudantil é marcada acentuadamente pelo posicionamento de uns e outros em relação à reorganização partidária promovida pelo general Golbery, enquanto as lutas concretas dos estudantes são levadas de forma desarticulada e fracionada, podemos considerar a catástrofe como iminente —, analisa o ex-presidente.

Para ele, "após um processo vitorioso de retomada das lutas estudantis e da lenta reconstrução de suas entidades representativas — os diretórios e centros acadêmicos, a própria UNE —, a crise latente começa, paradoxalmente, a se precipitar".

O deputado federal José Frejat, presidente da UNE em 1950, acha natural que os estudantes estejam dando mais ênfase aos problemas políticos que universitários:

— O jejum político imposto aos estudantes pelos 15 anos de regime de exceção é responsável pela sofreguidão com que se lançam às campanhas políticas. Na verdade, não há separação fundamental entre os problemas políticos e universitários, a solução destes depende daqueles. A inexperiência que pode ser atribuída aos jovens estudantes também é fruto da ditadura, que lhes negou oportunidade de exercitar a prática política.

Amâncio Paulino de Carvalho, eleito presidente da União Estadual de Estudantes (UEE) do Rio de Janeiro pela chapa *Unidade*, no ano passado, não concorda com a tese da desmobilização estudantil.

— De maneira alguma houve refluxo na participação dos estudantes na política. É preciso observar que a própria vida política se diversificou, com a participação de várias classes, que hoje o estudante não é o único nem o principal articulador na sociedade brasileira. Perdeu em aparência relativa, porque o grau de manifestação política pode ser observado, por exemplo, pela participação estudantil nas eleições de 1978 e na campanha de solidariedade aos metalúrgicos do ABC. A tendência dos estudantes é, cada vez mais, coordenar suas ações com outros setores da sociedade, em particular com a classe social de maior peso na luta contra o governo, o operariado.

O presidente da UEE carioca diz que as divergências são naturais: "A partir do momento em que a maioria define os caminhos, todos cerram fileiras. Só os inimigos da democracia pretendem que as entidades estudantis estejam divididas. Não existem divergências profundas entre nós".

Jean Marc van der Weid analisa a questão de maneira diferente, dizendo que tudo fica ainda mais confuso quando os programas propostos por quatro das cinco chapas que concorreram à UNE apresentaram pequenas diferenças, exceção feita ao problema partidário.

— O programa das duas chapas mais votadas — *Mutirão* e *Unidade* — era, no que diz respeito aos problemas específicos do movimento estudantil, complementar. No que concerne às questões políticas mais gerais, coincidente, e se dividia substancialmente na proposta de defesa e ingresso no MDB, no caso da segunda, e pela formação de um partido popular, no caso da primeira. *Mutirão* propunha um seminário nacional sobre Reforma Universitária visando verificar as lutas e também o combate ao ensino pago, enquanto *Unidade* centrava sua proposta no segundo aspecto, mas evidentemente não poderia estar contra o primeiro. *Liberdade* e *Luta* e *Maioria* — que se eximiram de fazer opções partidárias — aceitavam a grosso modo estes dois pontos.

O ex-presidente conclui: "Na verdade, do ponto de vista pragmático ao menos, havia apenas uma contradição de fundo entre as chapas, contradição essa que ficou mascarada ao longo do debate pela prioridade à questão da reorganização partidária. Trata-se da proposta lançada pela chapa *Novação* como centro das lutas para a próxima gestão da UNE: a eleição de diretores e reitores pelo conjunto de professores, alunos e funcionários e participação paritária destas três categorias nos conselhos universitários. Esta proposta — em si mesma justa — coloca na prática e a curto prazo o objetivo da tomada do poder na universidade, algo inteiramente inalcançável dada a atual correlação de forças na sociedade brasileira. Esta questão tem sido levantada em vários momentos da história do movimento estudantil (greve nacional por 1/3 da representação nos conselhos para estudantes, em 1962, e proposta da universidade crítica, em 1968) com resultados drásticos".

Para ele, "avançar esta proposição, enquanto centro de mobilização imediato e principal, realmente vinha a constituir uma contradição que poderia polarizar de forma correta e pertinente o debate eleitoral, mas que ficou marginalizada pela polarização das vanguardas do movimento entre PP, PMDB e PT".

O problema de fundo ainda não resolvido pelo movimento estudantil e suas vanguardas, segundo Jean Marc, é o da relação correta entre tendências políticas e entidades de massa, pois até agora o que se viu foi "a subordinação das entidades — que representam o conjunto dos estudantes — aos interesses das tendências que eventualmente as ocupavam. Com o tempo, esta prática esvaziou as entidades, sempre identificadas pela massa do movimento estudantil com a tendência que a dominava".

— A este problema — continua Jean Marc — se somou o fenômeno da multiplicação de tendências, cujas divergências — muitas vezes puramente sectárias — não polarizavam a massa. Assim, o DCE da USP, por exemplo, trocou de mãos a cada ano, sempre por maiorias relativas extremamente estreitas, enfraquecendo muito o que já foi um dos pilares do movimento estudantil brasileiro.

Luis Travassos, presidente da UNE em 1968, comandante das grandes manifestações daquela época e um dos líderes estudantis mais famosos do país, conta que, no seu tempo a questão partidária não era tão intensa como agora, mas não vê grandes mudanças entre as duas fases:

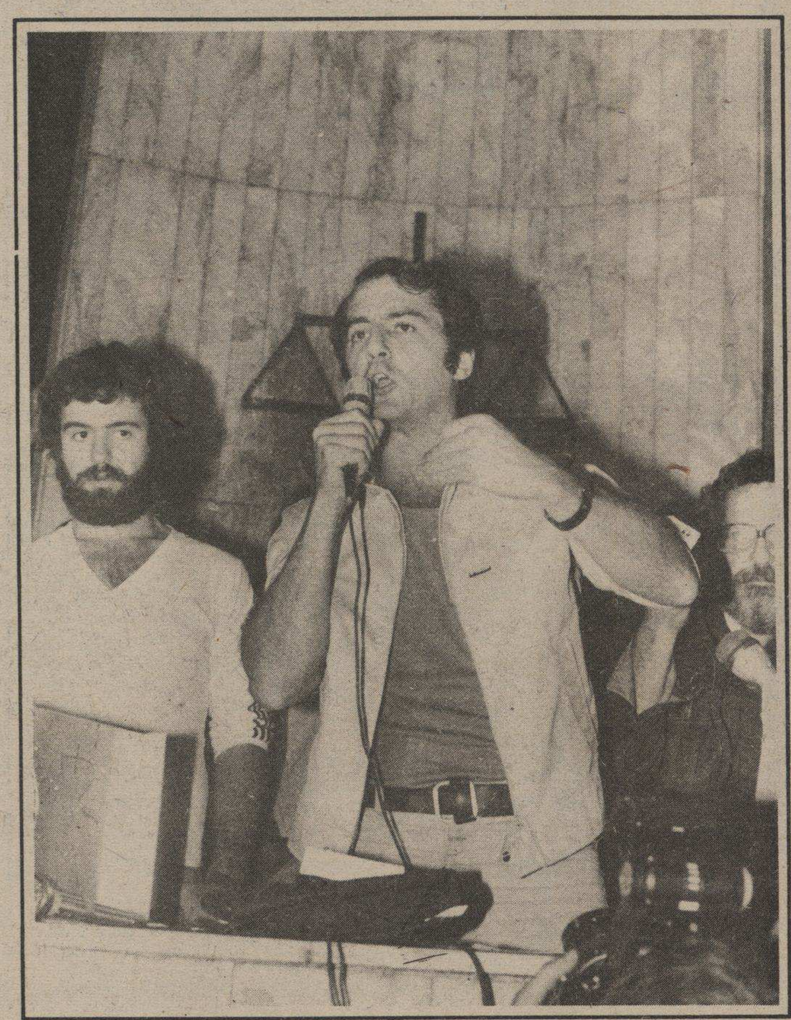
— O país tinha uma universidade muito atrasada, inadaptada ao capitalismo. Depois de 1964, o governo propôs adaptar a universidade brasileira a esse capitalismo, através da privatização do ensino superior. Surge, então, o acordo Mec-Usaid(*), o corte de verbas para educação e a cobrança de anuidades. Os estudantes opõem uma resistência muito grande a esses projetos e entram em choque com a ditadura, sendo reprimidos violentamente.

Prossegue Travassos:

— A problemática da universidade brasileira é a mesma hoje, e está, inclusive, mais aprofundada. A privatização das instituições aumentou, as anuidades também, enquanto a qualidade de ensino diminuiu, com faculdades de baixíssimo nível, verdadeiras fábricas de diplomas. Além disso, a inflação aumentou e as verbas para educação diminuíram. O problema é o mesmo, porém, mais agudo.

O que Travassos vê diferente são as condições de luta e a existência da discussão sobre o engajamento partidário dos estudantes: "Acho muito importante a questão dos partidos, mas a vejo num plano diferente, como uma opção individual".

Rui César: "não está tudo às mil maravilhas"



Jean Marc van der Weid: "crise perigosa"

Foto Jorge Medfisch

Em 1979, a reconstrução da UNE

A seu ver, o refluxo do movimento estudantil, hoje, pode ser explicado pela repressão intensa de 68/69, as prisões e o exílio e, em parte, "por erros de avaliação nossa", que teriam provocado um "corte na transmissão das experiências".

Jean Marc van der Weid, por seu lado, adverte:

— O perigo atual vem da debilidade das entidades após um longo período de esmagamento. Pode ocorrer a qualquer momento o fenômeno que foi comum na América Latina e na Europa, do desaparecimento completo das entidades e sua substituição por movimentos partidários mais ou menos disfarçados ou abertos que disputam a direção da luta sem que exista um pólo articulador do *conjunto* dos estudantes em torno dos seus interesses. Este processo de divisão, por exemplo, levou ao esfacelamento e total marasmo o antes poderosíssimo movimento estudantil francês, hoje precariamente estruturado em duas Unefs (uma trotskista e outra comunista), meras extensões dos partidos políticos e totalmente inexpressivas.

O ex-presidente da UNE, entretanto, não se declara contra as tendências, mas sim, contra a manipulação que elas possam fazer das entidades representativas do estudantado.

— O que importa conscientizar desde logo é que é muito positiva a existência de tendências organizadas exprimindo funções políticas no movimento estudantil. O que cabe combater é a manipulação das entidades por estas tendências, uma vez eleitas. Cabe combater também é o sectarismo que leva as tendências a trazerem divergências estranhas à prática e à problemática do movimento estudantil, introduzindo falsas polarizações em debate político. O que se deve rejeitar é a tentativa de atrelar as entidades à política de uma tendência ou partido, usando-as como correia de transmissão para suas posições.

Para Jean Marc, é necessário partir para a ofensiva a fim de combater o sectarismo no meio estudantil:

— A maneira de combater os desvios é, a meu juízo, a de partir para a ofensiva, concentrar-se num debate concreto dos problemas vividos pelos estudantes, cobrando dos oportunistas e manipuladores que respostas têm a dar aos mesmos. Só assim se restabelecerá o crédito nas entidades do movimento estudantil, a começar pela UNE, e se isolará o golpismo através de uma prática correta de respeito à democracia do movimento e de seus órgãos representativos.

— Qualquer análise do movimento estudantil tem de levar em conta que estudante em 1940 era uma coisa e hoje é outra, e que também a conjuntura política mudou muito. Quando surge a UNE, em 37, enfrentando o Estado Novo, era ainda um pedaço das classes dominantes que não aceitava aquele tipo de solução. Mas bastava o estudante preso falar o sobrenome e logo era solto. Na nossa época, a UNE ainda era um instrumento político importante porque tinha capacidade de influenciar a opinião pública, influir na política nacional. Hoje, o papel social da entidade é certamente diferente — afirma Vinicius Caldeira Brant, presidente da UNE em 1962/63.

Brant lembra que, hoje, apesar de um congresso reunir seis mil estudantes, os reflexos desse acontecimento na opinião pública serão menores do que no passado.

— Queiramos ou não, a universidade virou uma coisa de um milhão e meio de estudantes. Acho que a sociedade mudou muito também. Esses dados têm que ser colocados na sua proporção histórica para uma análise do movimento estudantil atual.

Rui César: "Há divergências"

Eleito em outùbro do ano passado pela chapa *Mutirão* — que obteve 111 mil dos 275 mil votos, 30 mil a mais do que a segunda colocada —, o baiano Rui César Costa e Silva, casado, de 23 anos, estudante do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Bahia, é o primeiro presidente da UNE indicado pelo voto direto. Sua candidatura cresceu a partir do 31º Congresso — que reconstruiu a entidade — realizado em maio do ano passado, em Salvador — e cuja organização, coordenada por Rui César, foi elogiada pelos três mil participantes.

Nesta entrevista ao **Coojornal,** Rui César fala de seus primeiros seis meses à frente da UNE, analisa as divergências dos estudantes sobre a reforma partidária e revela algumas das próximas bandeiras de luta do movimento estudantil:

Qual a primeira tarefa da diretoria ao assumir a UNE?

Rui — Reconstruir a entidade depois de dez anos praticamente sem movimento estudantil, ou com manifestações escassas, algumas fortes como as de 1977, mas sem um bom nível de organização. Observe bem que o movimento deixou de ter uma estrutura nacional e assim não foi fácil reorganizá-lo. O primeiro passo foi dado durante a própria eleição da diretoria, realizada a nível nacional, o que também não foi fácil.

Como você explica esta atual desestruturação do movimento estudantil se as lutas de 1977 foram consideradas mais fortes do que agora?

Rui — Repare bem, o movimento vinha crescendo. Em 1975, houve greve em várias faculdades da Bahia. Em 1976, as greves foram realizadas em vários estados. Em 1977, as manifestações se fortaleceram com a campanha pela anistia e as prisões. Mas eram movimentos esparsos, pois a maioria dos estudantes brasileiros não tinha clareza a respeito das lutas que deveria travar. Na época do nosso congresso, três escolas estavam em greve, mas não existia um fundo comum que as unificasse. Essa é a nossa tarefa atual.

E quais os resultados obtidos até agora?

Rui — Nossa primeira briga foi pela unificação e acho que estamos nos saindo bem dela. Um exemplo dessa união foi a Caravana Nacional dos Estudantes que foi a Brasília protestar contra o preço elevado das anuidades nas faculdades particulares. Este semestre foi o que apresentou o maior número de greves em faculdades. Em alguns locais, leva-se uma luta por meia passagem em coletivos, enquanto em outros o principal é lutar por laboratórios e professores. Nós tratamos o dia-a-dia das lutas específicas, o que nos possibilita estabelecer as bandeiras gerais de luta.

Quais as atuais bandeiras de luta dos estudantes?

Rui — Ao lado das lutas especificamente estudantis — mais verbas para o ensino e contra o aumento abusivo das anuidades nas entidades particulares —, devemos ampliar o movimento, através de lutas políticas, uma vez que ele se vincula ao conjunto de lutas gerais da população. Os estudantes respeitam a UNE e ela os representa, mas ainda não está dialogando com todos. Assim, muitos demonstram desinteresse ao sentir que a entidade não está levando o que eles pensam. E um estudante, ao entrar no movimento estudantil, não acha espaço onde participar, devido à necessidade de formar grupos mais gerais — o que se constitui numa grande preocupação minha, ainda não discutida com o restante da diretoria.

Para mim, o fundamental é desenvolver trabalhos diversos, pois acho que a UNE está cumprindo, de certa forma, as lutas estudantis, mas acho que não está se preocupando em representar os estudantes em sua maioria. Muitos problemas ainda não estão sendo tratados, como, por exemplo, a mulher universitária, as atividades culturais, os esportes na universidade, e isso deixa espaços vazios. Nos próximos meses, centraremos nossas ações na campanha de mais verbas para a educação, objetivando que o setor tenha uma dotação de no mínimo 12% do orçamento da União (Cr$ 108 bilhões, aproximadamente).

Quais os principais problemas da UNE, hoje?

Rui — Os problemas centrais são a falta de verbas para a entidade, falta de reconhecimento oficial e pouca estruturação das entidades estudantis dos estados. Até o momento, somente Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais possuem União Estadual de Estudantes (UEE). Outro problema é a repressão policial ostensiva às entidades estudantis, como ficou claro durante a invasão da ex-sede da UNE, no Rio, e com a gravação, por policiais, de todo o Encontro de Entidades realizado em abril,

em Vitória (ES). E há também falhas nos métodos de trabalho provocadas principalmente por pessoas que não sabem conduzir as entidades.

Como a UNE se mantém?

Rui — Estamos nos mantendo com recursos obtidos em campanhas, *shows*, atividades culturais, doações, enfim, de maneira muito precária, porque não existe dotação, uma vez que a entidade não é reconhecida. Vamos exigir o reconhecimento porque somos os representantes legais de todos os estudantes, e, além disso, na prática, somos recebidos no Ministério da Educação — que, no entanto, politicamente não nos reconhece.

Existem divergências no movimento estudantil?

Rui — Acho justo que as pessoas de tendências políticas semelhantes se juntem e procurem intervir no movimento estudantil. As tendências diversas representam um fator positivo desde que não intervenham como entidades paralelas. As divisões estão mais em torno de métodos de trabalho nas universidades e nas concepções das tendências quanto ao método de condução da luta.

Qual a análise que a UNE faz da situação do ensino no país?

Rui — Em 1946, a verba para a educação era cerca de 10% do orçamento da União. Em 1964, era de 11,7%. Hoje, é de apenas 4,2% do orçamento, um dos menores índices do mundo e da história do Brasil, enquanto o número de alunos é maior. Esta situação absurda vem trazendo sérios problemas à educação, onde 75% dos estabelecimentos de ensino estão em mãos de particulares. O ensino tornou-se, assim, empresarial e não voltado aos interesses da sociedade. Nas universidades federais, a verba absurda se reflete na má remuneração dos professores, na falta de laboratórios e no ensino deficiente.

A reformulação partidária prejudicou a unidade do movimento estudantil?

Rui — Uma das questões mais polêmicas no momento dentro do movimento é a relacionada aos partidos políticos, havendo uma disputa muito grande em torno de legendas partidárias. A UNE, através de sua Carta-Programa, tem compromissos com toda a luta oposicionista e, assim, resolvemos trabalhar com todos os partidos da oposição. Isto não significa, de forma alguma, coibir a liberdade de cada estudante de se filiar e participar politicamente do seu partido preferido. O que consideramos incorreto é a UNE submeter-se a um partido, qualquer que seja ele. A entidade deve manter-se independente, trabalhando com todas as oposições.

A polêmica travada em torno da questão tem mostrado divisões no movimento estudantil: não está tudo às mil maravilhas, há divergências, que acirram nossa disposição de lutar contra para evitar a divisão do movimento. Eu mesmo devo me filiar, na Bahia, a um partido que tenha compromisso com a luta de trabalhadores e estudantes. Sinto-me identificado com homens como Francisco Pinto, Ayrton Soares, Lisaneas Maciel, e poderia trabalhar numa organização partidária com eles mas não criar entidades paralelas ao movimento estudantil. A UNE critica este tipo de atitude, que viola seus estatutos, e acha incorreto as tendências estudantis que estão incentivando atividades paralelas antes de termos discutido coletivamente o assunto.

(*) *Acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento (Usaid), no segundo semestre de 1967, para a formação de uma comissão mista de professores e técnicos dos dois países que iria elaborar estudos sobre a reforma do ensino superior brasileiro.*

A sede da UNE na manifestação contra John Foster Dulles, na década de 50...

...e hoje, interditada para a demolição

Setenta anos de luta

1710 — *Primeira manifestação de rua promovida por estudantes brasileiros, que protestavam contra a Invasão Francesa.*

1889/90 — *No nascimento da República, surgem os batalhões escolares, reunindo estudantes civis e militares em defesa da legalidade.*

1910 — *Realiza-se em São Paulo o primeiro encontro nacional de estudantes. Logo em seguida, são criadas entidades como a Federação dos Estudantes Brasileiros e a Frente Democrática da Mocidade, todas de curta duração.*

1914 — *O início da 1ª Guerra Mundial leva os estudantes à criação da Liga Nacionalista.*

1937 — *Em agosto, durante a realização do Primeiro Conselho Nacional de Estudantes — organizado pela Casa do Estudante do Brasil (CEB) —, toma corpo a idéia da criação de uma entidade nacional que representasse todos os estudantes brasileiros. É fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), tendo como primeiro presidente o gaúcho Valdir Ramos Borges.*

1942 — *A UNE é reconhecida oficialmente por Getúlio Vargas como a única entidade de representação estudantil a nível nacional.*
No dia 18 de agosto, depois da reunião no Praia Bar, no Flamengo, alguns estudantes rumam para o prédio do Clube Germânia, localizado no nº 132 da Praia do Flamengo, ocupam o local e o requisitam para sede da entidade.

1945 — *Morre em Recife, em confronto com a polícia, o estudante Demócrito Souza Filho.*

1947 — *No 10º Congresso Nacional de Estudantes é lançada a campanha "O Petróleo é Nosso", que culmina com a lei do monopólio estatal e com a criação da Petrobrás, em 1954.*

1948 — *A sede da UNE é invadida pela primeira vez, por policiais que tentavam impedir a realização do 1º Congresso Brasileiro pela Paz.*

1956 — *A UNE desencadeia, no Rio de Janeiro, campanha contra o aumento do preço dos bondes. Os estudantes deitam-se sobre os trilhos, em frente ao prédio da entidade. A campanha sai vitoriosa pois o aumento foi de apenas metade do pretendido pelo governo.*

1961 — *É divulgada a Carta de Princípios dos estudantes, "pela defesa intransigente das liberdades democráticas, contra qualquer tentativa de golpe". Os estudantes engajam-se de corpo e alma na Campanha da Legalidade, visando garantir a posse de João Goulart na presidência da República. Nos três primeiros anos da década de 60 a UNE atravessa seu período mais efervescente até então. Os estudantes opinam sobre tudo, desde a reforma agrária até o regime racista da África do Sul. São criados o Centro de Cultura Popular (CPC), o Centro de Estudos Cinematográficos, o Teatro Popular Volante e a Frente de Mobilização Popular.*
O período é marcado, também, pelos confrontos de estudantes e organizações da extrema direita (CCC, MAC), e pelas sucessivas tentativas de assalto à sede da UNE.

1964 — *A UNE participa do Comício de 13 de março, no qual o presidente João Goulart defende as chamadas reformas de base. O presidente da UNE, José Serra, fala no comício.*
No dia 31 de março, o prédio da UNE é metralhado, invadido e incendiado. Em julho, o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, entrega ao marechal Castello Branco o projeto de lei que extinguia a UNE e criava o Diretório Nacional de Estudantes. No restante do ano, o país inteiro é agitado por manifestações estudantis contrárias à Lei Suplicy. Em Curitiba, os universitários arrastam pelas ruas um busto do ministro da Educação.

1965 — *Através de decreto, Castello Branco declara extinta a UNE como pessoa jurídica e entidade civil. Mesmo assim, é realizado, em julho, o 27º Congresso Nacional de Estudantes, cujo tema principal foi a própria* Lei Suplicy.

1966 — *Encerrados em conventos mineiros, os estudantes realizam o 28º Congresso Nacional. Sai para as ruas a primeira passeata estudantil depois de 31 de março de 64, em Belo Horizonte.*

1967 — *Os estudantes saem às ruas, no país inteiro, para denunciar o acordo MEC-Usaid.*
Em São Paulo, os estudantes conseguem realizar o 29º Congresso, ao fim do qual é distribuída nota à imprensa, em que explicavam as precárias condições de segurança do congresso e concluíam que seria "heroísmo gratuito" promover as manifestações de rua programadas. Os confrontos entre estudantes e policias são cada vez maiores.

1968 — *As passeatas e os choques com a política recrudescem. Morrem os estudantes Edson Luis de Lima Souto, no Rio, e José Guimarães, em São Paulo. O movimento aumentou nas ruas, destacam-se as lideranças de José Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu. No dia 21 de julho, no Rio, realiza-se a famosa* Passeata dos 100 mil, *liderada por Vladimir Palmeira. O saldo foi de mil prisões e três mortos.*
Em outubro, antes de começar o 30º Congresso Nacional, marcado secretamente para Ibiúna, em São Paulo, os estudantes são descobertos e presos pela polícia. Entre as 700 prisões feitas em Ibiúna, estão os dirigentes Luis Travassos, Vladimir Palmeira e José Dirceu (que seriam banidos do país em 1970, em troca da libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado em setembro de 69).

1969 — *Invasão do Conjunto Residencial da Universidade de São Paulo (Crusp), onde várias prisões são efetuadas. Em abril, realiza-se um Congresso que conta somente com a participação das lideranças. Em setembro, é preso no Rio o presidente da UNE, Jean Marc van der Weid (também banido do país, em 71, em troca da libertação do embaixador suíço Giovani Bücher).*

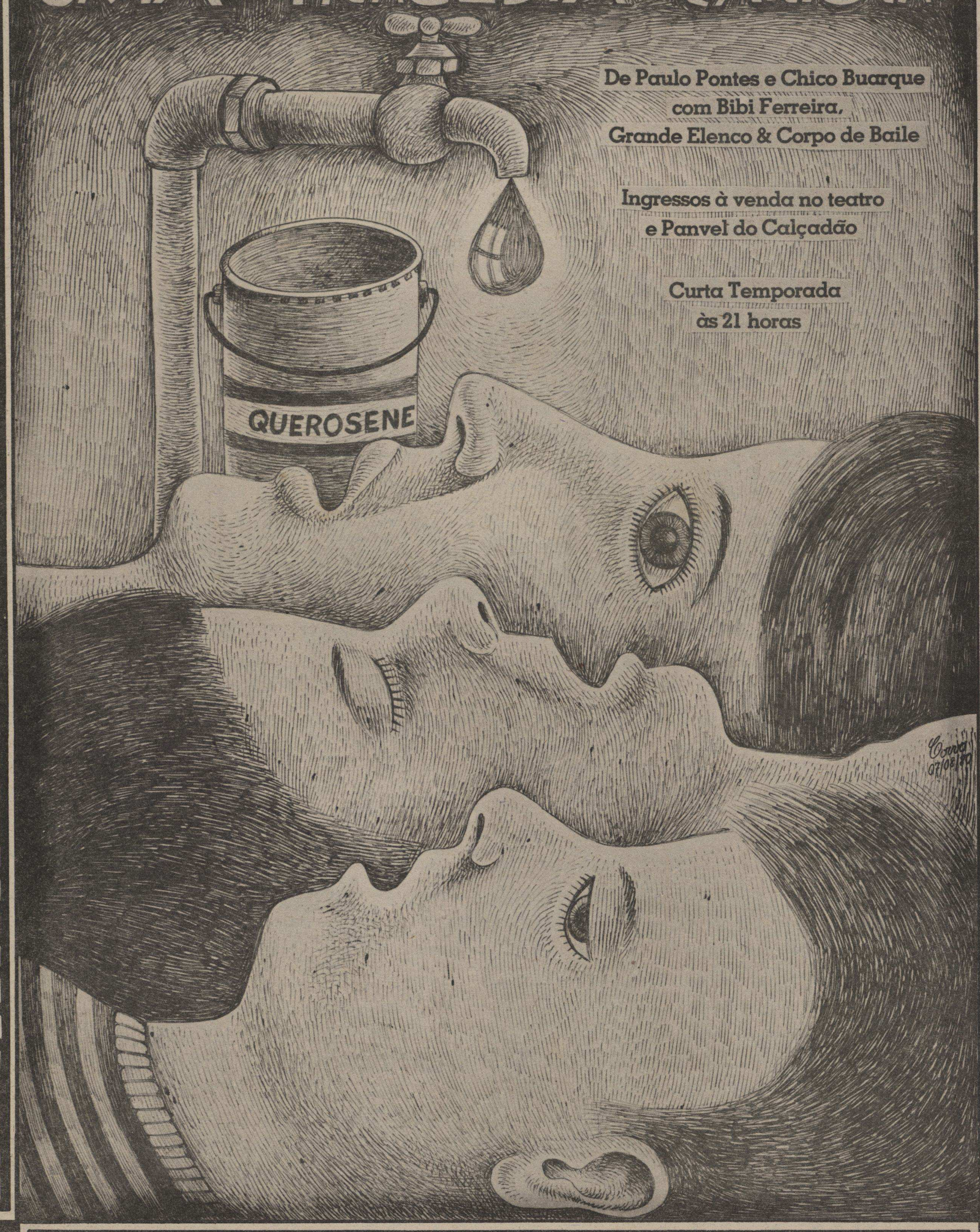
1975 — *Na Bahia, após cinco anos de desarticulação total, são realizadas as primeiras greves estudantis, "por melhores condições de ensino".*

1977 — *Voltam a São Paulo as grandes passeatas estudantis. Inicialmente, elas pediam "mais verbas para a educação". Depois, com a repressão policial, as bandeiras passaram a ser anistia e liberdades democráticas.*

1979 — *No final de maio, em Salvador, realiza-se o 31º Congresso Nacional de Estudantes, com a presença de três mil estudantes. A UNE é reconstruída e eleito o baiano Rui César Costa e Silva para a presidência.*

GOTA D'ÁGUA

"UMA TRAGÉDIA CARIOCA"



De Paulo Pontes e Chico Buarque
com Bibi Ferreira,
Grande Elenco & Corpo de Baile

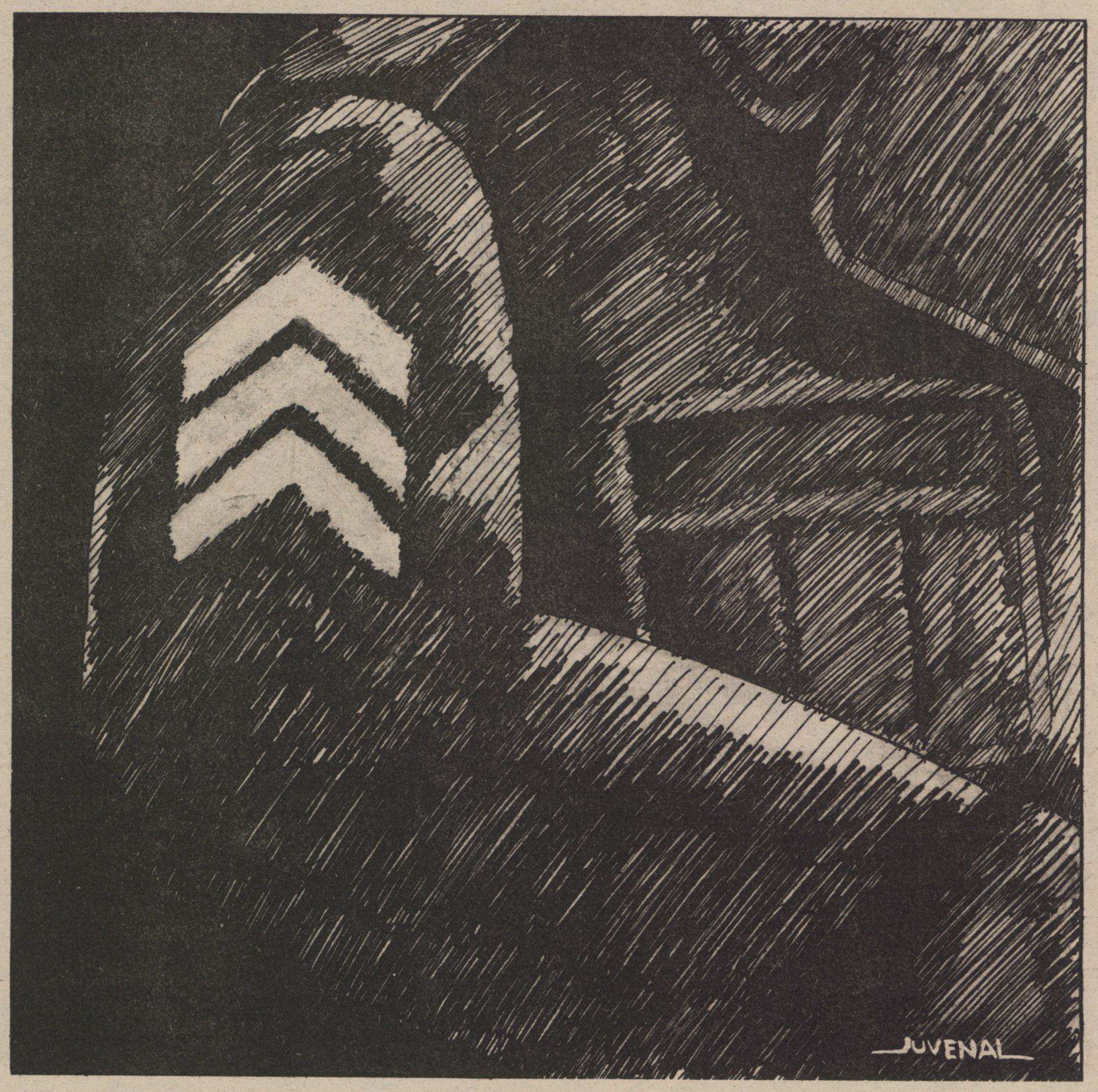
Ingressos à venda no teatro
e Panvel do Calçadão

Curta Temporada
às 21 horas

TEATRO LEOPOLDINA

arte
JORNAL

OS SARGENTOS 1961/63



Dezessete anos depois, um dos líderes do movimento dos Sargentos analisa a mobilização nacional da categoria, no início dos anos 60, que começou na Legalidade e culminou com a chamada rebelião de Brasília

11 de setembro de 1963: era grande a tensão entre os sargentos e cabos de Brasília. Naquela noite, o Supremo Tribunal Federal julgava o caso do sargento do Exército Almoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado estadual pelo PTB gaúcho em 62, com 7.244 votos, mas impedido de tomar posse pelo Tribunal Regional Eleitoral. O TRE havia impugnado a candidatura de Almoré, alegando que os sargentos, subtenentes e cabos das três armas eram inelegíveis. Almoré só concorreu porque impetrou mandato de segurança e recorreu da decisão do TRE gaúcho.

A sentença daquela noite era decisiva para o movimento dos sargentos — que ganhou importância nacional após a Legalidade, em 61 — pois firmaria jurisprudência sobre a questão da elegibilidade ou não da categoria. A Constituição tratava o assunto de forma dúbia, que prestava-se a diversas interpretações.

A tensão tornou-se insuportável quando saiu a decisão do Supremo, confirmando a sentença do TRE gaúcho: a eleição de Almoré estava invalidada e os sargentos eram definitivamente declarados inelegíveis.

Sob a liderança de Antonio Prestes de Paula, da Aeronáutica, os sargentos e cabos prenderam um ministro do STF, Victor Nunes Leal, ocuparam o prédio do Tribunal e tomaram os principais pontos estratégicos da Capital Federal.

A **rebelião de Brasília** durou aproximadamente 12 horas, e Prestes de Paula terminou rendendo-se pacificamente. Os principais líderes do movimento em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram presos. Um Inquérito Policial Militar (IPM) foi instaurado na 2ª Auditoria do Exército, em São Paulo.

O sargento Edegard Nogueira Borges foi um dos presos daquela madrugada, na capital paulista. Além de ser um dos líderes do movimento dos sargentos, ele havia concorrido em 62, à Câmara Municipal de São Paulo, para a qual foi eleito com 28 mil votos. No dia 19 de março de 1964, ele e os outros 18 indiciados no IPM — todos sargentos — foram condenados a quatro anos de prisão. Pouco depois, eram reformados pelo Ato Institucional nº 1.

Borges ficou preso até o dia 13 de fevereiro de 1965, quando foi indultado pelo General Castello Branco. "Fui tratar da minha vida", diz.

Hoje, aos 44 anos, casado, sete filhos e um neto, Borges é um bem sucedido advogado em sua terra natal, Cuiabá (Mato Grosso), onde mantém um escritório especializado em direito agrário. Foi em seu escritório que ele concedeu esta entrevista ao repórter Beto Parquier, quando falou sobre o movimento dos sargentos, a **rebelião de Brasília** e os dias agitados da época pré-64.

O que foi o Movimento dos Sargentos?

BORGES — Ele pode ser resumido assim: entre os sargentos de todas as *armas* — Exército, Marinha, Aeronáutica e Milícias Estaduais — havia um consenso sobre determinadas reivindicações de interesse da classe. Me lembro que na época defendíamos 13 pontos* de melhorias para os sargentos. E conseqüência do intenso debate político que se travava na época, isso amadureceu e ganhou organização. Principalmente a partir da renúncia do Jânio Quadros, quando os sargentos tomaram consciência da sua força. Entre as reivindicações, uma era básica para toda a movimentação dos sargentos: a questão da elegibilidade. A Constituição da época era pouco clara sobre o assunto, ensejando interpretações contra ou a favor. Os sargentos forçavam uma interpretação favorável exatamente porque haviam escolhido o caminho da legalidade constitucional para concretizar suas reivindicações. Esse caminho passava pelas casas legislativas, onde só havia oficiais que não tinham o menor interesse em atender nossas reivindicações. Queríamos mandar representantes ao Congresso e às Assembléias para, ali, defenderem os interesses do ponto de vista dos sargentos e não dos oficiais porque, todo mundo sabe, existe enorme diferença entre a posição do oficial e a dos praças — onde se coloca o sargento — dentro da caserna.

Seria interessante mencionar quais são estas diferenças...

BORGES — São várias e isso merece um tratamento sério e amplo. Mas, no que nos referimos, podemos generalizar assim: no tocante ao relacionamento entre oficiais e praças, disciplina, normas hierárquicas, direitos e obrigações, etc., os regulamentos do Exército Brasileiro ainda sofrem influência do regulamento do Conde de Lippe. Quer dizer, não é nem do Brasil Império. É do Brasil Colônia mesmo. Na prática, a coisa se traduz assim: os oficiais têm todos os direitos, enquanto os praças — os sargentos entre eles — todas as obrigações, inclusive a de morrer na frente deles nas operações de guerra. Dizíamos, exagerando um pouco, que os oficiais tinham o direito de viver pela pátria, enquanto os sargentos tinham o dever de morrer pela pátria.

O foco do ressentimento dos sargentos era, então, essa diferença de *status* entre os oficiais e os praças?

BORGES — Sim. Nossas reivindicações eram de cunho classista e não englobavam os interesses maiores do povo em geral. Mas também achávamos que o país precisava mesmo de uma revolução que reformulasse as estruturas e adequasse o país a uma nova realidade. Por isso fomos levados a inserir nosso movimento entre as chamadas forças populares.

Dentro das chamadas forças populares havia várias tendências. Com quais delas os sargentos mais se identificavam?

BORGES — Bem, nosso movimento tinha uma característica fundamental: aos sargentos só interessava a estrita legalidade porque fora disso haveria prejuízos.

Apoiavam Jango, então?

BORGES — Encarávamos o sr. João Goulart como o mal menor. A maioria dos sargentos — ao contrário do que toda a imprensa, na época, comprometida com o golpe de direita em gestação, fazia supor — não era janguista, mas defendia uma posição de legalidade, de respeito à Constituição, como já fizera em 61, quando quiseram impedir a posse de Jango. Era difícil para nós — como deve ser difícil para qualquer pessoa doutrinada para respeitar a lei — entender que se um general acha que aquele presidente não deve ser mais presidente, só por isso não

(**Continua**)

OS SARGENTOS
1961/63

se deve mais respeito à lei e à Constituição. Ademais, há nesse particular um fato muito pouco examinado e considerado, que é o de que os sargentos eram muito mais politizados do que os oficiais. Por uma razão muito simples: como são de camadas humildes em busca de ascensão social, para a maioria dos sargentos daquela época, o Exército não era um fim, mas um meio de ter um emprego bem remunerado com o qual podiam cursar universidades. Só no quartel onde servíamos, 100 dos 130 sargentos tinham curso superior completo ou em andamento, enquanto que entre os cento e poucos oficiais, tínhamos apenas cinco com curso superior civil. Então, tínhamos uma visão amadurecida para a época e sabíamos que não teria sentido pensar em derrubar o presidente da República. A oficialidade nos acusava de janguistas porque nos negávamos a participar do movimento deles, este sim para derrubar Jango. Talvez com exceção dos sargentos do Rio Grande do Sul, por questão de regionalismo, para a maioria de nós, o Jango era uma figura que não merecia grande respeito.

Por que ele não merecia respeito?

BORGES — Em parte, essa falta de confiança e respeito era conseqüência da doutrinação que recebíamos nos quartéis. Mas era muito mais pelas próprias atitudes dele ao fazer um jogo duplo na época. Ele jogava com as forças populares e, ao mesmo tempo, se entregava adoidadamente ao jogo do capitalismo internacional, negociando — talvez por necessidade — com as forças mais reacionárias por trás dos bastidores. Sabíamos também que Jango tinha até preparado um plano maquiavélico alertando os comandos militares de sua confiança para uma possível sublevação dos sargentos. Sobre esse fato, está aí o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes, na época tenente-coronel chefe da 3ª Seção do Estado-maior da 2ª Região Militar (São Paulo) que poderá, se quiser, confirmar ou não o fato. Aquela Seção, como as demais do Brasil, recebeu um radiograma reservado do Estado-maior do Exército dizendo que, em caso de sublevação de sargentos, se fuzilasse sumariamente os líderes.

Como é que vocês souberam do radiograma, se ele era cifrado e reservado?

BORGES — É que existem sargentos em qualquer seção das Forças Armadas, pois, dentro da cadeia hierárquica, o oficial não trabalha sem sargentos. Logo, os sargentos trabalhando em todas as seções, inclusive as de informações, sabíamos o que interessava e as supostas comunicações reservadas muitas vezes chegavam ao nosso conhecimento, mesmo porque eram de tal gravidade ou interesse que o sargento daquela seção se violentava ou rompia as obrigações funcionais para nos dar conhecimento delas.

Se o movimento era pela legalidade, por que houve a "rebelião de Brasília"?

BORGES — As raras referências que existem por aí, são sempre no sentido de apresentar a rebelião como um movimento subversivo dentro das Forças Armadas. Sargentos indisciplinados que pretenderam tomar de assalto a presidência da República. Na verdade, é preciso ver os antecedentes da rebelião, pois ela tem origem na questão que era fundamental para o nosso movimento, a elegibilidade. Nós partimos para o lançamento de candidatos nas eleições parlamentares. Em 1962, no Rio de Janeiro foi candidato a deputado federal o sargento João Garcia Filho, contra a candidatura do Marechal Mendes de Moraes, um homem que cometeu o suicídio eleitoral de ir aos palanques dizer que não chamaria um

(*) Os 13 pontos eram: 1) Revisão geral da legislação e regulamentos militares; 2) Matrícula compulsória para os Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos; 3) Critério justo para a classificação do comportamento; 4) Lei de Promoções; 5) Estabilidade a todo militar com cinco anos de caserna; 6) Vencimentos e vantagens móveis, de acordo com a inflação; 7) Direito ao casamento independente do tempo de serviço; 8) Financiamento de casa própria; 9) Possibilidade de ingresso na Academia Militar de Agulhas Negras; 10) Garantia de freqüencia em cursos superiores; 11) Prioridade para o ingresso em escolas técnicas e veterinárias; 12) Trânsito de 30 dias nas transferências; 13) Critério justo na escolha para o Batalhão de Suez.

Borges: "A palavra *política* é abominada dentro dos quartéis"

sargento de *excelência* no Congresso. Tá na cara que o carioca pagou para ver e o sargento foi eleito deputado federal pelo PTB. Em 62, no Rio Grande do Sul, também pelo PTB, foi candidato a deputado estadual o sargento Almoré Zoch Cavalheiro, sendo o seu caso o que provocou a rebelião de Brasília. Sua candidatura foi impugnada e ele disputou as eleições mediante mandado de segurança, sendo um dos mais votados. Eu também fui candidato a vereador pelo PTB, em São Paulo. Sobre o meu caso há um fato curioso. Terminado o expediente, os sargentos se reuniram e foram ao local da apuração querendo saber qual era a votação do Sargento Borges. Souberam então que os votos dados a mim não estavam sendo computados e, reunidos num grupo de uns 600 sargentos, todos fardados, exigiram explicações do juiz-presidente da junta apuradora. Disseram a eles que a decisão decorria de *orientações superiores* e após consulta, pois também eu concorrera mediante mandado de segurança. Então, tendo à frente um sargento de quase dois metros de altura que gostava de mostrar seu vozeirão, disseram ao juiz que não haveria mais apuração de nenhum candidato porque eles iam tocar fogo em todas urnas. Aí eles começaram a computar meus votos e no final da apuração, embora meio dia de trabalho de contagem de votos ficasse perdido, obtive mais de 28 mil votos, quando bastava 1.500 para se eleger. Mas nem cheguei a tomar posse porque fui cassado.

O Senhor diz que foi o caso de Almoré Cavalheiro que provocou a rebelião de Brasília. Como assim?

BORGES — É que o sargento Almoré recorreu ao Supremo Tribunal Federal e isso criou uma grande expectativa entre os sargentos de todo o país, pois o julgamento beneficiaria ou não, irremediavelmente a participação dos sargentos nas disputas eleitorais e, conseqüentemente, suas chances de tentar a via legal para atender suas reivindicações. Quando ocorreu o julgamento em Brasília, existia lá um sargento da Aeronáutica, chamado Antônio Prestes de Paula. Esse sargento havia servido em Canoas, Rio Grande do Sul, na época da renúncia do Jânio e quando João Goulart decidiu vir para o Brasil, vindo do Uruguai, os oficiais da Base Aérea de Canoas planejaram uma operação aérea, denominada Operação Mosquito, para metralhar o avião do Jango quando ele entrasse em território brasileiro. O Prestes de Paula tomou a base e impediu a operação e, por isso, se aproximou do grupo do Jango e, em seguida, foi transferido para Brasília. No dia do julgamento do recurso do sargento Almoré, depois dele ter perdido a causa, o sargento Prestes de Paula comandou a rebelião que teve como pretexto aparente o julgamento deste recurso.

Não sei exatamente o que ocorreu em Brasília neste dia, 11 de setembro de 1963, pois fui preso na madrugada do dia seguinte, em São Paulo. Mas sabemos que ele prendeu o presidente do STF, Vitor Nunes Leal, tomou os principais pontos estratégicos da capital e ficou senhor da situação por 48 horas, tendo o presidente do Supremo como refém. Ele precipitou as coisas e quando viu que não havia correspondência do movimento no resto do Brasil, se rendeu pacificamente, sem luta armada ou coisa parecida. Quanto ao fato de ele precipitar as coisas, as interpretações divergem e a versão desse grupo que está no poder hoje é a de que os sargentos quiseram derrubar o presidente da República por considerá-lo responsável por manipulações junto ao STF, contra os interesses dos sargentos.

Você diz que a rebelião teve como pretexto aparente o julgamento do recurso de Almoré. Qual o verdadeiro motivo dela?

BORGES — Olha, eu acredito que nós tínhamos até organização suficiente para dar o golpe. E o grosso da oficialidade, alheia ao golpe de direita em gestação, também acreditava e temia que fizéssemos isso. Dentro deste quadro, na minha opinião, o sargento Prestes de Paula adotou a iniciativa e tomou Brasília, ou por ingenuidade, ou porque estava vivendo o problema do julgamento mais de perto e se revoltou com a atitude do STF, ou porque tenha sido instigado pela equipe de João Goulart. Todavia, acredito menos na última hipótese, embora ele também estivesse presente depois, junto com o cabo Anselmo, naquela provocação da assembléia dos marinheiros que acabou precipitando a quartelada de 64.

A rebelião de Brasília foi obra de um provocador

Seria então uma jogada para queimar o movimento dos sargentos?

BORGES — Exato, pois os comandos militares já estavam alertados antecipadamente e com ordem de executar os líderes em caso de sublevação de sargentos. É esse o fato e vejam o jogo dúbio do Jango para atingir propósitos que desconhecíamos, mas é quase certo que perseguia — não apenas sozinho, mas com toda sua equipe — propósitos golpistas. É por isso que digo que era difícil e delicada a posição dos sargentos que, assim mesmo, tiveram comportamento altamente responsável e não derrubaram, desestabilizaram, o governo, provocando repressão violenta e colocando o país à beira da guerra civil porque a direita conspirava, estava armada e com apoio do exterior, do americano. Ninguém sabia que sindicatos reagiriam, que parte da oficialidade ficaria contra ou a favor do presidente. O Jango entendia que no jogo de correlação de forças ele tinha vantagem, mas nós achávamos que não, porque não poderia contar conosco para aventuras golpistas. É por tudo isso que na minha interpretação pessoal, e na de colegas que conheciam os problemas todos, a *Rebelião de Brasília* era uma jogada do Jango para pôr as tropas nas ruas a pretexto de reprimir os sargentos, e criar uma situação de fato e de força.

Brizola e o PC, os que mais assediavam

O senhor está dizendo que o movimento dos sargentos foi um dos pretextos para a revolução de 64, mas as perseguições e pressões não começaram no tempo do Jango?

BORGES — É preciso entender que haviam dois grupos querendo dar golpe aqui. Um era esse que deu, o grupo do senhor Castello Branco, sob a coordenação do Senhor Golberi do Couto e Silva, Jaime Portela e com estreita ligação ao serviço de inteligência americano; o outro grupo era o do senhor João Goulart, que também pretendia dar o seu golpezinho. Imprensados entre golpes, pretendíamos a manutenção da legalidade que o Jango representava porque havia esperanças de dias melhores já que o Juscelino era o mais forte candidato à sucessão presidencial.

Quem mais assediou os sargentos, buscando o apoio do seu movimento?

BORGES — Acho que aqui cabe uma explicação. O movimento dos sargentos, com consciência nascente, tinha objetivos bem definidos e perseguia reivindicações de interesse classista, entendendo que para alcançá-las era preciso agir politicamente. De maneira quase natural, se colocou ao lado dos grupos sociais e políticos que tinham interesses semelhantes, de grupos que defendiam posições populares em oposição aos grupos elitistas. Como nossos objetivos como grupo eram bem definidos, isso facilitava a incorporação de sargentos de todas as gamas no movimento: tínhamos comunistas, brizolistas, seguidores do Francisco Julião, janguistas e até trotskistas contumazes. Tinha também muito janista e só não tinha era lacerdista, que era considerado uma praga incurável. E todos caminhavam juntos perseguindo objetivos comuns, mas, paralelamente, cada um rezava pela cartilha que mais lhe convencia. Agora, em resposta direta à pergunta, digo que o Brizola foi um dos homens que mais assediou, por sua assessoria e mesmo diretamente, o movimento dos sargentos. e sua facção dentro do movimentos era bastante grande e com bons quadros.

Assediou com que propósitos?

BORGES — Do Brizola ninguém nunca soube exatamente o que pretendia. A minha opinião é a mesma que parecia ter a maioria dos sargentos — fora os do Rio Grande do Sul, por questões regionalistas — mas não podemos negar que na época ele gozava de popularidade muito grande, embora isso não nos tenha feito acreditar que ele fosse democrata. Então, nossa impressão do Brizola é, mais ou menos, a mesma que deu, na época, o deputado Temperani Pereira: "Um macaco solto numa casa de louças". Essa era a imagem, muito embora admirássemos algumas de suas atitudes, como a desapropriação da *Bond and Share* em Porto Alegre, a campanha da legalidade em 61, a porrada que deu na cara do conspirador David Nasser no aeroporto do Galeão, etc.

O PC também assediou o movimento dos sargentos por muito tempo e houve uma luta surda e pesada pelo seu con-

OS SARGENTOS
1961/63

trole, com baixas políticas de ambos os lados. Por fim, resolveu mudar de tática e até passou a nos auxiliar, o que é inteligente porque, no fundo, o movimento acabava fazendo um jogo que interessava ao PC. Sabíamos disso, mas não nos incomodávamos por questão de princípio e porque não temíamos o partidão. Eu achava, e de certa forma ainda acho hoje, que o PC não era essa máquina, esse bicho-papão, como muitos querem. Pelo contrário, via-o como um partido qualquer e até muito desmoralizado nos seus quadros dirigentes. Não digo nas bases, pois convivi com muito comunista de base e todos são realmente idealistas, sacrificados. Mas os dirigentes do PC da época tinham virado burgueses iguais aos do PSD e UDN, todos cheios de mordomias e sem nenhum interesse de despregar do governo do João Goulart, interessando a eles manter aquele governo.

A nós, por razões de continuidade democrática, também interessava a manutenção na espera de um aperfeiçoamento democrático com o povo se esclarecendo pelo debate, pelas campanhas que, é claro, ninguém é tão ingênuo, lá pelo meio o PC enfiava suas palavras de ordem. Mas não adianta querer botar o movimento dos sargentos como caudatário do PC, do Brizola, do Julião, do Jango, que não foi. Conviveu com todos esses interesses, mas conseguiu, por mais incrível que isso pareça hoje, manter sua independência.

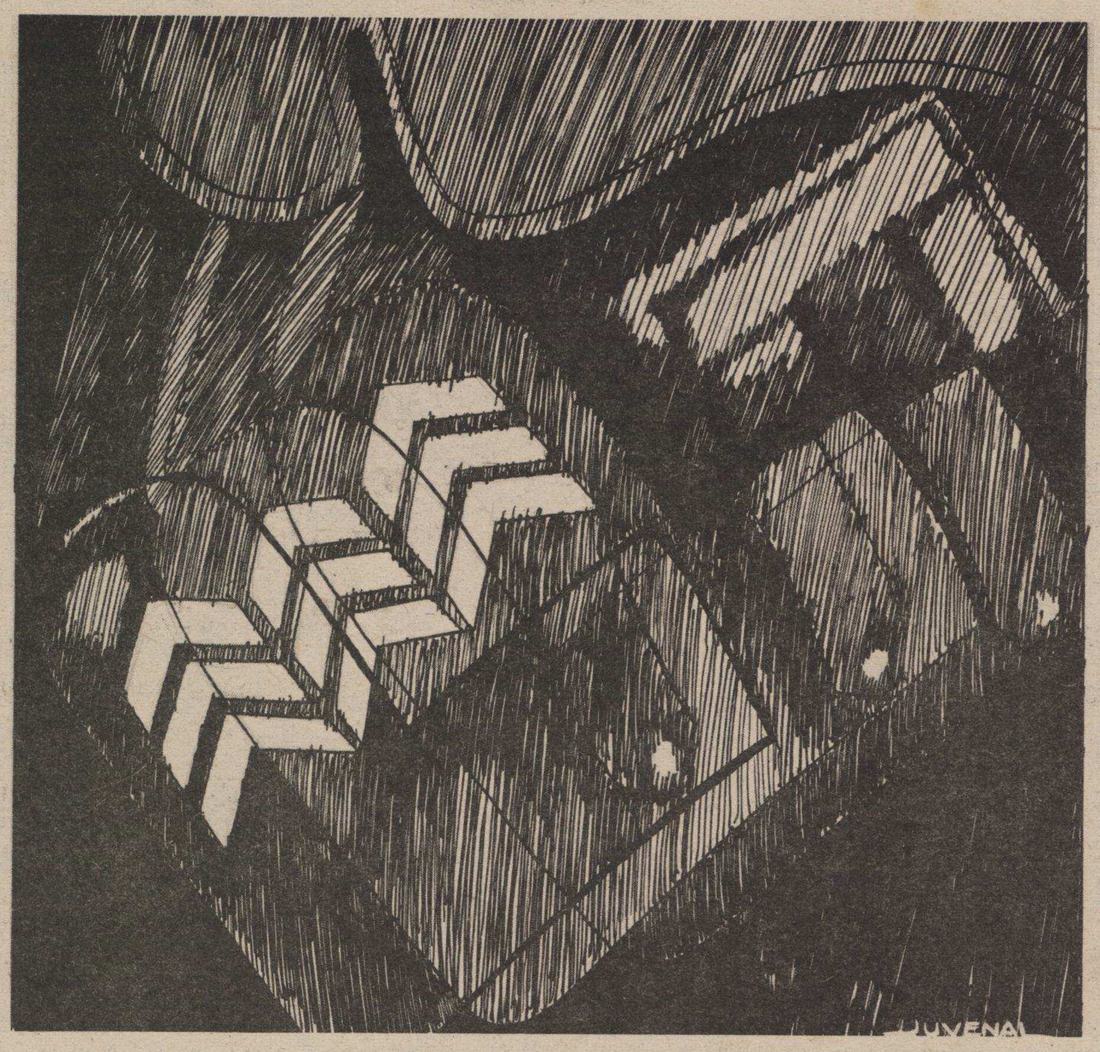
Pelo que o senhor diz, o grupo vitorioso em 64 já encontrou pronto um processo contra os sargentos e que vocês foram presos, na realidade, pelo próprio Jango?

BORGES — Perfeitamente. O processo contra os sargentos foi feito durante o governo do Senhor João Goulart, pois ele ofereceu, segundo constava de nossas informações, uma vaga de ministro do STM a um juiz-auditor megalomaníaco, louco por publicidade, que existia em São Paulo, para ele arrumar nossa condenação. Ironicamente, depois de 1964, ele acabou cassado pela *revolução* que ajudara fazer. E esse auditor, doutor Brígido Tinoco, preparou contra nós um processo, por causa da Rebelião de Brasília e guardou-o na gaveta pronto para ser sacado e julgado. Era um processo absurdo, risível, sem provas, completamente deformado do ponto de vista jurídico — está lá na Auditoria Militar de São Paulo e qualquer jurista poderá examiná-lo —, em que 18 pessoas, acusadas dos crimes mais diferentes, sem prova nenhuma, foram condenadas com a mesma pena e por um crime que nem existia na época, pois o crime de *subversão* é criação posterior a 64. E acabamos condenados contra o parecer da promotoria que, inutilmente, leu cinqüenta e tantas laudas pedindo nossa absolvição.

Um tiro na careca do general Mourão

Quando foi esse julgamento?

BORGES — A rebelião foi em setembro de 63 e nós fomos julgados no dia 19 de março de 1964, mas já no dia 15 de março sabíamos o teor da sentença. Veja farsa: nós recebemos um exemplar impresso dessa sentença no dia 15 de março, pois ela tinha sido impressa nas oficinas do jornal *O Estado de S. Paulo*, de onde um gráfico subtraiu alguns exemplares e nos deu. Pegamos um exemplar da sentença, que tinha umas 50 laudas e fomos ao Rio. Reunimos lá um grupo de sargentos do Exército, Aeronáutica, Marinha e Força Pública e fomos a uma entrevista com o marechal Osvino Ferreira Alves, num prédio na avenida Atlântica. O marechal nos ouviu e ligou para o general Assis Brasil, que se achava no Rio, nas laranjeiras e que, logicamente, desmentiu tudo. O marechal Osvino, então, procurou nos apaziguar. Mas hoje ninguém me tira da cabeça que foi o próprio Jango quem *arranjou* a nossa condenação. Tanto assim que, teoricamente, eu e os outros companheiros fomos condenados a quatro anos de reclusão por "incitamento à indisciplina mediante a distribuição de panfletos em território sob jurisdição militar". Incitamento à indisciplina para derrubar o presidente da República mediante adesão à Rebelião de Brasília, dando um golpe em 63.



Quantas vezes o senhor foi preso?

BORGES — Perdi a conta e nem sei quantas foram, entre 61 e 64. Umas dez ou doze, talvez, porque depois que começou não parou mais, pois virei suspeito profissional. Qualquer coisa que acontecia prendiam primeiro o sargento Borges para ver depois o que tinha acontecido. E ademais, eu convivendo com o general Mourão Filho ali no quartel, ele conspirando abertamente e nós acompanhando todos os passos dele, é evidente que a situação de atrito ficou cada vez mais elevada e ele me mandava prender a toda hora. Conspirando abertamente, o general Mourão se aliou ao governador Adhemar de Barros e, juntos, importavam armas ilegalmente pelo porto de Santos, e nós sabíamos disso. Na época, o Adhemar chegou até a comprar dois helicópteros, a jato, franceses, tipo *allouette*, para a conspiração.

Em São Paulo se fabricava um carro de combate chamado *Tatu* para utilizar em manifestações de rua. As polícias militares só podem ter esses carros até determinada milimetragem na carcaça protetora, para que não seja arma convencional de guerra, privativa das Forças Armadas. Então o carro da PM de São Paulo era o *Tatu*, conhecido por *Brucutu*, que eles fabricavam na Cobrasma sob o controle e fiscalização da 2ª Região Militar. Mas ocorre que os operários da Cobrasma nos mostraram que os oficiais do II Exército e da 2ª Região Militar, envolvidos na conspiração, foram lá e modificaram as especificações, passando a fabricar para a então Força Pública de São Paulo, carros de combate convencionais como se fossem carros comuns para uso em manifestações de rua, e isso era resultado de entendimentos entre os oficiais e o governador, pois que essa fiscalização era feita ou acompanhada lá no meu quartel, por uma secção ligada a minha de certa forma — Secção de Mobilização Industrial e a minha a de Mobilização Pessoal. Quem chefiava aquela seção, na época, era o coronel Peçanha, sucessor do coronel Manhães Betlhen, ambos conspiradores conhecidos. O armamento entrava pelo porto de Santos ou era desviado das fábricas da I.N.A. ou C.B.C., e o general Mourão, com seu *Estado-maior Revolucionário*, orientava o transporte e distribuição desse armamento pelo interior de São Paulo, onde era armazenado para eventual uso em caso de reação ao golpe de 64.

Grande parte desse armamento era transportado nos carros-pipas do Corpo de Bombeiros de São Paulo e nós, por intermédio dos sargentos do Corpo de Bombeiros, levantamos todas as fazendas onde ele era depositado. Nós tínhamos o controle, o mapeamento, de toda aquela situação e levávamos essas informações para o ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, ou aos comandos que sabíamos fiéis ao presidente, para impedir a subversão que estava sendo feita pela oficialidade e não pelos sargentos. Descobrimos que a maior parte dessas armas estava concentrada nas regiões de Rio Claro e Presidente Prudente, além da Baixada Santista, mas desconheço que fim levaram essas armas porque estava preso em março de 64. Como não temos conhecimento da ocorrência de nenhum grande contrabando de armas dos quartéis nos últimos tempos, penso que esse pessoal tem o armamento até hoje. Aqui mesmo em Mato Grosso a gente ouve notícia eventual de fazendeiros com armas pesadas, metralhadoras médias, armas de guerra. De onde saíram? Acho que os fazendeiros acabaram ficando com as armas dos conspiradores.

Então, naquela época, com todos esses pretextos, o general Mourão Filho executava uma vasta campanha de guerra psicológica apresentando os sargentos como subversivos, comunistas e altamente sediciosos e, embora seja engraçado, era auxiliado pelo próprio Jango que dizia sermos nós "um bando de loucos de armas na mão". Dessa campanha participava um grupo civil muito grande em São Paulo, participando ativamente dela jornais como *O Estado de S. Paulo* e, assim, eu era preso toda hora. Até aí, tudo bem, pois participávamos de uma luta às claras, enfrentando os riscos de infringir os regulamentos que, muitas vezes, eram violentados por nossas atividades. Mas eram esses mesmos regulamentos que queríamos mudar, e a luta era por isso. Porém a coisa se complicou e saiu de minha vida particular para atingir a vida pessoal e familiar, o que é muito comum entre os oficiais porque cultivam o aspecto de interferir na vida particular dos praças como se eles fossem os "servos da gleba" da era medieval.

Os serviços de contra-informação começaram a agir e surgiram telefonemas altas horas da madrugada, para minha casa, dizendo que eu estava hospitalizado, ou preso, ou tinha sido assassinado. Minha mulher, grávida de sete meses, entrou em pânico, teve um filho prematuramente e eu também me apavorei, fiquei revoltado com tantas prisões injustificadas, com tanta campanha injusta pelos jornais, campanha que não adiantava desmentir porque os jornais ignoravam os desmentidos, as provas em contrário. Por isso, um dia perdi de vez a esportiva e, completamente descontrolado emocionalmente, entrei porta adentro no gabinete do coronel Oscar Lopes da Silva, chefe do Estado-maior do general Mourão Filho, e de onde o próprio general podia ouvir perfeitamente a conversa já que as salas eram separadas apenas por uma porta de vaivém. Pedi ao coronel que falasse ao general para tomar outra atitude contra mim porque um homem acuado é sempre um homem perigoso, e que aquela perseguição sistemática, agora atingindo minha família, estava me retirando todas as possibilidades de agir legalmente. Enquanto eu fazia jogo limpo, público, ele estava fazendo jogo duplo e sujo, conspirando contra o governo e perseguindo os sargentos — mais diretamente a mim — para justificar e esconder essa conspiração. Enquanto isso fosse pessoalmente comigo, tudo bem, mas eu não admitiria que ele pretendesse maltratar minha família que sequer sabia de minhas atividades.

Exaltadamente, disse ainda ao coronel Oscar que o general estava me acuando e que, quanto eu não tivesse mais por onde fugior, entraria na sala dele — general Mourão — E DAVA—LHE MEIA DÚZIA DE TIROS NA CARECA PARA RESOLVER O PROBLEMA: Aí sim iria para a cadeia por justo motivo. Mas foi tudo coisa pessoal, de home para homem não tendo nada ver com a instituição militar, nada de subversão, nada de planos, nada com o movimento dos sargentos, embora a causa das perseguições fosse minha atividade dentro do movimento. Disse tudo isso num só folego e o coronel ouviu boquiaberto, tal era seu espanto. Terminei, juntei os casos, fiz meia volta e me retirei sem que ninguém me prendesse ou processasse.

"Porto se suicidou. Pupo ficou louco"

Fale mais sobre a prisão da madrugada posterior à Rebelião de Brasília. O que mais aconteceu? Quem estava junto?

BORGES — Essa prisão da madrugada de 12 setembro é a que veio implicar em minha condenação posterior. Fui preso desta vez com dois dirigentes sindicais, cujos nomes não me lembro, mas que eram do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo ou São Caetano, e do Sindicato dos Gráficos de São Paulo, sendo que o metalúrgico era também presidente do PUA — Pacto de Unidade e Ação — que congregava 68 sindicatos na época. Estávamos juntos porque quando eclodiu o movimento de Brasília eles seqüestraram o sargento Almoré Cavalheiro — que nesta altura já servia em São Paulo, na 2ª DI, no Ibirapuera, transferido do Rio Grande do Sul por causa de sua grande liderança na região. Naquele dia, por qualquer motivo, eu não tinha ido ao quartel e só soube da rebelião já bem tarde porque fui procurado pelos companheiros, em casa.

Então saímos e fomos à sede do PTB, na Brigadeiro Luís Antonio — SP —, e de lá fiz uma série de telefonemas para o Brasil inteiro, alertando outras lideranças de que aquilo era jogada e que nós de São Paulo não iríamos entrar em canoa furada do Senhor João Goulart. Eles, os oficiais, sabem disso porque tudo foi gravado e apareceu como parte de nosso processo que está na Auditoria Militar de São Paulo. Por volta das 20 horas deixamos a sede do PTB e fomos atrás do sargento Almoré, de unidade em unidade, pois ninguém sabia onde ele estava e havia aquela ameaça de fuzilamento. Soubemos que ele estaria preso em Quitaúna, no G Can 90, e fomos até lá, onde nós todos acabamos ficando presos também, enquanto circulavam informações — que soube depois — de que eu havia sido detectado, somente naquele dia, em Santos, São José dos Campos, Caçapava, Campinas, Jundiaí e todas as outras guarnições, quando na verdade eu estava era em casa.

Isto ocorria porque o trabalho de contra-informação era tanto que eles acabavam acreditando nas suas próprias informações. Depois que fui preso, em Quitaúna, me levaram para o Quartel da PE, no Ibirapuera. De manhã circulou a notícia da minha prisão entre os sargentos e eu, inclusive, cheguei a receber algumas visitas clandestinas lá. Mas nossas conversas foram detectadas e correu o

OS SARGENTOS
1961/63

boato de que os sargentos estavam se organizando para me libertar. Aí eles me colocaram num camburão que era gradeado por dentro e camuflado por fora como se fosse um carro de distribuição de jornais, tendo escrito por fora *Diário de São Paulo*. Me vendaram os olhos e levaram, à boca da noite, para um local que depois soube ser um ex-colégio de padres. Fiquei preso lá 58 dias.

E o que aconteceu com as outros lideranças dos sargentos?

BORGES — Dessa vez fiquei 58 dias numa cela subterrânea de um quartel em Itu (SP), nas dependências de um antigo convento, nas celas ao lado estavam presos mais dois sargentos: o Pupo e o Porto — que eram do G Can 90 e integravam um trio muito ativo conhecido pela sigla de PPD, Pupo/Porto/D'Avila Segundo soube depois, o Porto se suicidou posteriormente porque foi excluído em 64 e em todo lugar que se empregava logo aparecia a repressão para ameaçar e exigir sua demissão. Ele tinha família para sustentar e quando trabalhava na Olivetti, em São Paulo, foi o melhor vendedor em todo o país e ganhou como prêmio uma viagem ao Canadá, para fazer um curso. Na hora dele tirar o passaporte, negaram, ele, desesperado com tanta perseguição, se suicidou. E o Pupo teria ficado louco em decorrência da pressão psicológica que sofreu, enquanto que o D'Avila, preso noutro local, nem sei que fim levou. Estive preso até 13 de fevereiro de 1965, perdi todo o contato com o pessoal, mas acredito que o grupo do Sargento Garcia Filho — que era um dos mais bem organizados e forte — teve a maior parte dos seus membros assassinada. Alguns a gente sabe, como o sargento Raimundo Soares, que foi assassinado no Rio Grande do Sul, num negócio brutal em que ele foi arrastado, pendurado em árvore e morto, finalmente, por afogamento. Se não me engano ele se ligou à guerrilha porque esse grupo partiu para o desespero ante tantas prisões, tantas perseguições. O sargento Alberi, o Amadeu e mais três ou quatro integrantes do grupo do Garcia Filho também se meteram na guerrilha, foram presos, não sei que fim levaram, se estão mortos (NR: Alberi foi assassinado no ano passado em Cascavel — PR). Alguns não, entraram para a Arena e são deputados federais, como o sargento Leite Schmidt, hoje deputado pela Arena de Mato Grosso do Sul, que era também do grupo do Garcia Filho. O sargento Gilson de Barros é deputado federal pelo MDB em Mato Grosso, etc.

A partir da condenação das lideranças de São Paulo, quais foram seus destinos?

BORGES — Isso foi no dia 19 e o julgamento terminou lá pelas três da manhã. Às quatro horas nós já tínhamos destino pré-determinado, pois, afinal, era uma antecipação do golpe de 31 de março de 64. Nos levaram todos para zonas de fronteira, um para cada lugar, onde não tivéssemos ligações e pudéssemos atuar.

E todos permaneceram presos ou o Ato Institucional nº 1 acabou com as condenações?

BORGES — Não é bem assim. No meu caso, sim, mas no dos outros não sei como foi. Era muito difícil sustentar juridicamente nossa condenação. Eu, condenado a quatro anos, recorri ao Supremo Tribunal Militar e minha pena caiu para dois anos e seis meses. Houve novo recurso, ao Supremo Tribunal Federal, e nele, provavelmente, seríamos absolvidos. Mas antes disso ocorrer fui reformado pelo AI-1, pois não havia sentido eles me acusarem como acusaram, me condenarem, e depois terem de me reintegrar às Forças Armadas. Eles não podiam deixar isso acontecer e então aplicaram o ato. Em seguida veio o indulto geral do Castello Branco e fui para a rua cuidar de minha vida.

Diz-se que o grosso das Forças Armadas manteve-se indiferente a estes acontecimentos que culminaram em 64. O senhor concorda?

BORGES — O grosso das Forças Armadas não participa de golpe nenhum, mas é levado pelo princípio da chefia, oriundo do esquema de hierarquia que funciona mecanicamente. Não digo que sejam todos robôs, mas que os militares têm uma visão particularizada da sociedade, do funcionamento das instituições. É a visão da ótica militar e todo mundo precisa entender isso. Eles se supõem democratas, mas a democracia deles é toda especial e oriunda da formação militar que tem. É democracia toda relativa, democracia que não pode sofrer contestações porque o chefe militar não admite contestação. Então, é uma atividade política toda condicionada por uma mentalidade feita durante 40-50 anos de vida dentro da caserna, e isso não vai mudar de uma hora para outra, sob pena deles violentarem sua própria condição interna. Este é o grande risco da sociedade civil brasileira ao ser governada por militares.

A formação do pensamento militar, a atividade político-militar, e como elas se exercem ou podem ser exercidas, é algo que merece estudo acurado, pois é um grupo de homens confinado. O militar é confinado dentro do quartel, dedica 24 horas por dia ao quartel, mora em vilas separadas da sociedade civil, tem clubes próprios também separados dos civis, enfim, é um mundo à parte. Então, como é que ele pode viver os problemas da sociedade civil, do âmbito civil, se é um homem treinado para matar, treinado para agir por reflexos, sem pensar, porque militar em combate não deve pensar. Assim, existe uma elite de oficiais que, por pendores próprios, acaba fazendo política dentro das Forças Armadas e tem extrema facilidade de conduzir as Forças Armadas para este ou aquele rumo político porque elas atuam disciplinadamente, e não politicamente. Por isso tudo, seria um bem para a sociedade brasileira ou afastar ou fazer com que os militares participem ativamente da política. Acredito que na medida em que os militares participem ativamente da política eles se conscientizarão dos problemas que existem aqui e não vão, simplesmente por intermédio de boletins, receber qual a interpretação a dar aos fatos políticos, como acontece hoje. Vejam que é um próprio "revolucionário de primeira ordem" quem nos dá exemplo disso. O coronel Erasmo Dias, há pouco, deu um desabafo no Congresso que saiu publicado nos jornais mais ou menos assim: "Ah se eu soubesse o quanto é importante o Congresso Nacional, quantas coisas podemos fazer por aqui, quanto isso é essencial...". No entanto, antes disso ele fez tanto mal à sociedade civil brasileira, vivia pregando o fechamento do Congresso, precisando provar na prática para descobrir que o Congresso é instituição democrática que precisa ser mantida.

"O militar acha que os políticos são corruptos"

A tese da não participação dos militares é, então, uma tática política da minoria que manobra...

BORGES — Estou resumindo, apenas indicando linhas de reflexão a serem melhor exploradas. Primeiro, para se comandar um exército não é preciso se falar com o exército inteiro, pois as Forças Armadas são instituições extremamente burocratizadas e compartimentadas vertical e horizontalmente. Para que as decisões sejam praticadas basta que seja ordenada no escalão mais elevado. Daí, automaticamente e sem nenhuma possibilidade de exame ou crítica, percorre todo o escalão de comando até chegar ao inferior, onde deve atuar concretamente. Para se impor ao Exército um determinado comportamento, basta então ter os comandantes certos nos lugares certos. E, dentro desse princípio de hierarquia violenta e exacerbada, de culto ao "princípio do chefe", com poucos homens se controla a atuação das Forças Armadas, sendo suficiente ter o controle do alto comando. Politicamente, esse alto comando é controlado por lealdade pessoal, solidariedade nos ideiais políticos e adesão emocional aos objetivos, quando se trata de presidente civil; e pela aplicação do princípio de chefia quando o presidente é militar.

Assim, é fácil compreender de que modo o general Geisel conseguiu impor às Forças Armadas um candidato que não possuía respaldo nenhum na tropa, segundo o propalado pelos jornais ou por diversos generais seus antagônicos. Nessa estratégica de domínio das Forças Armadas para fazê-las atuar politicamente há outro detalhe, cuja compreensão é fundamental. A palavra *política*, dentro dos quartéis, é abominada. O militar, especialmente o de tropa, é violentamente condicionado a ver os *políticos* como os únicos responsáveis pelos males da pátria. São todos corruptos, impatriotas, incompetentes e subversivos. A discussão política dentro dos quartéis — a não ser nos escalões decisórios — é violentamente perseguida porque conduz a análises e pensamentos divergentes, o que conflita com o "princípio de chefia", vindo atingir a disciplina e quebra de hierarquia. Mas, dentro das Forças Armadas, existe uma *comunidade* ou *sistema de informações, os S-2, E-2, A-2, Serviço Secreto, Cenimar, etc.*

Esse setor é quem coleta e interpreta as informações oriundas do meio civil, especialmente as de natureza política e ideológica. Esse pessoal de informações, geralmente, é muito bem preparado e integra os melhores quadros das Forças Armadas, levando uma vida apartada, toda fora da rotina militar, e, pelo rótulo de *secretas* e *ultra-secretas* de suas atividades, são temidos dentro das unidades. Com base nas informações e interpretações desse setor especializado é que os comandos das unidades tomam decisões e agem politicamente. Assim, podemos ter que um regimento que é, por exemplo, comandado por um coronel *na boca* para sair general, ser, de fato, comandado politicamente por um capitão. É que, com a falta de quadros, a função S/2 da unidade — normalmente exercida por um major ou tenente-coronel — é preenchida por um capitão com curso de aperfeiçoamento — ESAO —, ou Estado-maior, ou, até mesmo, especialidades nos Estados Unidos — Corpus Christi, Fort Bragg, etc. Daí que, além de ser quem condiciona as decisões com implicação política, esse S/2 goza de um prestígio suplementar: é o *dedo-duro* que conhece a vida de todo mundo e que pode, com suas informações, destruir carreiras e até decidir sobre a permanên-

"A hierarquia estava em xeque"

— A primeira tomada de posição política consciente dos sargentos foi durante o episódio da Legalidade, em 1961 — lembra o ex-sargento Almoré Zoch Cavalheiro, cuja eleição para a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul serviu de estopim para a **rebelião de Brasília.**

Na época da Campanha da Legalidade — comandada pelo ex-governador Leonel Brizola visando garantir a posse de João Goulart na presidência, após a renúncia de Jânio —, Almoré era 2º sargento de Infantaria, servindo no quartel do 18º RI, em Porto Alegre. Ele recorda bem aquele período:

— Os sargentos tinham uma postura legalista, o respeito às leis e à Constituição era um sentimento muito forte entre a classe. Já a oficialidade tinha sentimentos contrários, nós sabíamos que havia uma conspiração em marcha para impedir a entrada de Jango no país. Por isso, os sargentos começaram a questionar algumas ordens recebidas. E na medida em que ordens eram discutidas, a hierarquia estava em xeque, o que assustou muito aos oficiais.

Encerrada a Campanha da Legalidade, permaneceu entre os sargentos, suboficiais e cabos aquele sentimento de classe, de união em torno de algumas reivindicações comuns à categoria:

— A questão da elegibilidade, por exemplo, era muito importante para nós.

Além da elegibilidade, os sargentos começaram a lutar também por outros pontos que julgavam importantes: o casamento, a estabilidade, a possibilidade de carreira e cursos, o critério para promoções.

Em 1962, um ano depois da Legalidade, o Brasil tinha eleições gerais. Logo apareceram sargentos candidatos em todo o país. Almoré Cavalheiro, líder antigo, era um desses.

PARA DEPUTADO ESTADUAL

Sargento
Almoré Zoch Cavalheiro
P. T. B.

Um Sargento da LEGALIDADE a serviço da classe e do Povo

Almoré: sua campanha e eleição serviram de estopim para a *rebelião*.

— Fizemos comícios em quase todos os municípios do Rio Grande, visitamos muitos quartéis, tentando densibilizar os companheiros. Tínhamos uma primeira plataforma, restrita ao âmbito dos sargentos, que propunha a luta por questões específicas. E uma outra, mais abrangente, reivindicando soluções para os grandes problemas nacionais, como a reforma agrária, extensão da legislação trabalhista para os camponeses, a eliminação do capital estrangeiro nos ramos fundamentais do desenvolvimento nacional, a nacionalização dos depósitos bancários — diz Almoré.

Foi durante essa campanha que saiu a decisão do TRE, declarando os sargentos inelegíveis e impugnando a candidatura de Almoré. Apesar de não ser o único sargento-candidato, só ele impetrou mandato de segurança e apelou para o Supremo Tribunal Federal. O caso repercutiu muito em todo o estado e o resultado foi comprovado ao final da apuração: Almoré, com 7.244 votos, era o 32º deputado entre os 54 da Assembléia Legislativa.

Na madrugada da **rebelião,** ele estava em São Paulo. Foi preso durante a madrugada e transferido para a guarnição militar de Porto Murtinho, na fronteira do Brasil com o Paraguai. Lá permaneceu até 19 de março de 63, quando o IPM contra os sargentos foi concluído e Almoré — condenado a quatro anos — foi levado para Corumbá, onde mais tarde foi expulso do Exército pelo AI-1. Depois disso, voltou para a Casa de Detenção de São Paulo, para cumprir o resto da pena. Só saiu no natal de 64, indultado por Castello Branco.

— Eu estava livre e me sentindo muito desajeitado na vida civil, conta.

Almoré foi vender livros em Porto Alegre. Como a nova profissão rendia pouco, ele passou a vender títulos do GBOEx — Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército, entidade de previdência privada dirigida por militares. Quando descobriram quem era ele, foi posto na rua.

Na **Habitat,** firma de incorporação imobiliária gaúcha, o ex-sargento conseguiu trabalho como corretor. Formando-se em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Almoré passou a atuar no Departamento Jurídico da empresa, onde chegou a gerente-geral.

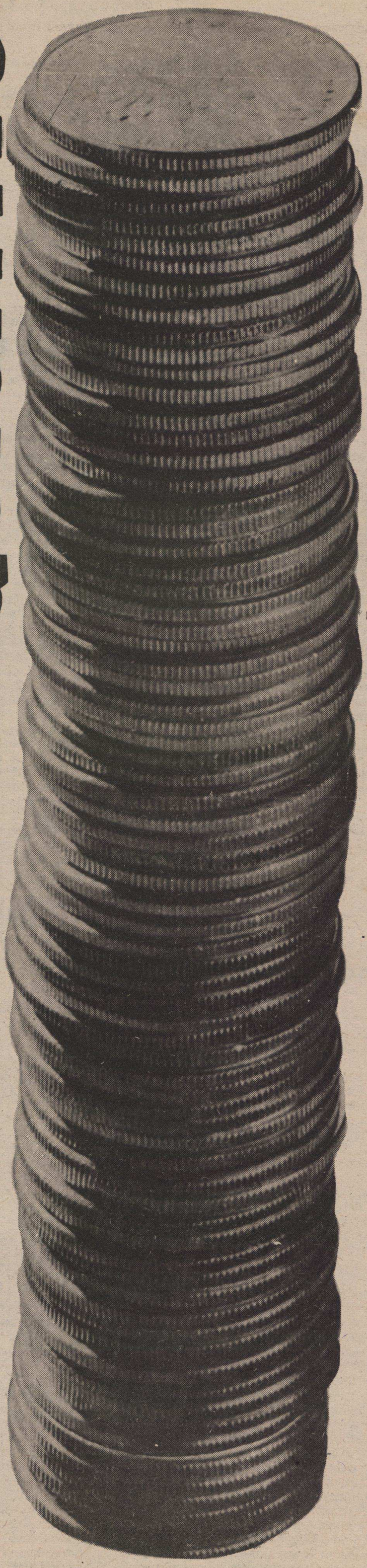
cia na ativa. E são os membros dessa *comunidade de informações* quem, na verdade, coordenaram, alimentaram e fizeram eclodir o movimento de 1964.

Os heróis autoproclamados como Mourão Filho, Denys, etc., em verdade não passaram de *símbolos* utilizados por esse pessoal, que forma uma cadeia de comando paralelo, para encarnar o "princípio de chefia" e dar possibilidade de atuação efetiva das Forças Armadas. Por isso, tão cedo, Mourão e outros se desiludiram com a *revolução* que haviam feito. Pode-se observar, então, que esse pessoal especializado não fala, age. E age subterraneamente sem aparecer para o grande público, nem tendo interesse nisso. Mas o fato é que, após 64, todos os cargos de confiança da administração civil foram de imediato, preenchidos pelo pessoal de informações. Quem fez a revolução de 64 foi o grupo de oficiais de informações que na época era major ou tenente-coronel e, hoje, é general como é o caso de Golbery. Por isso é que o presidente Figueiredo pode estar tranqüilo quanto à efetividade de seu comando sobre as Forças Armadas, pois tem a lealdade do único grupo militar que pensa e age politicamente. Entretanto, dessa análise, se deve extrair outra conclusão esclarecedora. Pelos desmandos dos DOI-Codi, ficou na opinião pública a imagem de que as Forças Armadas passaram a integrar o aparelho repressivo. Nunca.

O grupo de informações militar é que, após 64, se ligou à repressão de polícia política civil — treinada pela CIA segundo dizem — e passou a fazer repressão brutal, envolvendo, com suas atividades, o nome das Forças Armadas, cujos componentes, na maioria, sequer têm conhecimento de tais atividades brutalizadoras. Daí explica-se uma resposta anterior, quando eu disse que no meu tempo não havia torturas, como não havia mesmo e, acho, continua não havendo hoje. Quem pratica torturas é o pessoal de informações, ligado à polícia política civil. Para maior garantia, às vezes utilizam aquartelamentos militares em suas "sessões secretas" e, quando o caso *estoura*, o bom nome da unidade acaba envolvido, como pode ter sido o caso do general Ednardo. Na verdade, ele sequer sabia do que o pessoal de informações e segurança sob seu comando andava fazendo em matéria de torturas junto com a polícia do coronel Erasmo Dias. Vocês podem ver que os militares que compunham a Oban e o DOI-Codi do II Exército no episódio da morte de Vladimir Herzog, em grande parte, eram os integrantes das E-2 da 2ª Região Militar e do II Exército em 1964, pelo menos os nomes que pude ler nos jornais. Outra conclusão é que apenas um pequeno grupo de militares especializados que age politicamente tem comandado as atitudes políticas das Forças Armadas. Logo, para se manter no poder, para controlar, basta deslocar homens de estrita confiança para os comandos decisórios, que não são muitos segundo a estratégia vigorante no meu tempo — não sei se hoje será a mesma — de que quem tiver o controle do triângulo GuanabaraSantos — São Paulo, terá o controle do país. A prova parece ser o fato de que os coordenadores da revolução de 64 terem se baseado nesta estratégia e ganho a parada, além de que nesse triângulo se concentra mais de 70% do poder econômico da nação e todas as unidades de elite das Forças Armadas, ou seja, as mais bem treinadas, mais bem equipadas e sempre com o seu efetivo completo.

Por tudo isso é que acho ser razoavelmente fácil fazer as Forças Armadas funcionarem como um partido político, em benefício de um pequeno grupo. O próprio general Hugo Abreu — autor de um livro de fofocas de alto nível para consumo militar — mostra como isso é possível: através de jogar com o sentimento puro e patriótico da maioria da oficialidade. E esse grupo, sabendo perfeitamente que o militar é treinado e condicionado para a guerra, arquiteta seu plano político como se houvera uma guerra e constrói um inimigo para uma guerra que, simbolicamente, se dá no plano político. Estão aí as regras desse jogo nas axiomas da *Doutrina de Segurança Nacional* e nas monografias da Escola Superior de Guerra. E, para que se faça a *guerra* a esse inimigo, as Forças Armadas têm que estar "fora da política" para atuarem sob o comando do pequeno grupo que se acha no poder e que só faz uma coisa: política!

ALTO INDICE DE AQUISITIVO PODER



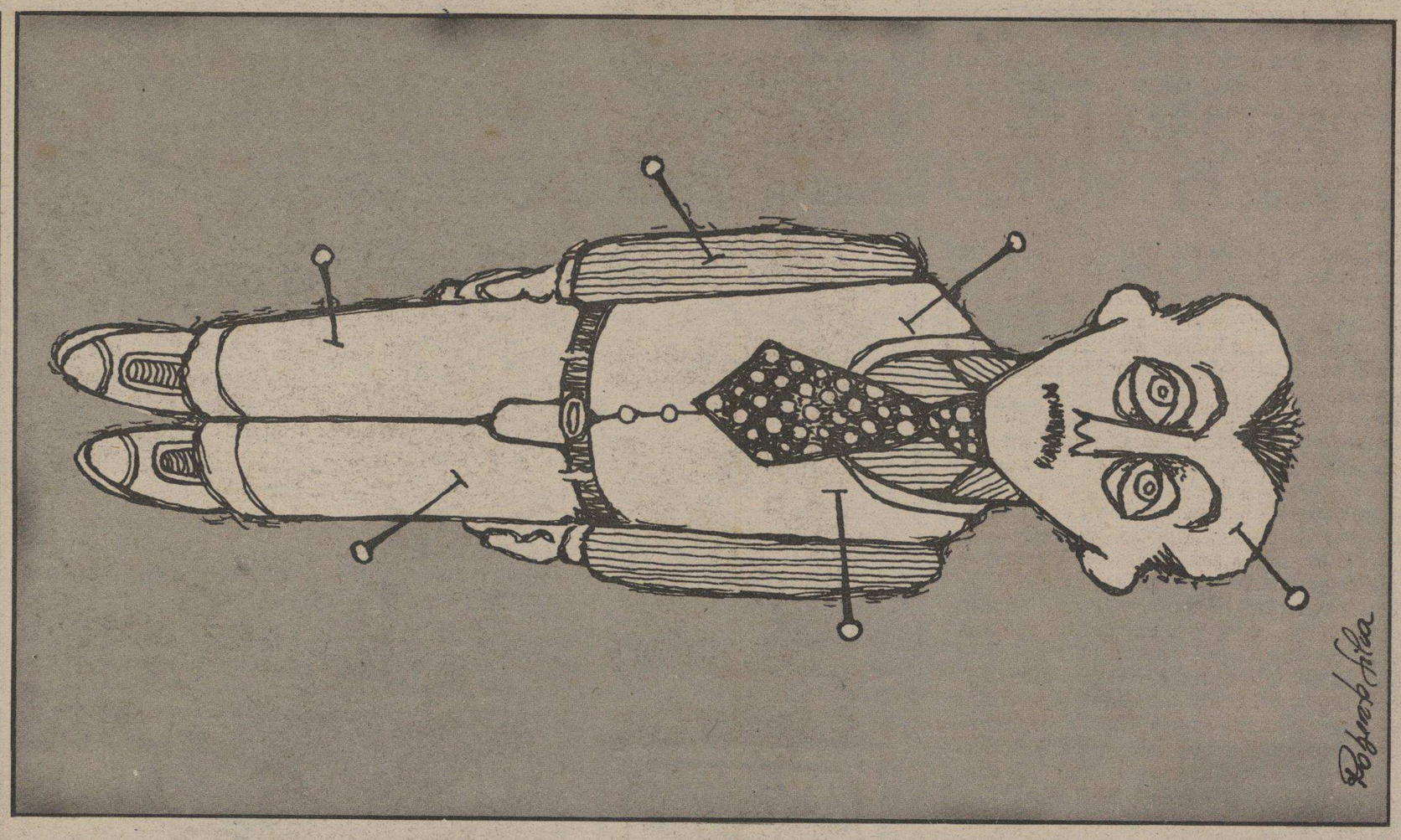
Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe "A", utilize uma emissora que convive com a classe "A" nas 24 hs. do dia.

RADIO UNIVERSAL FM STEREO

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe "A".

O AMOR E A PAIXÃO DO HOMEM COMUM

MAGRA MAS NÃO MUITO, AS PERNAS SÓLIDAS, MORENA, de Antônio Carlos Resende, IEL/LPM, 1978, 79 p., Cr$ 28,00.
O RAPAZ QUE SUAVA SÓ DO LADO DIREITO, de Antônio Carlos Resende, Editora Globo, 191p., Cr$ 30,00.
O LOUVA-A-DEUS, de Antônio Carlos Resende, Editora Globo, 115 p., Cr$ 110,00.



A obra de Antônio Carlos Resende apresenta-se com a nítida intencionalidade de tocar em uma temática permanente. Muda a natureza desta temática mas permanece a intenção de configurar e estabelecer como essencial um tema. O de Resende poderia ser definido como: o *relacionamento amoroso*. A nível da trilogia comentada a ficcionalidade de Resende apóia-se no conflito homem/mulher, macho/fêmea.

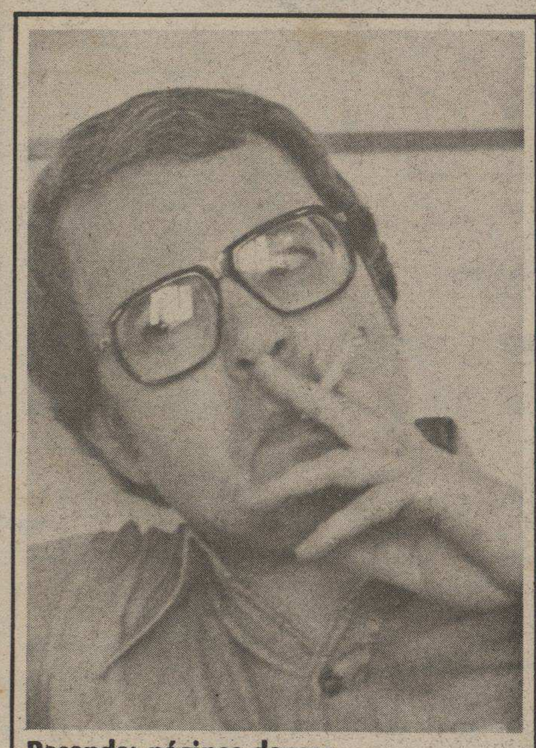
A par desta temática, moderna, interessante e profundamente significativa em nossos dias, quando o amor encontra-se relegado à condição de bem de consumo, de coisa capitalizável, Resende apresenta um outro elemento de fascínio: a linguagem e a construção literária. Muitos autores na ânsia de dizer as coisas não dizem nada ou dizem de jeito tão sofisticado e artificial que dificilmente o leitor tem acesso ao prazer do texto, e um texto que não conceda ao leitor algum prazer furtivo não pode ser um texto literário.

O jeito de dizer, a expressão ou o estilo literário de Resende assemelha-se muito com o jeito de Eulália caminhar: um jeito gostoso que mexe com o coração da gente. A diluição da estrutura frasal, o contraponto narrativo, a libertinagem da língua que tece o texto, a justaposição das vozes narradoras demonstram uma preocupação formal e um domínio expressivo bem desenvolvido.

A primeira condição dos textos literários é que sejam belos; a segunda é que esta beleza seja terrível e que consiga remexer nas regiões mais profundas do homem. Um bom livro é uma experiência de assombro e fascínio da qual todo leitor sempre retorna modificado. É impossível ler um bom livro e permanecer na nossa trivial e bem comportada habitualidade. Após a leitura da trilogia de Antônio Carlos Resende, uma espécie de crucificação rosada, onde as personagens masculinas ardem e enlouquecem de amor, mesmo o leitor menos atávico e mais simplório fica a se perguntar: "haverá ainda no coração do homem lugar para um amor tão louco e belo?" Lugar, tempo e coragem para um amor que faz com que as pessoas sintam-se iluminadas e suspensas; alucinadas a ponto de cometerem qualquer tipo de loucura? Ou este amor quimérico que só os filmes, as novelas e os romances podem produzir não é capaz de nascer dentro do coração de um homem comum? Parece que Antônio Carlos Resende crê que o homem comum também pode transfigurar-se através de uma paixão intensa. Não é necessário ser um Raskolnikov, um Lancelot, um Don Quixote ou um Marlon Brando para que se sonhe e se busque em meio às mulheres uma Inês de Castro, uma Dulcinéia, uma Vânia, terrível e bela, ou que se desça aos infernos atrás da sombra de uma miragem chamada Beatriz...

APOLOGIA DO ADULTÉRIO?

Um dono de armazém, casado, com filhos, como Romano, personagem narradora de MAGRA MAS NÃO MUITO, AS PERNAS SÓLIDAS, MORENA, pode e deve ser possuído por uma irremediável paixão como a que lhe desperta Eulália, mulher alta, casada e apaixonada por um padre sedutor. Os desatinos de toda trajetória de Romano na tentativa de conquistar a mulher desejada produzem



Resende: páginas densas

algumas das páginas mais densas, dramáticas e comoventes que a literatura moderna produziu, depois de Madame Bovary e Lady Chatterley. Apologia do adultério? Defesa do direito do homem casado de amar com a mesma intensidade, às vezes absurda, de um adolescente? Que importa qual o sentido da narrativa? Que importa se haja ou não nas intenções do autor elaborar uma saga do amor erótico, ou de traçar a ideologia da submissão do macho à fêmea...

Ao prazer do texto importa que se o leia com a mesma fascinação com que Romano persegue Eulália, com a mesma obstinação e submissão de um *porteiro da noite*. O que importa é que após a leitura do texto nos sentimos envergonhados de amar como amamos; de gastarmos uma vida inteira nas trivialidades de um amor seguro, e bom e honesto; de um amor que mantemos como uma pos - se inventariável que nunca nos desequilibra. O que importa é que depois de conhecermos os desatinos do amor de Romano por Eulália somos tomados por um sentimento de inveja e admiração por este homem ficcional que sai da sua trivialidade para amar.

Este é um dos grandes perigos da literatura, não trabalha com nossas idéias mas com nossas emoções; com nossos atavismos, remexendo onde nenhuma ideologia alcança. A literatura atinge-nos na essência, fascina-nos, nos põe em desatinado desequilíbrio. Romano diz em algum lugar do livro: "vim para te contar que não agüento mais, que estou morrendo de amor, que gosto de ti como um louco e que se não dormir hoje contigo me mato aqui mesmo e te levo junto".

A segunda novela de Resende, O RAPAZ QUE SUAVA SÓ DO LADO DIREITO, retoma e intensifica dramaticamente a trajetória da personagem masculina em busca do amor. Joaquim ou *Quito*, jovem universitário, em tratamento psicanalítico para curar seu problema de suor, é levado ao completo desequilíbrio e desagregação psíquica por seus relacionamentos amorosos. Resende parece ser atraído por relações perigosas, ao menos elas são a base do seu universo ficcional.

Quito ama Áurea, uma mulher mais velha que o iniciou sexualmente; nutre um verdadiero fetichismo pelas suas coxas rígidas e pela sua bunda que tem a firmeza da pedra. Áurea o submete e humilha. Um dia o rapaz conhece Régia, uma ninfeta de olhos azuis, alta e tenra como um moranguinho. Como é comum a todas as personagens de Resende, Quito logo pega a sangrar de profundos amores por Régia. Dividido entre o amor casto pela menina de 15 anos e pelo amor erótico de Áurea, a personagem inicia sua trajetória alucinada à total desagregação.

DANAÇÃO AMOROSA

A divisão e fragmentação da personagem masculina intensifica-se ao conhecer Lucinha, amante do pai de Quito. A danação amorosa de Joaquim atinge os limites da tragicidade. Como um *bricoleur* ele ainda tenta a síntese entre as três fêmeas e com isto procura superar um poderoso sentimento de culpa por estar dormindo com a mulher do próprio pai, que encontra-se num hospital, vítima de um enfarte. Mas no amor as sínteses são raras e Quito não consegue superar sua tríplice divisão. Lucinha, a mulher do sexo pequeno como de uma criança, que submete Quito, conta ao pai a respeito da sua relação e foge com um antigo amante. Consolida-se a tragédia que Resende vinha tecendo desde as primeiras páginas. O próprio Quito declara: "Me fixo nos olhos da Régia, nas nádegas da Áurea, nas pernas de Lucinha e me apago".

O homem, em todas as épocas, alimentou e desenvolveu o mito do modelo feminino, da mulher perfeita, ideal, quimérica. "A literatura literária" sempre promoveu este mito, intensificou-o e com ele forjou as páginas mais calcinantes e dramáticas. Talvez, seja a função da literatura criar esta mulher que a própria vida não foi capaz, nem mesmo as antigas e libertinas divindades. O universo ficcional de Antônio Carlos Resende sustenta-se na tentativa de compor o espectro desta grande fêmea, impessoal e arquetípica: a mulher quimérica. Desta fêmea devoradora e manipuladora do macho, desta mulher erótica que é capaz de libertar toda instintividade do macho. Esta mulher não tem a fidelidade de Penélope, nem a beleza de Helena, por quem os gregos e os troianos lutaram cem anos, nem a astúcia e o fascínio de Sherazade, que seduziu por mil e uma noites o temível Barba Azul. São mulheres altas, magras, de corpo perfeito, olhos e pernas e nádegas sensuais; elas são carnais e desequilibradas, portadoras de alta sexualidade. O amor das personagens masculinas das novelas de Resende é a paixão alucinante e incendiária. Esta paixão não conduz à serenidade mas ao conflito, à insegurança, determinando um universo de relações de grande teor dramático. A felicidade constrói-se na precariedade, na perpétua carência de um homem em busca de uma mulher, de um macho atrás de uma fêmea.

MUNDO ÁSPERO

A terceira novela, O LOUVA-A-DEUS, animal que é devorado pela fêmea após o coito, retoma a mesma temática das novelas anteriores: o relacionamento amoroso e a submissão do elemento masculino nesta relação. Há nas novelas de Resende uma espécie de "coita" semelhante à coita do amor medieval. O destino de Romano, Quito e Reinaldo é o de sofrer de amor e pelo amor. Não há momentos que não sejam de dor, conflito, desequilíbrio, insanidade, dependência terrível e massacradora. A mulher é o elemento fatídico, elemento de perigo e desagregação.

Reinaldo, personagem masculina de O LOUVA-A-DEUS, é um advogado divorciado da primeira mulher, tem um livro escrito e retorna à cidade natal. Lá conhece Silvina, a mulher ideal.

Silvina tem grandes problemas de relacionamento com o sexo masculino pois fora vítima de uma violentação por três marginais. A luta de Reinaldo para conquistar o amor de Silvina e fazer com que ela vença seus temores e neuroses assemelha-se muito à luta de Romano para conquistar o amor de Eulália. Silvina exerce uma dominação ainda mais terrível sobre Reinaldo que submete-se a um relacionamento neurótico e mórbido. Todas as noites acorda-se com a sensação de que foi castrado pois Silvina castrara seus violentadores. Reinaldo mantém relações sexuais com outras mulheres e é descoberto por Silvina, que como vingança arranca o púbis de Maria dos Remédios e o coloca em uma moldura que oferece como presente de aniversário para Reinaldo. Dividido entre o amor e o medo ele resolve fugir mas no meio do caminho compreende que é inútil, que só lhe resta voltar, que não há outro destino senão enfrentar o medo. Volta e fica com Silvina, consciente que seu fim será o mesmo dos zangões que se arriscam fecundar as abelhas rainhas e dos louva-a-deus que são devorados após fruírem os prazeres da fêmea. Este é o universo que Resende oferece aos seus leitores na trilogia comentada. Um universo que fascina e oprime, um mundo áspero e difícil de tragar mas que remexe com nossas entranhas e nos acorda..

JOÃO CARLOS TIBURSKI

É PRECISO VIVER O PRESENTE

QUERIDA LIBERDADE, de Flávia Schilling, Editora Global, 128 páginas, Cr$ 160,00.

Ela é brasileira e passou sete anos nos cárceres da ditadura uruguaia. O país inteiro acompanhou, atento e preocupado, a dolorosa experiência dessa jovem, principalmente depois que uma grande campanha foi deflagrada em todo o território nacional pela sua libertação, o que ocorreu no início deste ano. Novamente livre, está agora usufruindo os direitos que tentaram lhe negar. Ela é Flávia Schilling. Seu livro: **Querida liberdade,** coletânea de cartas enviadas a seus familiares durante os anos em que esteve presa, acrescida de uma carta ao povo brasileiro, onde expressa seus agradecimentos e reafirma seus princípios: "Um não à morte, à alienação, à fragmentação, à manipulação do homem pelo homem".

O que mais surpreende no livro de Flávia Schilling não é — e nem deveria ser, evidentemente — o seu caráter literário. Não é obra de ficção, não é trabalho de literatura no sentido acadêmico da palavra. O que avulta, isto sim, é a dimensão de grandeza humana, a consciência plena e não romantizada — e muito menos desesperada — de sua situação, a par de uma constante preocupação com o seu semelhante, assim como a busca da verdade, através de uma atitude de vida reta e coerente com suas idéias e a total rejeição do medo e da covardia, surpreendentes numa jovem da sua idade.

Já nas primeiras cartas, logo após a prisão, ela afirma: "A verdade, verdade, é que daqui mesmo vou continuar lutando até o fim contra as loucuras, os desânimos, os erros de conduta e deixar sempre uma semente de alegria, de confiança, de companheirismo, de dignidade e de retidão". A prisão e o longo período de solidão não a fazem fraquejar, mas, ao contrário, incentivam-na a buscar tirar proveito da nova experiência: "É preciso tentar viver no presente, tirando do dia-a-dia tudo o que possa ser tirado, e não se perder num futuro que para quase todos nós é longínquo..."

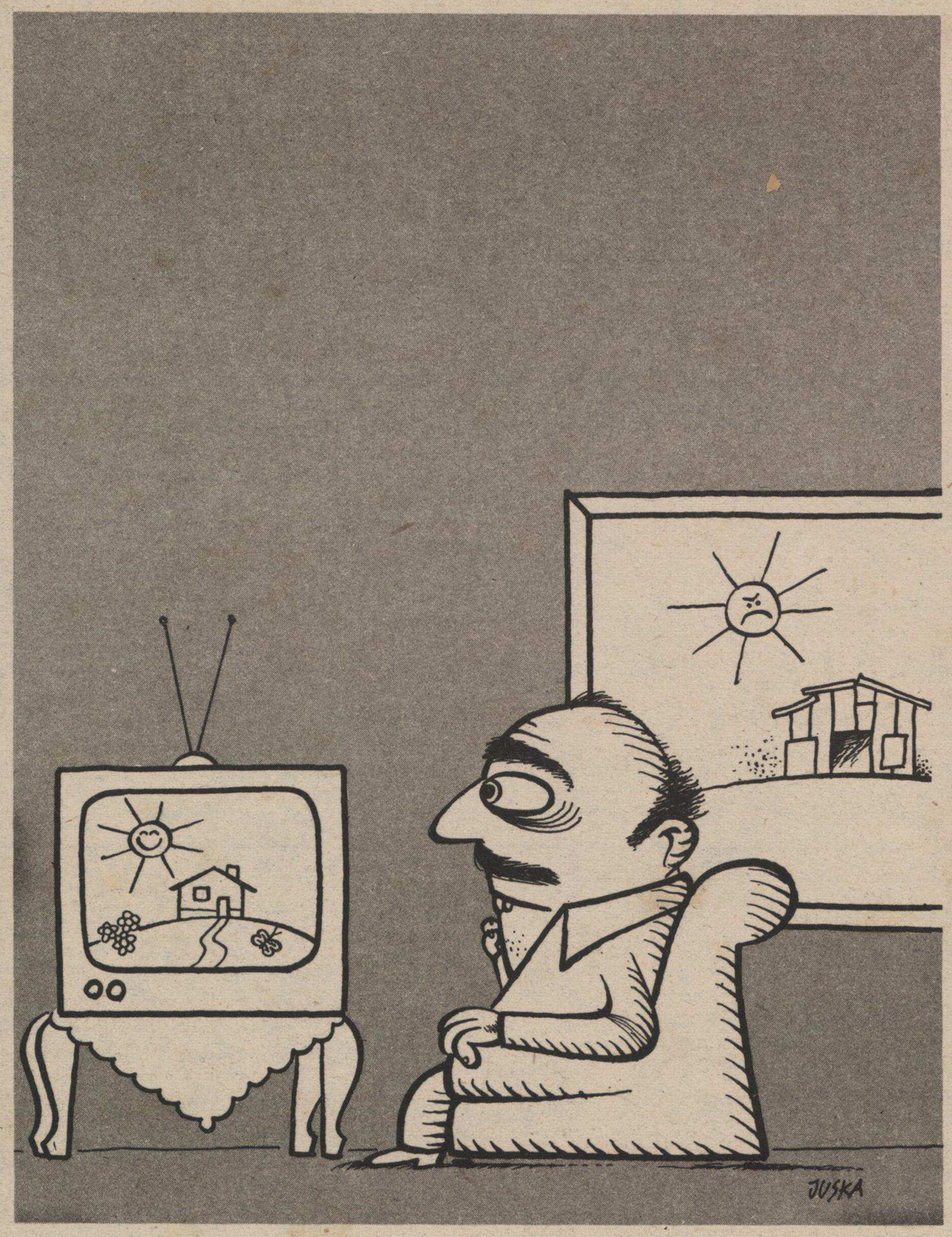
Essa atitude firme e corajosa se manifesta mais claramente na carta em que faz referência aos sofrimentos morais e humilhações a que foi submetida durante os interrogatórios: "Me levaram no dia 26, ao meio-dia, e voltei no dia 29 de tarde. Nervosa e cansada, mas com uma moral e um ânimo nas nuvens. É bom de vez em quando voltar a enfrentar o medo, a insegurança, a pressão, para ver se a gente está realmente firme ou não. E sair vitoriosa é uma grande alegria".

Se, ao longo da leitura de suas cartas, não se percebe jamais uma palavra de autopiedade, por outro lado, também, jamais ela se apresenta ou se deixa entrever como uma pessoa especial. Ao contrário, teima em afirmar: "Odeio os pedestais, não quero ser exemplo de ninguém nem de nada, nem símbolo ou bandeira. Sou como sou, com um monte de contradições dentro de mim, de dúvidas, de medo, de fraquezas. A única diferença entre eu e os outros é que, numa determinada circunstância política, pessoal, familiar, optei por um caminho que não era o mais fácil... Mas isso para mim não é nenhum mérito. Simplesmente se deram todas as conjunturas para que eu pudesse dar esse passo".

Importante, pois, a leitura das cartas de Flávia Schilling e a meditação sobre a sua exemplar e comovente confiança no homem: "Às vezes penso se será possível que tanto sacrifício não tenha servido para nada. Mas logo digo para mim mesma: nunca nenhum sacrifício, em nenhuma parte do mundo e em nenhuma época, foi em vão. Pode não mudar o mundo, nem impedi-lo de ir para onde parece que vai..., mas sempre cria a opção. Opção que é recolhida por alguns que tentam fazer essa mudança. E embora não tenham êxito, se jogam e deixam o caminho aberto para os que virão..."

Para os que virão, temos certeza **Querida Liberdade** será um livro de grande importância e oportunidade.

Carlos Carvalho



RÉDEA CURTA NA TEVÊ BRASILEIRA

ANOS 70 — TELEVISÃO, de Elisabeth Carvalho, Maria Rita Kehl, Santuza Naves Ribeiro, Empresa Gráfica e Editora Europa, Cr$ 60,00, 110 páginas. Ao mesmo preço, os volumes I, Música Popular; II, Teatro; III, Cinema; IV, Artes Plásticas; e V, Música.

Um grupo de 19 pesquisadores tomou a iniciativa, no ano passado, de fazer um levantamento da década de 70 no Teatro, Música Popular, Cinema, Televisão, Artes Plásticas e Música. Uma espécie de subtítulo, *Uma Análise da Cultura Brasileira em uma Década de Repressão,* indica a vertente do estudo, isto é, a necessidade de sua inclusão num processo mais amplo, e que abrange tanto o Político quanto os interesses que o determinam.

O resultado foram cinco volumes editados pela Europa, Empresa Gráfica e Editora. Vamos nos deter apenas no volume 5, que trata da televisão, onde as autoras, Elisabeth Carvalho, Maria Rita Kehl e Santuza Naves Ribeiro, dissecam dez anos de tevê brasileira e que, segundo elas, praticamente se resume na história da Rede Globo.

Os sete ensaios na verdade seguem uma trilha comum às redações de jornais e de grandes revistas a fazerem um retrospecto de cada década. Com uma diferença fundamental: as análises extrapolam a superficialidade desses textos de fim de década, e traçam objetivos de estudo perfeitamente determinados. Mesmo se servindo de entrevistas e de uma bibliografia constituída na maior parte por revistas e jornais, as autoras vão mais longe numa análise criteriosa desses dados. O resultado foge aos afogadilhos de última hora.

Outro mérito do volume *televisão* está na microanálise que faz do veículo. Geralmente os estudos sobre o vídeo enfocam suas relações com um contexto econômico, político, cultural, tomando-o como um subsistema dos meios de comunicação. Já Elisabeth Carvalho, Maria Rita Kehl e Santuza Naves Ribeiro penetram no vídeo e configuram cada uma de suas manifestações — novela, telejornalismo, shows de auditório — em suas particularidades e, ao mesmo tempo, no seu reduto político ou econômico. Apenas o primeiro ensaio *Um só povo, uma só cabeça, uma só nação* permanece na visão global tão comum nos estudos sobre esse meio.

Em outras palavras, as autoras entram dentro do sistema televisional e procuram ver nas mínimas particularidades como se manifesta a indústria cultural no setor. De que maneira a novela — no ensaio *Mil e uma noites para as multidões* — se estrutura dentro da indústria cultural e qual o seu alcance dentro de um campo de produtividade econômica, da televisão comercial, ou em sua produtividade ideológica, como reforçador da ideologia dominante para a manutenção do *status quo*.

Quando falam em novelas, em *shows* ou em telejornalismos as autoras buscam seus exemplos no dia-a-dia da televisão global brasileira, desde os casarões, Gabrielas, fantásticos shows da vida, jornais nacionais, de hoje ou amanhã, até as Malus, plantões de polícia e aplausos. É nessa dissecação que as autoras, com a pinça da reflexão, examinam o corpo vivo da televisão, para concluir que quase tudo são intestinos destinados à deglutição do lixo nacional e internacional. Porém elas também concluem que houve melhoras. Apesar da repressão do Estado diminuir, substituída por uma repressão patronal, existem algumas clarabóias de programas voltados mais para o levantamento de nossa realidade.

Sérgio Caparelli

O OUTRO LADO DA QUESTÃO

COMUNICAÇÃO E CLASSES SUBALTERNAS, de José Marques de Melo (coord.), Cortez Editora, 204 páginas.

Os meios de comunicação de massa — rádio, televisão, jornal — são os objetos privilegiados no estudo da comunicação. Nos últimos tempos, porém, é cada vez maior o interesse em análises de outras formas de comunicação, principalmente no domínio das classes dominadas.

Daí a importância de um livro como **Comunicação e Classes Subalternas,** resultado do II Ciclo de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, realizado em São Paulo no ano passado. No prefácio, José Marques de Melo, um dos organizadores do simpósio, relembra Gramsci ao proclamar a impossibilidade de se conceituar precisamente classes subalternas, mas diz que as análises partiram do pressuposto de que os modos de comunicação das classes subalternas "são aqueles peculiares ao pólo dos *dominados* na sociedade de classes".

Apesar do fio condutor estabelecido pelo tema, os ensaios e comunicações apresentam uma diversidade de enfoque e nítidas diferenças tanto no aprofundamento quanto na linguagem. No plano formal, por exemplo, enquanto o primeiro trabalho (Capitalismo, Dominação e Classes Subalternas de Maria Sylvia Carvalho Franco) bebe diretamente na fonte do **Gundrisse,** de Marx, teorizando numa linguagem hermética, densa, compacta, o sexto trabalho são reflexões sobre a experiência de um jornal popular na periferia de Campinas. Nesse relato, a linguagem se descontrai, pisando no terreno da experiência vivida: como sobrevive um jornal voltado para os operários e que pretende fugir do esquema da grande imprensa, sem publicidade e distribuído gratuitamente? Dentro dessa mesma trilha está **A Prática do Cinema na Favela: para uma Compreensão Maior da Realidade,** de Marialva.

Num meio termo, estão as reflexões de Carlos Eduardo Lins da Silva sobre o debate da cultura de massa e da cultura popular. Talvez uma frase pinçada de seu texto sintetize toda a discussão, em termos nacionais: "Apesar das inevitáveis exceções, dignas do maior respeito, pode-se afirmar sem muito medo de erro que a profundidade crítica brasileira em relação à cultura de massa só chegou a Frankfurt e ali estancou". Evidentemente ele se refere a uma posição dominante entre nossos críticos traduzida por um fatalismo diante da indústria cultural, principalmente da televisão, que os faz cruzar os braços, possuídos por uma impotência diante do inevitável. Para Lins, a tarefa principal é encontrar brechas para a manifestação da cultura dos dominados nos meios massivos de comunicação e, ao mesmo tempo, aprofundar as análises do sistema de comunicação dos grupos subalternos.

É claro, os textos citados apresentam as maiores diferenças, não em termos de profundidade teórica, ou maior e menor inclinação científica. Apenas em termos formais se diferenciam, como não poderia deixar de ser. Trata-se, é bom lembrar, de conteúdos formulados durante simpósio. Talvez seja esse o aspecto mais positivo do volume: ao lado das teorizações, as práticas.

É assim que podem ser encontrados textos sobre música sertaneja e classes subalternas, literatura de cordel, boletins diocesanos católicos a serviço dos marginalizados, o fenômeno das romarias e dos suplicantes a Nossa Senhora Aparecida como manifestações culturais, e a comunicação em comunidades homossexuais.

SC

Lançamentos

LIBERDADE CONDICIONAL, de Sinval Medina. Um romance que tem Porto Alegre por cenário, nos anos negros da repressão. Editora Codecri, 240 páginas, Cr$ 280.00.

AS MISSÕES JESUÍTICAS DO ITATIM (Estruturas Sócio-Econômicas do Paraguai Colonial — séculos XVI e XVII). Esse estudo parte das estruturas geográficas para examinar a organização sócio-econômica da região e as principais bases das missões jesuíticas da área. Editora Paz e Terra, 342 páginas.

CONSTRUINDO COM O POVO, — Arquitetura para os pobres, de Hassan Fathy. O autor, membro do Adlai Stevenson Institute of International Affairs, é um arquiteto egípcio que procurou reviver os antigos métodos de construção do antigo Egito. Editora Salamandra e Universidade de São Paulo, 264 páginas, Cr$ 250,00.

CIÊNCIA E REVOLUÇÃO (O marxismo de Althusser), de Adolfo Sanchez Vazquez. Uma análise da contribuição de um dos mais influentes filósofos marxistas de nosso tempo, Louis Althusser. Editora Civilização Brasileira, 176 páginas, Cr$ 250,00.

SEQUESTRO, de Valério Mainel. Depois de um livro-reportagem sobre a morte de Cláudia Lessin Rodrigues, esse jornalista une a ficção com a realidade ao tratar do seqüestro de um menino no Rio de Janeiro. Editora Codecri, 260 páginas, Cr$ 230,00.

OS INTELECTUAIS E A REVOLUÇÃO; de Roland Corbisier. É o 17º volume da coleção Depoimentos, de Avenir Editora, 80 páginas.

JOGO BRUTO, de Wladyr Nader. Contando a estória de quatro casais: um vagabundo letrado e sua mulher sensual, um prefeito impulsivo e sua mulher formal, um aventureiro barato e sua mulher que dá aula e um operário irrequieto e sua mulher boazinha. Editora Vertente, 130 páginas.

AQUI É A TERRA, de José Godoy Garcia. No dizer dos editores, "um livro de excepcional lirismo — um hino aos rios, aos ventos, à mulher, à chuva, às árvores, aos pássaros...". Editora Civilização Brasileira, 250 páginas, Cr$ 180,00.

A DEMOCRACIA E OS COMUNISTAS NO BRASIL, de Leandro Konder. O autor procura responder a perguntas cruciais do atual momento brasileiro, analisando as relações do comunismo com a estrutura da sociedade brasileira. Editora Graal, 160 páginas.

LUKÁCS — Fontes do Pensamento Político, de Leandro Konder. O nome de Lukács circula nos mais respeitáveis círculos acadêmicos e nas mais simples e despretensiosas rodas de papo. E nem sempre os adjetivos que acompanham seu nome são dos mais simpáticos. Mas, na maioria das vezes, ele é visto como um denso pensador do marxismo e da própria realidade. Quem é ele, afinal? Editora L&PM, 207 páginas, Cr$ 325,00.

A TERRA DO SANTO E O MUNDO DOS ENGENHOS, de Dóris Rinaldi Meyer. Trata-se do estudo de uma comunidade rural nordestina. Editora Paz e Terra, 190 páginas.

GRAMSCI E O ESTADO, de Christinne Buci-Glucksmann. Este livro é uma leitura teórico-política dos **Cadernos do Cárcere,** em suas relações com a prática política militante dos anos 1914-1926, a partir de um ponto estratégico; o Estado. Editora Paz e Terra, 500 páginas.

POEMAS BRASILEIROS, de Adão Ventura e outros. "Um grande desabafo, contundente e sem meias palavras. Estão reunidos aqui autores de quase todos os estados do país, 50 nomes selecionados entre os 479 candidatos ao Concurso Cem Poemas Brasileiros", patrocinados pela Editora Vertente, 150 páginas.

MARACANÃ, ADEUS, de Edilberto Coutinho. Esse livro ganhou no ano passado o Prêmio Casa de las Américas. São onze estórias de futebol, que extrapolam ao campo e fazendo um esboço da sociedade brasileira. Editora Civilização, 134 páginas, Cr$ 200,00.

NA VERTIGEM DA POESIA DE GULLAR

NA VERTIGEM DO DIA, de Ferreira Gullar, Ed. Civilização Brasileira, 106 páginas, Cr$ 150,00

Ferreira Gullar trabalha a poesia com as ferramentas do particular, mas tão ajuizado à história e ao tempo que imediatamente se universaliza. Tratando do cotidiano, o seu lirismo dilacera as veias mais tensas, a provar mais uma vez que a grande poesia transporta a alma das coisas simples, comuns, do homem e da vida, que nele há ou se anuncia, transporta ao nível do inusitado que se dá (revela) a expensas das emoções e das experiências.

Ferreira Gullar, sabidamente um dos nossos maiores poetas, com *Na Vertigem do Dia,* amplia o céu sem horizontes da poesia, que magistralmente inaugurou com *Luta Corporal*. Todo o aplauso é pouco ao grande poeta, pois quanto pobre e infeliz é um povo que não pode aplaudir, amar os seus poetas, e tem de deixar para a história, um dia, fazer esse testemunho.

Gullar, com este livro, dá continuidade ao seu discurso poético, onde os "signus" matrizes da sua linguagem, salientam-se, num breve apanhado: fogo, luz, vertigem, velocidade, tarde, noite, com os quais o poeta gira milagrosamente o poema. O livro segue a linha do testemunho social-estético com o qual o verdadeiro artista marca a sua época. Aprofunda-se no sentimento cotidiano, num mergulho demorado, para de lá trazer o cristalino som, a harmonia, a esperança, a experiência do real, no fundo do coração do homem brasileiro contemporâneo.

Uma poesia que não se entrega ao fácil, à superfície das emoções e da linguagem, mas que ao mesmo tempo não incorpora qualquer resquício do experimentalismo formal que apenas vem desaproximar o leitor. Todo o leitor atento e sensível que se debruçar sobre ela será atingido pelo seu fogo, pela chama sempre nova que o poema inaugura ao coração dos homens.

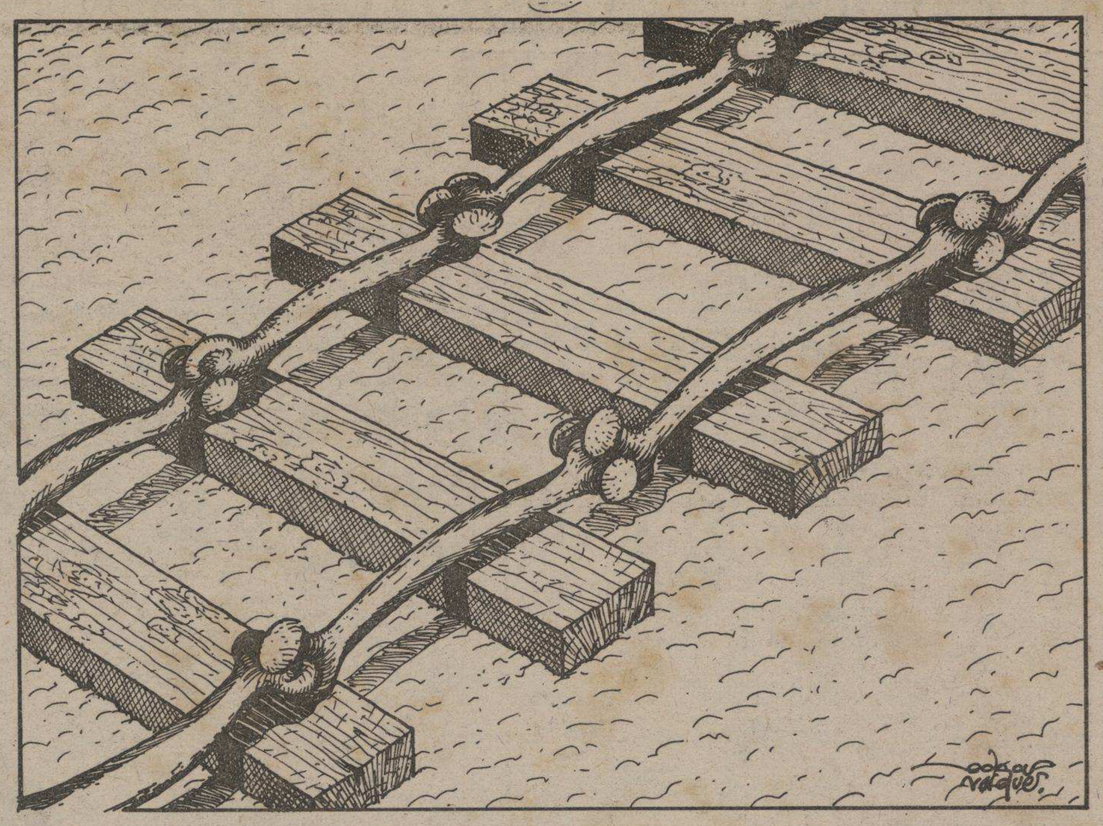
FAIXA DE GAZA

Agrupa poemas anteriores a *Dentro da Noite Veloz,* sendo a maioria recente. Porque a poesia de Gullar não foge à consentaneidade. Assim, um foi feito em Lima, outro em Santiago ou Buenos Aires ou Moscou, da época do exílio, que teve em *Poema Sujo* o seu grande e singular momento é um determinante específico em sua obra, de um espaço histórico que tem o fôlego do atemporal, do que vai ficar para sempre. É de dentro de si, como um apanhador meticuloso da realidade, que Gullar parte para constatar, revelar a sua arte.

É de uma particularidade que se põe a serviço do coletivo. Se não escreve para o povo, ele trabalha na faixa tensa da sua miséria e esperança. Trabalha ao seu lado. Porque assim lhe tem ensinado o comboio da história: "Não se detenham: façam a festa/Bethânia, Martinho/Clementina/Estação Primeira da Mangueira, Salgueiro/gente de Vila Isabel e Madureira/todos/façam/a festa/enquanto eu soco este pilão/este surdo/poema/que não toca no rádio/que o povo não cantará/(mas que nasce dele)".

O poeta junta-se ao povo para ser o seu cantor, assim como junta-se aos que lhe cantam louvor. Ele se nutre da realidade e faz dela o espaço semântico onde desenvolve a ótica poética: "Como posso ser neutro, fazer/um poema neutro/se há uma ditadura no país/e eu estou infeliz?/Ora eu sei muito bem que a poesia/não muda (logo) o mundo./Mas é por isso mesmo que se faz poesia:/porque falta alegria./E quando há alegria/se quer mais alegria." Um livro indispensável, de quem atravessou a nossa faixa de gaza latino-americana. Gullar incorpora-se mais uma vez à melhor poesia brasileira.

LUIZ DE MIRANDA



MUITAS SAUDADES DE GALVEZ

MAD MARIA, de Márcio Souza, Ed. Civilização Brasileira, 346 páginas.

Correm muitas histórias sobre a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, nos confins da fronteira do Brasil com a Bolívia, obra realizada por volta de 1911. Muita gente morreu, a construção foi um enorme circo de horrores, com a malária e outras moléstias tropicais dizimando os trabalhadores. Foi este o tema que o amazonense Márcio Souza escolheu para seu novo livro, *Mad Maria* — nome da locomotiva que ia avançando sobre cada metro de trilhos assentados.

Mas, para quem leu *Galvez, o Imperador do Acre, Mad Maria* é uma decepção: parece que Márcio Souza perdeu, em algum ponto de sua carreira parte de sua fluência e de seu humor. Seu texto ficou mais empolado, mais truncado por metáforas e figuras desnecessárias e até inadequadas. Como conseqüência, o livro torna-se, durante a sua maior parte, chato. Márcio não conseguiu tornar o seu romance uma aventura excitante como foi *Galvez*. Os diálogos são mal construídos, irreais e difícil imaginá-los na selva amazônica de 1911. Os próprios personagens principais — o médico Finnegan, norte-americano de ascendência irlandesa, o engenheiro Collier, súdito da rainha Vitória, e o magnata Farquhar, também norte-americano — também parecem irreais: eles não são bem delineados, parecem deslocados no espaço e no tempo.

Galvez foi um livro que fez sucesso por uma característica simples: contava uma pequena epopéia amazônica num tom faceiro, era um livro que se pegava e não largava. Depois, Márcio Souza escreveu *Operação Silêncio*, que não conquistou ninguém com suas inovações estilísticas, e agora, tentou, com *Mad Maria,* voltar à fórmula do sucesso. Mas, ele não conseguiu encontrar novamente a fluência que caracterizou *Galvez: Mad Maria* saiu empolado, com um ranço literário evidente em expressões como "é uma bela máquina, como um animal do período jurássico", "volúpia inocente", "rolando como uma bola que gravita impulsionada por forças anárquicas", "o almoço tinha funcionado como uma rosada moldura", "estacou como que fulminado por um raio", "venenosa casuística".

Faltou simplicidade, sobrou vocabulário pretensioso e desnecessário. E é uma pena, porque Márcio Souza, que surgiu como uma das maiores esperanças da literatura brasileira na década de 70, poderia ter explorado de maneira mais ágil um tema tão excitante quanto o da aventura da Madeira-Mamoré.

Resta, para quem gosta, uma pequena viagem pelos meandros do governo brasileiro na administração do marechal Hermes da Fonseca, com uma exposição superficial das pressões e interesses dos trustes internacionais que começavam a descobrir o Brasil. E também é interessante uma nova visão de Ruy Barbosa, apresentado por Márcio Souza dentro de suas exatas proporções: não a grandiosa *Águia de Haia* mistificada por nossa história oficial, mas apenas um pequeno homem sem idéias muito rígidas, maleáveis o suficiente para servir sempre às suas ambições e vaidade.

LUIZ AFONSO FRANZ

Dois livros de Goiás para você!

Peça já pelo reembolso postal

Panela de Pobre, de *Jorge Braga* — o traço do humorista goiano posto à disposição da denúncia. Um livro de cartuns, para rir e meditar.

Cantigas Menores, de *Dom Pedro Casaldáliga* — 200 poemas em que o bispo de São Félix do Araguaia retrata, com amor e humor, o homem da Amazônia.

CANTIGAS MENORES . . 60,00
PANELA DE POBRE . . . 100,000

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda. Rua Comendador Coruja, 372 Porto Alegre — 90.000 — RS.

Nome: _____
End.: _____ Nº. _____
Bairro: _____
Cidade: _____ CEP: _____
Estado: _____
Profissão: _____

***Terrorismo.** *S. m.* **1.** Modo de coagir, ameaçar ou influenciar outras pessoas ou de impor-lhes a vontade pelo uso sistemático do terror. **2.** Forma de ação política que combate o poder estabelecido mediante o emprego da violência.

***Solidariedade.** *S. f.* **1.** Qualidade de solidário. **2.** Laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes. **3.** Adesão ou apoio à causa, empresa, princípio, etc., de outrem. **4.** Sentido moral que vincula o indivíduo à vida, aos interesses e às responsabilidades dum grupo social, duma nação, ou da própria humanidade. **5.** Relação de responsabilidade entre pessoas unidas por interesses comuns, de maneira que cada elemento do grupo se sinta na obrigação moral de apoiar o(s) outro(s): *s o l i d a r i e d a d e de classe*. **6.** Sentimento de quem é solidário (6): *A catástrofe despertou a s o l i d a r i e d a d e de todos.*

FAÇA SUA OPÇÃO

(Se você optou pela 2ª, preencha o cupom abaixo ou dê para um amigo.)

12 edicões por apenas Cr$ 440,00

Preencha o cupom e remeta-o, junto com vale-postal ou cheque, para a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.
Rua Comendador Coruja, 372
Porto Alegre - 90.000 - RS.

Cupom de assinatura Coojornal

Nome: _____

End.: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____ CEP: _____

Estado: _____

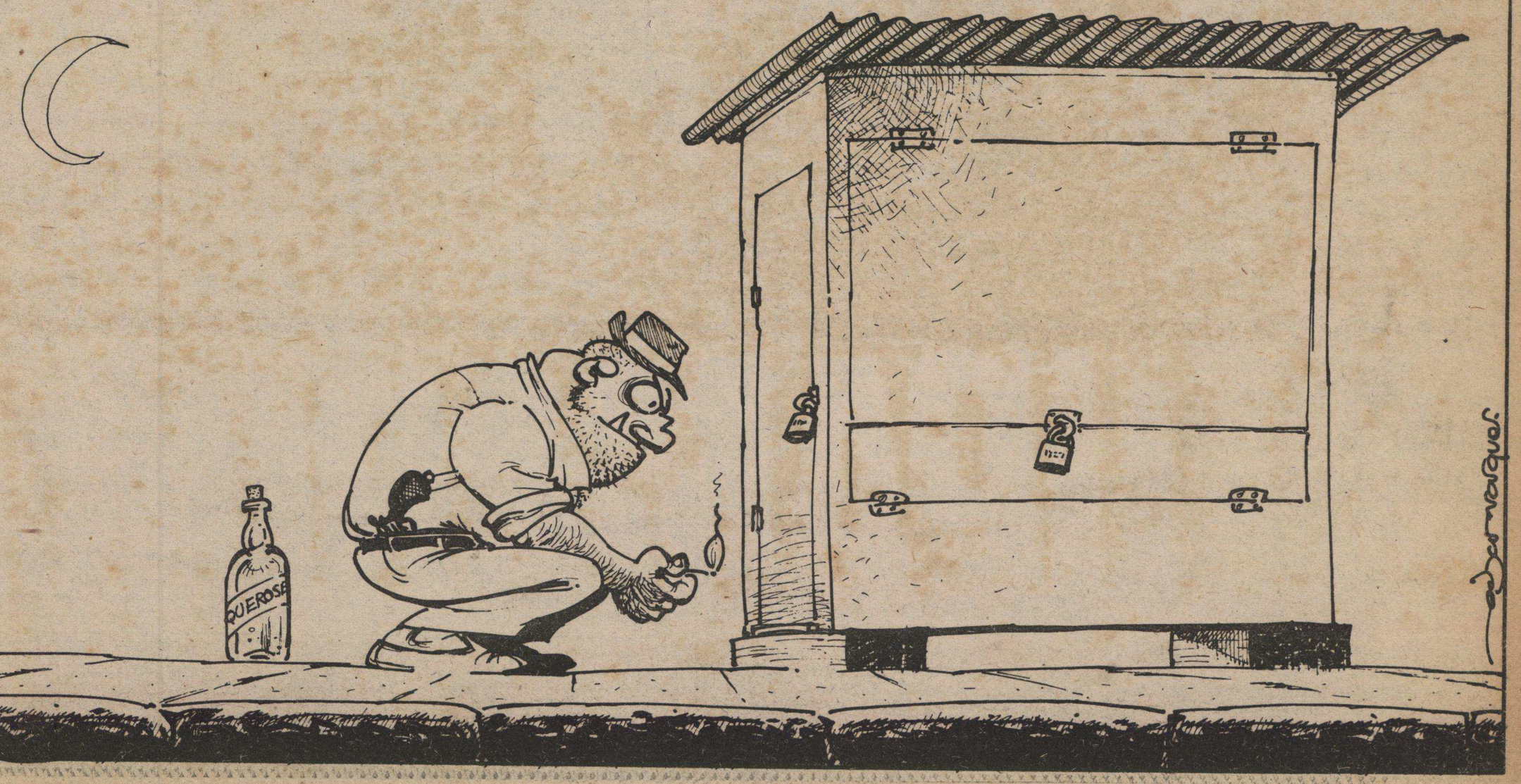
Profissão: _____

coojornal
ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

(*) Novo Dicionário da Língua Portuguesa, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira.

À MANEIRA DE CARLOS ESTEVÃO:

AS APARÊNCIAS ENGANAM

MAS O QUE É ISTO!? UM SOLERTE TERRORISTA QUE, NA CALADA DA NOITE, ATENTA CONTRA A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E A PROPRIEDADE ALHEIA, ATEANDO FOGO A UMA PACATA BANCA DE REVISTAS APENAS PORQUE ESTA CUMPRE A SUA FINALIDADE? LEDO ENGANO, MEU CARO LEITOR...

...POIS TRATA-SE APENAS DE UM MODESTO FUNCIONÁRIO TORTURADOR QUE, INJUSTIÇADO PELO REGIME QUE O ADESTROU E AGORA DISPENSA-LHE OS PRÉSTIMOS, CUIDA DE PRESERVAR SEU MERCADO DE TRABALHO MEDIANTE SINGELAS ATITUDES PROVOCATIVAS! UFA, QUE ALÍVIO, HEIN, CARO LEITOR!